



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26 DE OUTUBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Está aberta a 27ª audiência pública do exercício de 2015, esta que é a primeira audiência pública ao Projeto de Lei 538/2015, Orçamento para o exercício de 2016, portanto, a primeira audiência pública geral, com o intuito de receber o Executivo e realizar apresentação formal da matéria. Informo que a sessão está sendo transmitida ao vivo pela internet através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara e Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público em geral no portal, assim como também comporá o processo legislativo dessa matéria. Estão presentes os Vereadores Paulo Fiorilo, Milton Leite e Vereador Police Neto na Presidência. Quero agradecer a presença dos técnicos da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e convidar o auditor fiscal, hoje Secretário de Finanças do Município, Rogério Ceron de Oliveira para que já venha se somar à Mesa.

Inicialmente vou sugerir ao nosso Secretário que possa compor a Mesa com a equipe que S.Exa. achar conveniente, sei que a assessora geral do Orçamento acompanha o Secretário, portanto, também está à disposição para que possa, ao lado do Secretário, a nossa Assessora Geral de Orçamento, possa acompanhá-lo. Quero anunciar a presença do Tribunal de Contas do Município, presente, Dilson Ferreira da Cruz, que aqui representa o Presidente Roberto Braguim.

Tem a palavra o Sr. Secretário para que faça a apresentação do projeto de lei que nesse momento é relatado pelo Vereador Milton Leite e que tem como subrelatores até esse momento o Vereador Ricardo Nunes que abordará os encargos gerais do município e também o Instituto de Previdência do nosso município e o Vereador Jair Tatto que ficou com a responsabilidade de relatar as 32 Subprefeituras e a Secretária de Coordenação de Subprefeituras. o Vereador Milton inova este ano, já trazendo duas Subrelatorias, dividindo o trabalho.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, toda a apresentação eu gostaria que antes de ser iniciada, desse e de outros Srs. Secretários, até como forma de condução dos trabalhos, que fosse impressa e distribuída aos Srs. Vereadores, membros da Comissão de Finanças, para melhor acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Estão suspensos os nossos trabalhos para realização das cópias.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo imediatamente a palavra ao nosso Secretário, e, assim, damos início aos nossos trabalhos.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Presidente, mais uma vez é uma satisfação estar presente à Casa e participar desse debate. Meus cumprimentos ao Relator, Vereador Milton Leite, e ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Vou expor rapidamente os quadros gerais do Orçamento, algumas questões que entendo mais relevantes para o entendimento geral da peça. E depois, como sempre, com uma audiência dessa, reservando a maior parte do tempo para responder as dúvidas e fazer os esclarecimentos que forem pertinentes.

- Orador passa a se referir a imagens em telão.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – O primeiro quadro ilustra a previsão de receita da proposta de LOA para 2016.

A receita soma um total de 54,4 bilhões. É um valor um pouco superior – 4 bilhões superior – ao que foi enviado na LDO, e explico a diferença.

O primeiro ponto, e o mais relevante, é a inclusão da receita decorrente do retorno dos depósitos judiciais que estamos fazendo em 2015 em relação ao serviço da dívida pública

com o Governo Federal.

Aqui, para contextualizar um pouco matéria que vem sempre sendo discutida na Casa: o Município de São Paulo está sendo beneficiado pela aprovação da LC 148, de 2014, que autorizou a renegociação e a mudança dos encargos do contrato da dívida pública que o Município de São Paulo tem com a União. É um contrato que tinha uma distorção significativa, e vinha sendo corrigido pelo IGPD, mais 9% de juros reais ao ano.

Depois de um esforço que levou muito tempo, e com muita discussão, foi aprovada a lei 148, que permite um desconto, um reequilíbrio desse contrato, concedendo um desconto equivalente à diferença entre o encargo acumulado no contrato e o encargo acumulado considerando-se a Selic.

Esse desconto vai propiciar uma redução da ordem de 30 bilhões na dívida pública do Município, o que vai ajudar bastante, não só para resolver a questão patrimonial, e a Prefeitura passar a ter uma situação de solvência a longo prazo, do ponto de vista de endividamento, como também vai propiciar uma redução dos desembolsos da dívida ano a ano.

A Lei Complementar 148 foi aprovada no final de 2014, mas ela não estabelecia prazo para entrar em vigor. No início de 2015, e tendo notado uma certa demora por parte da União em regulamentar e assinar os aditivos contratuais, o Município de São Paulo, assim como o Município do Rio já havia feito, ingressou com uma ação judicial exigindo o cumprimento imediato da lei. O Município conseguiu uma liminar, que foi mantida em várias instâncias recursais, até que em agosto de 2015 o Município celebrou um acordo judicial.

Por esse acordo, ficou estabelecido que o Município, desde o início da ação judicial, abril de 2015, até final de janeiro de 2016, o Município vai pagar integralmente o serviço da dívida como se não houvesse a lei. Mas na seguinte condição: pagará diretamente à União o valor já calculado com a LC 148, que foi ajustada pela LC 151. E a diferença entre esse novo valor, que é menor do que o Município vinha pagando, e o valor que o Município paga

atualmente, passou a ser feito um depósito judicial mês a mês. Esses depósitos judiciais vão somar, ao longo de 2015, quase 1,5 bilhões. E o Município vai resgatá-lo ao final de janeiro de 2016.

Então, até para dar transparência e possibilitar que a Casa discuta a alocação desse recurso, tenha a transparência para a sociedade de como vai ser feito esse processo, nós alocamos esse retorno desse recurso como uma receita orçamentária. O valor é expressivo e achamos que era a melhor forma de fazê-lo. Então, dos 4 bilhões, 1,5 é decorrente desse evento.

Outro fator que alterou um pouco a previsão em relação à LDO é a previsão de operações urbanas – emissão de Cepacs. Na LDO não tínhamos ainda informação das unidades sobre a expectativa de lançamento de novos Cepacs em 2016. Não alocamos previsão de receita para esse item. Na proposta orçamentária foram incluídos 1,3 bilhões de reais.

Por fim, outro item expressivo foi a possibilidade de securitização do PPI.

O PPI foi aberto no início do ano, encerrado em junho, e agora a previsão de reabertura dele provavelmente no começo de novembro. Então há uma possibilidade grande de se fazer uma operação no exercício seguinte. Ela está relativamente madura dentro do Município, e é possível que se lance essa operação. Então há uma previsão da ordem de 700 milhões de reais. Uma receita de capital, então, se ela se realizar, ela vai financiar a despesa de capital; se não se realizar, ela não possibilita a execução dessa despesa. Então, juntos, elas respondem por 3,5 bilhões, é a maior parte dessa variação, e depois tem algumas coisas menores que compõem a diferença.

Outro aspecto importante: a previsão da despesa corrente é de 46 bilhões, algo que não é muito diferente do que vai ocorrer em 2015. É um crescimento provável da ordem de 5-6%. E a receita de capital é da ordem de 8 bilhões de reais, aí se destacando esse retorno dos depósitos da dívida, a emissão de Cepacs de operações urbanas e a previsão de transferências

federais.

Como eu disse, a questão da dívida impacta de forma substancial a peça orçamentária. Além desse retorno da receita, do ponto de vista da despesa também há um ganho. Como eu disse, com a regulamentação da lei, os desembolsos, o custo do município anual para o serviço da dívida vai se reduzir, a dívida vai sair de 64 bi para a ordem de 30 bilhões, até como uma forma de dar transparência para isso, porque a gente está numa fase transitória. A Lei Complementar 148 autorizou, Lei Complementar 151 exigiu que a união faça os aditivos até 31 de janeiro, além disso o município celebrou um acordo judicial que também estabelece os detalhes dessa migração a ser feita a partir do dia 31 de janeiro. Então nós já estamos num processo de transição, já consideramos que nós migramos de um cenário de insolvência para um cenário de solvência a longo prazo.

Até como uma forma de propiciar um pouco mais de clareza sobre o que está acontecendo, nós passamos a publicar o demonstrativo da dívida consolidada líquida nos dois cenários, tanto na situação atual, como na situação com a vigência da Lei Complementar 148 e com a vigência do acordo judicial, isso para possibilitar a compreensão da sociedade sobre esse momento de transição e também para evidenciar que o nosso endividamento, que hoje é da ordem de 180% da receita líquida, vai cair para algo em torno de 80%, 85% da receita corrente. Então vai facilitar bastante.

Do ponto de vista da peça orçamentária, nós vamos ter a redução da ordem de um bilhão nos encargos para 2016, o que vai ajudar a financiar outras despesas.

Outro destaque importante é a educação. A proposta orçamentária já contempla um percentual de 33%, que está aderente e antecipando até a meta do Plano Municipal de Educação.

Saúde, também uma peça orçamentária com uma priorização importante, atingindo aí o total de 19.9% do percentual decorrente do mínimo constitucional da saúde – o mínimo constitucional é 15% - o município encaminhou uma proposta com 19.9%.

Voltando à educação, também para deixar claro, a Constituição prevê um mínimo de 25%, a Lei Orgânica do Município estabeleceu um adicional de 6% e o Plano Municipal de Educação prevê atingir 33% e ele está sendo atingido já na proposta orçamentária.

Outro destaque é a questão da participação social em todos os debates. Foram realizadas audiências nas 32 subprefeituras, por meio de Cepop, como uma forma de ter a participação social e debater os principais pontos que são importantes no âmbito local.

Um pouquinho sobre a participação social. Foram 32 atividades distribuídas em cada uma das subprefeituras, mais de 2.000 pessoas participando, o que é muito interessante, uma grande participação on-line, um início disso. Nós tomamos o cuidado de disponibilizar todas as informações no Portal da Prefeitura, disponibilizamos a base de dados a peça orçamentária em formato aberto, possibilitando que qualquer cidadão pudesse baixá-lo e compô-lo da forma que entendesse melhor. Esse é um passo importante na transparência. E as prioridades eleitas em cada conselho participativo foram discutidas com a secretaria fim, que é quem define como distribuir o seu espaço orçamentário. Então entendemos que foi um avanço importante nesse processo de envolver de fato, de ser um processo mais participativo.

Na questão da abertura da despesa, pessoal e encargos sociais, vai consumir 20.5 bilhões, do total de 54.4; juros e encargos da dívida 1.3, que se soma com amortização da dívida, de 1.9, e vamos ter na ordem de 3.2, 3.3 bilhões de encargos da dívida contra algo de 4.3, 4.4, que a gente vinha tendo até então. Outras despesas correntes, total de 22.6 bilhões. Investimento na casa de 7.8 milhões, envolvendo todas as fontes de recurso. Invenções financeiras de 46 milhões, e reservas de contingência de 165 milhões.

Essa é a primeira abertura do Orçamento, as mínimas possíveis, mas dá uma visão de como o bolo orçamentário, o bolo da receita é distribuído nos diversos cursos da Prefeitura do Município de São Paulo.

Um pouquinho da abertura por fonte de recurso. A proposta de 2016 prevê um total de 35.4 bilhões na fonte de recurso municipal, que representa 66% do total. É importante o

Município, tem uma autonomia importante, principalmente na área de despesas correntes.

Operações de crédito, a partir da regulamentação da assinatura dos aditivos o Município voltará a ter condições de realizar operações de crédito, mas para fins da Peça Orçamentária, de 2016, só há previsão de 100 milhões de reais, que é decorrente de operações que já existam no âmbito do PMAT, do PNAFM, que são operações de modernização da admissão tributária que eram permitidas e excluídas dos limites da LRF e das resoluções do Senado.

Transferências federais 6.6 bi, essa previsão, transferências estaduais, 680 milhões, representativas. FUNDEB, 3.7. Fonte 05, que basicamente é recursos decorrentes do Fumcad – Fundo Municipal da Criança e Adolescente, 122 milhões. Recursos próprios da administração direta, principalmente IPREM, 13.4. Fonte Tesouro, Recursos Vinculados, que é fonte 08.4.1, que representa 7% somado com 65% da fonte 00, temos aí mais 70% da Receita, que está de alguma forma, sob o controle do Município, e fonte 09, recursos próprios da empresa dependente, 900 milhões de reais. Totalizando 54 milhões. Só para ter uma visão de como a Peça Orçamentária depende, a magnitude dela, depende do esforço municipal, aquilo que depende de outras esferas e transferências federais, estaduais.

Locação desses recursos por função. A educação, levando maior bolo com 11.2 bilhões, saúde, 9.4; Previdência Social, 9.4, é uma fonte importante despesa para o Município, bastante debatido na Casa, uma fonte de preocupação. O Executivo encaminhou, recentemente, um projeto de lei tratando da Previdência Complementar, é um dos passos para tentar garantir um sistema sustentável longo prazo, está aqui na Casa para debate. Função urbanismo, 6 bilhões de reais. Encargos especiais, basicamente de dívida, Pasep, 4.6. Transporte, 4.3. Aqui todo o custeio relacionado a transporte, todos os investimentos, inclusive subsidio, transporte coletivo municipal, Habitação 1.7; Assistência Social, 1.3; Saneamento, 1.3; Administração são basicamente as áreas meio da Prefeitura do Município de São Paulo, 900 milhões; função legislativa, Câmara Municipal de São Paulo, e Tribunal de Contas do

Município de São Paulo, 852 milhões; função Cultura, 717; Esporte Lazer, 650, Segurança Urbana, 500 milhões; Gestão Ambiental, 270 e aí o conjunto de outras pequenas intervenções, pequenos grupos de função, 980.

Esse é apenas um apanhado geral da Peça Orçamentária, e a partir de agora estou à disposição para perguntas e os esclarecimentos necessários. Lembrando que essa primeira audiência pública do ponto de vista, geral do Orçamento, ocorrerão outras temáticas sobre cada área fim, que será o momento de cada área fim justificar como distribuir seu recurso, permitindo discussões mais detalhadas sobre cada intervenção.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer nosso Secretário, passar, primeiramente a palavra o relator, em seguida os Srs. Vereadores Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo. Anuncio a presença do nobre Vereador Jair Tatto, relator da Peça, na parte descentralizada. Responsável pela relatoria das 32 subprefeituras, e da Secretaria de Coordenação de SUB. Tem o nobre Vereador Milton Leite, relator da Peça Orçamentária.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia a todos. Inicialmente, cumprimentar o Sr. Secretário e todos os presentes. Dizer que é uma satisfação em ter V.Exa. na condição de Secretário, com quem mantemos um bom relacionamento e dizer que p Sr. Prefeito Fernando Haddad, acertou em escolher V. Exa. como Secretário.

Vamos aos números: primeiro nos preocupa a questão do ISS para 2016. Vejamos, em 2014 tivemos arrecadado 11.379 bilhões. Em 2015, o orçado era 11.800 e até o momento arrecadamos 8.475. V.Exa, vem com a perspectiva de orçamento para 2016, de 12 bilhões. Considerando que o comportamento da receita para essa fonte, até o presente momento, leva a crer uma possibilidade de frustração de investimentos.

Vejamos; não estou vislumbrando neste momento onde essa receita pode ser contemplada no ano de 2016, considerando o comportamento de 8,5 até o momento, 71%, de ISS. Essa é a primeira pergunta, eu faria um conjunto de perguntas. Porque faço essas

perguntas? Antes de gastarmos, é preciso que tenham uma perspectiva de arrecadação. A primeira fonte arrecadação. A segunda fonte, IPTU, que em 2014 arrecadamos 5,9 - seis bilhões- o projetado para 2016, é 7. E o arrecadado até agora 5.4. Estamos nas parcelas finais, com 75,3, acredito ser um que pode se pagar, talvez, se realize, mas não o 7,4. Gostaria de averiguar onde estamos com a expectativa, mas especificamente o que está nos atraindo atenção no momento, são duas rubricas que nos chamam atenção: ISS e IPTU, com alguma preocupação, ITBI sim, um destaque preocupante. V.Exa. prevê uma arrecadação de 1,9 bi. Não vejo perspectiva considerando que até agora, não arrecadamos 1,3. Aí temos resíduos contratuais e coisas assinadas, contratos assinados de construção e obras, que estão se cancelando no momento. Não estou vendo perspectiva de arrecadação desses valores no momento. Essas são as perguntas. Em seguida vou retomar outros temas. Mas essas receitas estão em preocupando e muito. Gostaria que V.Exa. discorresse sobre essa, em seguida, irei por secretarias, especificamente. Essa está me preocupando muito. ITBI muito também; e com alguma preocupação com o IPTU.

Tem V.Exa. a palavra. Em seguida, eu retomo para trocarmos o tema.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Claro.

Bem, acho que as questões são pertinentes, concordo plenamente, são, de fato, assuntos que nos preocupam. Precisamos ter a cautela devida e fazendo o esclarecimento por partes.

ISS. A previsão, em relação ao que devemos ter de arrecadação em 2015, tem um crescimento da ordem de 6% previsto para 2016, o que, considerando aí a inflação do período, que estamos próximos a 10%, ela pressupõe já uma queda real importante, incompatível com o que está sendo arrecadado com a variação nominal arrecadada em 2015, da ordem de 6%.

Claro que é difícil ter segurança. A gente vem atuando para manter o patamar de receitas apesar da crise. Não temos ainda uma perspectiva relativamente segura sobre o que vai acontecer em 2016 no cenário econômico, mas ela está consistente com o que vem

acontecendo em 2015 e temos alguns eventos adicionais que podem eventualmente ajudar aí na recuperação dessa receita. Um importante que eu destaco é o Programa de Regularização de Débitos e a D-Sup - Declaração Eletrônica das Sociedades Uniprofissionais, projeto de lei que foi debatido aqui na Casa e foi aprovado. Hoje nós temos Hoje nós temos 30 mil contribuintes enquadrados como Sociedades Uniprofissionais. Esse programa passa a exigir uma declaração anual em que são feitos vários questionamentos e solicitações de várias informações para avaliar se o contribuinte, de fato, tem direito a ser Sociedade Uniprofissional. É um regime que permite uma tributação bem inferior ao que seria devida, caso fosse tributado pelo ISS, pelo movimento econômico, pelo faturamento.

Até o momento, temos um total de 3 mil declarações, dessas 30 mil. O programa vai até o final de dezembro. Dessas 3 mil declarações, pouco mais de 300 foram desenquadradas, ou seja, elas passam a não mais serem consideradas Sociedades Uniprofissionais e passam a recolher pelo movimento econômico. Isso deve gerar algum impacto importante aí de fluxo ao longo do exercício de 2016, que pode ajudar também a ter algum incremento de receita que ajude aí a cumprir a previsão orçamentária.

Com o paralelo do Município do Rio de Janeiro, que fez um programa semelhante, já há algum tempo, lá o retorno sobre o fluxo foi muito importante. Eles tiveram um incremento da ordem de 200 milhões de reais ao ano com o programa - lembrando que eles têm uma base menor do que a nossa. Então a gente está, enfim, acompanhando o cenário, mas nos parece que é uma previsão possível de ser atingida. Assim vamos batalhar para cumpri-la.

Em relação ao IPTU, é um pouco mais previsível. A projeção inclusa na proposta para 2016 já é uma prévia dos lançamentos de 2016. Então o que é possível variar é a inadimplência, que poderia afetar o IPTU. Então, lembrando que, no caso do IPTU, tivemos uma atualização da Planta Genérica de Valores, que foi discutida na Casa e foi aprovada, inclusive com o estabelecimento travas de 10% para residencial e de 15% para não residencial. Mas, tendo essa atualização da base, já temos uma prévia dos lançamentos e está compatível.

Isso é exatamente o que foi colocado na proposta orçamentária. Então não é uma receita que tende a se frustrar.

Claro, o fator inadimplência é algo que tem de ser acompanhado de perto. A Secretaria vem monitorando isso, vem fazendo novas ações para manter os contribuintes, manter a sensação de monitoramento e sempre os lembretes para que o contribuinte não deixe acumular a dívida do IPTU e isso não acabe se refletindo na inadimplência. Isso tem funcionado bem até o momento: em 2015, não estamos observando uma variação significativa na inadimplência, o que é muito bom - fruto um pouco das ações que estão sendo postas em prática. Então, em relação à previsão orçamentária, estamos bastante... Acredito que, no IPTU, não há grande margem para variação.

O ITBI talvez, de fato, aqui, depende muito, muito do desempenho econômico do setor - lembrando que, no final de 2014, houve uma majoração na alíquota do ITBI passando de 2% para 3%, ou seja, uma majoração de 50%, que respeitou a noventa passando a vigorar a partir de abril de 2015. Então o período de janeiro, fevereiro e março ficou com a alíquota antiga, que vai ter reflexo do ponto de vista estatístico em 2016. É claro que mesmo em 2015, apesar da majoração, está havendo uma queda real de mais de 30% no recolhimento das guias de ITBI. E a arrecadação se manteve positiva por conta do reajuste do ano anterior.

Para 2016, o fato dos três primeiros meses de 2015 terem tido alíquota menor, vai influenciar e, por isso, comparando a média de 2015 em relação ao que seria esperada para 2016, a previsão de arrecadação nós entendemos possível. Claro que é um setor difícil, que é muito influenciado pela conjuntura de curto prazo. Ele pode realmente ter uma variação, mas no momento nos parece factível a previsão, ela está consistente com o desempenho de 2015. Como tem uma janela trimestral que não ocorreu em 2015, provavelmente essa expansão deve ser observada. Claro que se houver aprofundamento da recessão e o setor for mais afetado, isso poderá variar, mas a princípio, dentro das atuais condições, hoje, o que é possível prever, é que entendemos factível, mas temos de acompanhar, de monitorar.

Por enquanto é isso, Senhor Relator.

O SR. MILTON LEITE – Continuo com a preocupação porque hoje falamos de ISS orçado em 11,8; e executado 8,5 em números redondos, até o presente momento. E nós estamos falando de 2015. A perspectiva é atingirmos quanto do orçado em 2015? Qual o cenário em que trabalha? Falo de 2015, hoje, e o senhor orçou 11,863 bilhões, foram executados até agora 8,475 bilhões. O que o senhor tem como expectativa de arrecadação, de entrada até 31 de dezembro? Qual o cenário em que o senhor trabalha?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Para 2015 estamos trabalhando com algo em torno de 11,5 bilhões e 11,6 bilhões, algo em torno de 200 milhões abaixo da previsão orçamentária para 2015.

P – Onze...

R – 11,5 e 11,6 bilhões.

P – Aí eu me pergunto, o senhor fala em 11,5 e 11,6 bilhões para 12 bilhões, o senhor está aumentando quando nós falamos de retração. Secretário, esse índice não assusta um pouco, não pode frustrar?

R – Então, pressupõe uma queda real da ordem de 5%, de 4% a 5% para 2016.

P – Só isso mesmo?

R – Por enquanto está consistente com o que vem acontecendo no curto prazo. Claro, o setor de serviços tradicionalmente é mais resistente à recessão. Por exemplo, o ICMS sofre mais o efeito de curto prazo, tanto que a variação nominal do ICMS está quase zero, o que pressupõe uma queda real de quase 10%. Mas, enfim, por enquanto parece consistente, lembrando que o Programa de Parcelamento da Sociedade Uniprofissionais pode ser uma fonte que vai ajudar.

P – Era essa a pergunta. O senhor está considerando que o PPI venha suprir eventualmente esse déficit, Secretário? O senhor está imaginando que o PPI venha suprir um eventual rombo que possa ocorrer?

R – Para 2015...

P – O ano é 2016, estamos falando de 2016.

R – Para 2016 o programa da declaração dos uniprofissionais, ele deve... Com o desenquadramento, hoje, até o momento, foram três mil declarações, 10% delas tiraram o desenquadramento. Essas sociedades que hoje recolhem um valor “x”, valores proporcionalmente baixos em relação ao movimento econômico, essas 300 passarão a recolher por movimento econômico. Se mantiver a proporção vai significar que no final de dezembro vamos ter algo em torno de três mil unidades uniprofissionais, que vão ser desenquadradas do regime e vão passar a recolher pelo movimento econômico. Isso pode significar algo entre 100 milhões, 200 milhões a mais na arrecadação do ISS para 2016, o que eventualmente compensaria uma intensificação do processo de retração econômica que vivenciamos. Lembrando que, até o momento, uma retração de 5% é significativa para o ISS e parece factível neste momento, e o Programa de Sociedade Uniprofissionais deve ajudar a compensar e atingir o Orçamento de 2016. E com isso que trabalhos no momento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Permita-me um aparte?

O SR. MILTON LEITE – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É uma brevíssima sugestão.

A Câmara debateu entre 2009 e este ano a questão das sociedades uniprofissionais, então foram seis, sete anos de intenso debate para chegar à legislação aprovada a qual permitiu um programa de regularização de débitos e uma nova dinâmica de enquadramento, que exige das sociedades uniprofissionais respostas a um questionário anualmente, o que acaba por consolidar enquadramento ou não na sociedade uniprofissional.

Pergunto se é possível à Secretaria realizar uma apresentação para a Comissão de Finanças explicando o que passou a ser o programa, que é oriundo de lei aprovada nesta Casa; qual a dinâmica que passam a ter as unidades uniprofissionais ao responder o questionário; e qual a receita que pretende ser produzida com a recuperação e o parcelamento

de débitos e o novo cenário das unidades uniprofissionais com sociedades uniprofissionais desenquadradas que, portanto, estariam aderentes ao novo modelo, ao modelo de movimentação econômica e não mais por profissional dentro da sociedade. Parece-me que não está claro ainda para a Câmara nem para a sociedade como um todo o que a sociedade profissional será este ano e, portanto, para os próximos anos.

É uma sugestão para que fique clara a antiga fórmula com uma nova orientação objetiva.

O SR. PAULO FIORILO – Posso continuar com o aparte para poder ajudar?

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

O SR. PAULO FIORILO – Secretário, o senhor trouxe alguns números em relação à mudança na sociedade uniprofissional. O senhor disse que são 30 mil e dessas 30 mil quantas foram desenquadradas?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – O programa prevê um prazo para a declaração que vai até o final de dezembro de 2015. Até o momento – e o processo foi aberto, salvo engano, dia 21 de setembro – das 30 mil, três mil empresas fizeram a declaração. Das três mil, 318 foram desenquadradas, ou seja, algo em torno de 10%.

Não é tão claro fazer essa projeção, mas há um pequeno referencial. Temos um potencial grande de empresas que vão acabar sendo desenquadradas e passarão a recolher no novo regime. Para ser sociedade uniprofissional têm que cumprir requisitos, algumas delas não estão mais cumprindo e precisam passar para o novo regime, para o regime de movimentação econômica. Para permitir que a transição seja algo sustentável financeiramente e não gerasse encargo excessivo. No momento da declaração, o Executivo encaminhou essa ideia, que foi debatida e aprovada na Casa, no sentido de estabelecer em paralelo um programa de regularização.

Então, ao fazer a declaração, o contribuinte, por exemplo, é desenquadrado, ele declara que não cumpriu alguns requisitos em algum momento e, automaticamente, é lavrado

um auto de infração relacionado à diferença entre o que ele recolhia pelo regime de sociedade de profissionais e o que ele deveria recolher pelo movimento econômico a partir do seu desenquadramento. Lembrando que o desenquadramento pode ocorrer a partir do momento da declaração até de forma retroativa a partir dos dados informados pelo contribuinte.

A partir da geração desse auto de infração, ele pode entrar no Programa de Regularização de Débitos e ter alguns descontos. Tem um desconto de até um milhão de reais e, depois, em condições facilitadas parecidas com o PPI para questão de juros e multas, o que gera um incentivo para que ele se regularize - algo que era bastante complicado e difícil para esses contribuintes porque o desenquadramento gerava, muitas vezes, autos de infração elevados e colocava a saúde financeira da empresa em risco.

Então, foi uma forma encontrada pela Casa de propiciar uma transição adequada e que vai gerar benefícios para o setor público, como já vem gerando, e também acaba permitindo aos contribuintes a migração do regime sem um ônus financeiro desproporcional.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Secretário, só pela oportunidade, as 318, é possível já indicar o que significou do ponto de vista de arrecadação ou não?

Das 318, a maioria já tinha sido autuada como não se enquadrando mais em Sup?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Não, ainda não é possível ter ideia da magnitude do que vai representar o desenquadramento das 318. Vamos ter essa percepção a partir do dia 10 de novembro, quando é feito o recolhimento do ISS e aí vamos monitorar o que aconteceu com essas 300 empresas.

Aceitando o convite, depois podemos fazer uma apresentação na Casa com os resultados parciais do Programa ou mesmo ao final do Programa. Fica a critério da Comissão.

Como o Vereador Police Neto comentou, o Programa foi bastante debatido na Casa durante muito tempo. É legítimo e interessante dar conhecimento a toda sociedade, mas por enquanto não dá para ter uma noção exata. Vamos ter uma noção mais pelo dia 15 de novembro teremos um relatório para começar a ter ideia do que vai acontecer com essas

pessoas que foram desenquadradas.

No que tange a regularização de débitos, essas 318, ao fazer a declaração e informar a sua condição, movimento econômico, data de desenquadramento efetivo do momento pelo qual ela passou a não cumprir os requisitos, gerou débitos na ordem de 20 milhões de reais que com todos os descontos concedidos pelo Programa resultou em algo em torno de 6 milhões de parcelamento, dos quais um milhão e meio será pago a vista e o restante parcelado. Ainda que em pequena monta, vem surtindo resultados.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, eu retomo para concluir a fase receita para depois irmos à despesa. Continuo com grande preocupação. V.Exa. expôs algumas preocupações e fez menção rápida ao ICMS, que é o que mais afeta hoje. Estamos com o cumprimento, em números redondos, de 68% e não estou vendo perspectiva, hoje, das receitas de ICMS se cumprirem. Considerando que, em 2015, foi estimado em 7,4 bilhões e encontram-se executados 5 bilhões.

O cenário, hoje, é extremamente delicado. E o senhor, no ISS, fez menção da existência de receitas que, eventualmente, poderiam suprir essa diferença. Vejo isso com um pouco de preocupação, porque não consigo enxergar como fazer frente a essa despesa com uma eventual expectativa de receita do ISS. Continuo vendo com muita preocupação. Mas, com o ICMS é um pouco mais grave. Neste ano, até o momento, 5,54 bilhões. O senhor já previu uma redução, para 2016, considerando 7,264 bilhões. Mas, ainda assim, vejo com grande preocupação essa receita.

Por que estou mencionando essas receitas? Porque, daqui a pouco, entraremos nas chamadas Fontes do Tesouro, Fontes 00, que são as fontes de receita do Município. Com relação às outras receitas, o quadro é mais temerário ainda. O senhor há de convir que a preocupação, aqui, é assustadora. Não há pasta de Finanças, especificamente. Os recursos com que a Cidade deveria contar podem-se ver frustrados, porque não estou vendo dinheiro para aquilo que estamos prevendo aqui. Daqui a pouco, abriremos a parte de investimento e o quadro é assustador.

Então, gostaria que V.Exa. falasse, um pouco, sobre o comportamento da receita de ICMS. Por que ICMS? Porque são receitas estaduais em que o Município tem a sua cota de

participação. E estamos aqui com 68% de cumprimento e não estou vendo, hoje, como cumprir isso. Vejo com preocupação o fechamento de contas do senhor em 2015, inclusive 2015. Não há recursos para todas as despesas e com 13º e outras despesas que temos no Município. Estou preocupado e gostaria que V.Exa. falasse também se haverá recursos, com tranquilidade, para o 13º dos funcionários e os repasses que temos de fazer, também, para o Iprem.

Então, Sr. Secretário, a pauta aqui é ICMS, com grande destaque, com grande preocupação.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – De fato, o ICMS vem tendo um desempenho bem aquém do previsto ou, pelo menos, do que era esperado para um tributo dessa magnitude. É um repasse a que o Município tem direito, do ponto de vista constitucional, mas sobre o qual temos uma margem de controle nula. Quem gerencia, quem administra o ICMS é o Governo do Estado, então acabamos tendo pouca capacidade de ajudar na performance do tributo.

De toda forma...

O SR. MILTON LEITE – Só uma aparte, Sr. Secretário. Não estou reclamando de, eventualmente, o senhor ter condição de cobrar. Aqui, estou fazendo menção à preocupação com aquilo que teremos de dinheiro mesmo. A nossa preocupação, hoje, não é com a gestão do Governo do Estado, mas aquilo que o senhor lançou, ou o que a Prefeitura lançou para 2016, é o que nos chama a atenção. Está muito preocupante.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – O ICMS reflete muito a atividade industrial e comercial e, de fato, está havendo um impacto grande, uma queda real, quase uma avaliação nominal nula. Acontece que, para a previsão, alguns eventos ajudarão, pelo menos sob o ponto de vista de preço, no recolhimento do ICMS. Primeiro, as tarifas de energia elétrica que vêm sofrendo reajustes mensais. Recentemente, tivemos um novo reajuste de combustível, o que impacta de forma direta o recolhimento do ICMS. Então, um pouco da expectativa do incremento nominal para 2016 decorre dessa variação de preço, principalmente, na área de energia e combustíveis.

É claro que pode ser que, de fato, o cenário piore um pouco, mas, a princípio, esses reajustes de preço ajudarão, do ponto de vista nominal, a atingirmos essa previsão de arrecadação.

O SR. MILTON LEITE – Mesmo da diminuição da atividade econômica? Pelo andar

da carruagem, se mantidos os atuais níveis de decréscimo, não estou vendo perspectiva alguma de cumprir o que está lançado aqui, de 7,2 bilhões de reais para 2016.

O que me preocupa é que no ISS, eventualmente, o senhor terá uma receita para fazer frente a esse eventual rombo, que seria o PPI. Mas, no ICMS e em outras receitas não estou vendo de onde sacarmos os recursos para fazermos frente a essa frustração de receita.

Então, pergunto ao senhor se não está com a estimativa um pouco elevada? Não merece uma melhor reflexão sobre esses números para não se ver frustrada a peça orçamentária para 2016? O momento que ela foi concebida, sabemos que foi anteriormente. Por que digo isso? Porque a peça orçamentária é entregue no dia 30 de setembro, mas o cenário vem se degradando. Portanto, pergunto ao senhor se isso não seria objeto de uma melhor reflexão sobre o comportamento dessa receita. Não tem de ser ancorado, necessariamente nesses números e se o senhor pode modificá-lo para uma posição um pouco mais modesta, um pouco mais realista. Continuo com preocupação nas receitas para não se ver frustrado aquilo que o povo não terá no ano de 2016. Se não seria o caso de o senhor rever. A Câmara Municipal de São Paulo é uma casa de discussões políticas. Então, não será possível alterar, diminuir esses números para não frustrar a expectativa da sociedade como um todo. Melhor sobrar um pouquinho e, depois, discutir aonde investir, do que eventualmente faltar. As pessoas começam a contar com dinheiro que não haverá, aí, sim, fica difícil.

Então, gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre essa eventual reconsideração desses números, no que tange a essas receitas, porque o quadro a seguir, de Transferências Federais, é um tanto pior e assombrador.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Do ponto de vista do ICMS, não tem jeito.

Hoje, se a atividade, se o processo de retração econômica não piorar, além do que já está, considerando-se os reajustes de preços que foram dados, é uma estimativa possível de ser atingida.

Lembrando que, do ponto de vista..., claro que uma ou outra rubrica pode, eventualmente, no processo, ao longo do decorrer do exercício, realmente ter uma variação. Mas, no conjunto, historicamente, do ponto de vista de receita corrente, também, quando se fala em receita corrente fonte 00, a previsão orçamentária tem se cumprido. Então, uma rubrica acaba compensando a outra. O município vai, por parte da Secretaria de Finanças, a gente vai monitorar, e é o orçamento, é a previsão de receita que nós entendemos para a fonte de

recurso municipal possível. Então, essa é a que a gente tem um pouco mais de controle, tirando claro o ICMS e o IPVA, que não estão na nossa alçada. É difícil criar soluções novas, buscar, com combate, a sonegação ali específica, que possa ajudar pontualmente no momento, mas sendo honesto aqui na reflexão, no momento, não nos parece haver necessidade de qualquer revisão.

O SR. MILTON LEITE – Nem no ICMS, Sr. Secretário?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Nem no ICMS.

P – No IPVA também, Sr. Secretário?

R – No início da execução orçamentária e, ao longo dela, caso a gente perceba uma deterioração do cenário econômico e o reflexo dele na arrecadação que não possa ser compensado de nenhuma outra forma, aí há um processo de contingenciamento, para evitar um descasamento entre despesa e receita; mas, como previsão orçamentária, como peça de planejamento para o exercício de 2016, por enquanto, parece-me...

P – V.Exa. prefere manter esse cenário?

R – Por enquanto sim.

P – Sr. Secretário, então vamos nas transferências de recursos. Aí sim eu acho que é uma preocupação. Quando nós tratamos, vou tratar de duas pastas especificamente, mas uma preocupa os investimentos da cidade de São Paulo. Na rubrica 22, V.Exa. traz um orçamento, ou seja, Secretaria de Infraestrutura e Obras Urbanas, V.Exa. traz uma receita de 1,8 bilhão. Desse 1,8 bilhão, V.Exa. considera que, na 44-90, na 90-51, ou seja, fonte 02, 1,7 bilhão de reais, ou seja, o total da S-Urb, neste momento, de 1,8; 1,7 é transferência federal. Eu vejo aí sim, com extrema preocupação, essa rubrica. Eu vou falar de duas pastas de imediato, porque nós temos aqui ainda a habitação. O quadro de habitação é tão ou quanto pior que esse da infraestrutura. É só olhar o quadro de habitação. Nós temos aqui um orçamento de 728 contra 579, que não são do município, fonte 02, 03; 155-03; 371-02. Zero dois é Governo Federal, mais 52-02, ou seja, nós estamos aqui efetivamente contando com o investimento na área de habitação, Sr. Secretário, nas rubricas específicas, uma preocupação

gigantesca, mas eu vou além. Se nós observarmos aqui as transferências federais do ano de 2015 e, consideradas as pastas, que são chamadas as áreas de investimento, tirando a saúde e a educação, nós não tivemos quase nada de investimento, senão vejamos: Nas rubricas aqui, não tivemos nada. Execução do programa de mananciais: previstos 600 milhões do Governo Federal, não veio nada; implantação do corredor: 910 milhões, vieram 166, liquidado, até agora, 65, empenhados 68, liquidados 65, ou seja, nós não temos nada; construção e ampliação de centros olímpicos: investimentos: 277, executado, zero; construção de centro de CEI, 182, 1% executado em 2015, ou seja, nada; execução do plano viário Sul, 135 milhões, executado do Governo Federal, fonte 02, zero; construção e reforma de centro educacional CEU, 217 milhões, 2015, zero; obras e serviço na área de riscos geológicos, 125 milhões, executado: zero. Recebimento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 147 milhões, contra execução: zero. Reforma, recuperação e adequação de hospitais: 64 milhões: zero executado. Modernização do Complexo Anhembi, 60 milhões orçados, executado: zero. Ampliação e melhoria na infraestrutura de coleta seletiva, o valor é pequeno, mas trata-se de coleta seletiva, 45 milhões, foi executado, em 2105, 9 milhões. Secretário, resumidamente, contarmos com os recursos no quadro-resumo de transferências federais, V.Exa. teria para 2015, 7,8 bilhões contra um liquidado de 1,9 bilhões, considerando as transferências chamadas obrigatórias de saúde e educação. Ou seja, os investimentos efetivamente nós não estamos contando com nada aí V.Exa. lança...porque mencionei infraestrutura urbana, tem a Siurb, que estamos contando 1,8 bilhões e 1,7 bilhão tratam-se de recursos federais. Na habitação, V.Exa. tem um mesmo cenário. Eu vejo aqui, na condição de relator, com extrema preocupação quando do Orçamento de 54, nessas pastas da habitação e da Infraestrutura, a não ser os dos fundos que vieram outros recursos, mas uma Secretaria que praticamente perde suas funções, quando de 1,7 é de Governo Federal, e pelo desenho que temos de 2015, que o Governo está anunciando para mais de 50 bi de rombo. Como é que vamos contar com o dinheiro em 2016?

Eu, honestamente, Secretário, aqui hoje é um dos piores cenários que vejo da relação orçamentaria a ser executado no ano de 2016. Oxalá o Governo Federal estivesse com recursos e pudesse transferir, tudo bem, mas houve momentos do Governo Federal em que estavam em melhor situação econômica e não foram transferidos os recursos. Por que fariam agora num ano de estrema crise? Ou teremos essa expectativa totalmente frustrada.

Por mais que eu tenha admiração aos senhores, a competência do Sr. Prefeito, ainda que o Governo Federal deseje fazê-lo, não vejo como possibilidade de efetivamente cumprir essas receitas aqui lançadas para investimentos, tratam-se de investimentos da cidade de São Paulo, diversas rubricas que constam na Peça Orçamentaria. Mencionei dois e vou encerrar em seguida a minha fala para que seja possível debatermos sobre toda a Peça Orçamentária, mas não de vir aqui, outro Secretário que vai falar que não sabe o que vai fazer no ano que vem. Efetivamente não sei o que vou fazer com esse dinheiro. Imagina a conversa com o Secretário Garibe, quando for tratada a pasta dele, S.Exa. virá aqui. De 1,8 tem 1,7 de investimentos que é o que consta da Peça Orçamentária da Câmara. Lá o auxiliar de contabilidade faz o serviço todo porque não tem dinheiro para investir, é empurrar para frente, para o futuro, mas não tem o que fazer. Então, Sr. Secretário, a temeridade da Peça Orçamentária se lança quando não temos dinheiro para a habitação, não temos dinheiro para investimentos da Siurb de 1,8, 1,7 ser lançado dessa maneira. Vejo com extrema preocupação as demais receitas de transferências federais. Eu gostaria que V.Exa. explicasse de onde vem tamanho otimismo para nós aqui e o Sr. Prefeito que não teve esse êxito em melhor momento econômico do Governo Federal para tê-lo agora. Ou seja, a cidade de São Paulo está de novo nas mãos do Governo Federal para investimentos em diversas áreas e não estamos vendo esse dinheiro vir, se já não o veio, por que virá?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Obrigado, relator. As transferências federais, as transferências de capital, talvez seja o item de previsão de receita mais difícil porque não tem o histórico, nem sempre é uma variável importante para se prever e depende

das condições financeiras do ente, da disponibilidade do repasse, mas metodologicamente como foi feito e como vem sendo feito. Para constar da peça nós exigimos que cada área fim informasse a existência de um convênio, de uma parceria formal, que preveja esse repasse de recursos. Então, uma vez existindo isso, nós incluímos na Peça Orçamentaria e por isso que no caso da Secretaria de Infraestrutura Urbana tem esse montante previsto.

O que aconteceu ao longo desses últimos anos? Em 2013 foram celebrados inúmeros convênios com o Governo Federal para diversas intervenções na Cidade que mudam o patamar de transferências federais para obras e para intervenções no município. Isso foi um esforço ao longo de 2013 foi para a celebração desses convênios. Nos anos de 2014 e 2015 a preparação desses projetos para iniciar as obras... muitas dessas intervenções começaram a fluir, atualmente, a maior parte da totalidade delas está pronta para iniciar e começamos a ter as condições de passar a exigir o cumprimento desses convênios por parte do Governo Federal. Então, até recentemente era até possível acompanhar pela mídia. O Ministério das Cidades informava que o repasse estava condicionado ao início das intervenções, a conclusão dos processos licitatórios, tudo isso foi feito e foi finalizado. Claro que entra a questão da capacidade financeira do Governo Federal atual de cumprir esses compromissos, mas, de fato, da nossa parte, nós cumprimos o que cabia ao município e de fato acho que é legítimo pleitear e explicitar para a sociedade que há um compromisso do Governo Federal que representa essa monta de recursos e que temos a expectativa de recebê-los. Não tem porque abrimos mão de prever e esperar esse repasse. Como é uma despesa de capital, e é claro que ela tem de fato um risco de materialização, a despesa fica completamente condicionada ao ingresso da receita.

Claro que há alguns casos que a intervenção é mais urgente e prioritária e, caso o recurso federal, não venha temos de encontrar uma forma de viabilizar com recursos do município

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, gostaria que V.Exa. fizesse umas

considerações. A Peça Orçamentária então está ancorada na Siurb, praticamente 100% em cima do Governo Federal, habitação a mesma coisa. A pergunta que faço é se não seria melhor, considerando esse não cumprimento do Governo Federal, buscarmos um equilíbrio dos investimentos de fonte 00 por pastas. A melhor consideração da Peça Orçamentária da fonte 00 ser distribuída de outra forma que permitisse contemplar essas pastas que não têm recursos não seria prudente nós, dentro daqueles recursos que o senhor está com otimismo, de que vá se cumprir da fonte 00 ou das fontes de arrecadação do próprio município e não de transferências federais, que seja uma distribuição a considerar a maior dessas receitas.

E mais: não seria melhor a Câmara Municipal abrir - apenas e pura e simplesmente as rubricas dos recursos federais, mantendo-se a redução que se faz necessária, dada a frustração aos níveis dos percentuais transferidos em 2015? Porque não podemos ficar apontando para a sociedade onde há dinheiro para um monte de coisas, que o Governo Federal não vai chegar aqui nunca. Então, pergunto: não seria mais prudente nós baixarmos esses valores aqui na Câmara Municipal dos níveis compatíveis com aqueles que já foram transferidos aos níveis de 2015, ao final, para que não houvesse essa frustração? Porque esse pouco depende do Governo Municipal; esse, quase nada. Quer dizer, depende da boa vontade do Governo Federal. Por exemplo, no Programa dos Mananciais, o Governo Municipal cumpriu a lição de casa, conforme temos acompanhado; já o Governo Federal simplesmente não transferiu. O Prefeito esteve no sábado na região de M'Boi Mirim e S.Exa. quase apanhou do povo por conta de que não houve dinheiro investido nos mananciais. Mas S.Exa. não disse para o povo que ele contava com dinheiro federal para isso, e não veio. Então, Sr. Secretário, pergunto se V.Exa. não concordaria em revermos esses percentuais para níveis daquilo que foi efetivamente executado em 2015, pelo menos. Penso que se faz necessária a redução na peça orçamentária para que não haja frustração. E, por que não, um maior equilíbrio da fonte 0.0. nessas pastas, para que não fiquemos praticamente sem dinheiro?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Bem, Vereador, comentários sobre

Siurb e a eventual alocação de recursos...

O SR. MILTON LEITE – E habitação. Eu falei habitação também.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Sim, sim. No caso da Siurb, além desses recursos que foram citados, nós já reservamos, por meio dos fundos municipais, uma parte para as intervenções da Siurb. Então, ela tem de fato um pouco mais de recursos do que o mencionado. Por exemplo, Fundurb, foram reservados mais 150 milhões de intervenções para a Secretaria de Infraestrutura Urbana. Fundo de Saneamento, 256 milhões, e no Fundo de Trânsito, na parte de mobilidade, também mais um total de 55 milhões, o que totaliza algo em torno de 500 milhões de reais ou meio bilhão. Então, ainda que insuficientes, é o que é possível alocar com recursos próprios, que dá a possibilidade de realizar algumas das intervenções previstas.

No caso da Secretaria de habitação, idem. No Fundurb, foram alocados 141 milhões e no Fundo de Saneamento, 54 milhões, totalizando mais de 200 milhões de recursos próprios do Município para execução das intervenções e dos projetos previstos e prioritários para a habitação.

De fato, já foi feito essa alocação do que é possível em termos de recursos municipais para essas duas áreas que são, de fato, importantes.

Em relação à previsão de transferências e a como trata-las, como eu disse, da parte do Município, do Município cumpriu as suas obrigações, a sua parte para viabilizar as intervenções; e agora, basicamente, nós dependemos, de fato, dos repasses desses recursos para dar andamento às diversas intervenções, como as de mananciais, que foram citadas. Executá-las com recursos somente próprios é difícil. Claro que uma ou outra pode ser viabilizada, mas todas, no seu conjunto, o Município não tem condições financeiras de arcar sozinho e iniciou todo esse processo, toda essa construção pressupondo o repasse federal.

Parece-nos importante dar transparência e deixar claro qual é o montante previsto e comprometido de repasse, até para que, ao longo do exercício de 2016 e desse restante de

2015, nós podemos, inclusive com o apoio da Casa, pressionar e exigir – claro, entendendo que a condição financeira e fiscal do Governo Federal apresenta alguns desafios – que a parte dos compromissos firmados com o Município sejam cumpridos. Parece-nos muito importante manter essa previsão de receita para que possamos, junto com a sociedade, dar transparência e lutar para o repasse desses recursos, ainda que nos últimos meses ou nos últimos exercícios os repasses não tenham se materializado no montante previsto. Acho importante que fique claro que há recursos importantes que precisam ser repassados para o Município, porque, se de partida abrirmos mão de prever essa receita, de certa forma gera até expectativa de que não estamos mais contando com eles. É importante lutar até o final e buscar que o Governo Federal cumpra e repasse os recursos que são devidos por meio desses convênios de cooperação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Permite aparte, Vereador?

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sr. Secretário, há uma questão aqui que o senhor coloca, que é fundamental, que é darmos a transparência e estimular o Parlamento a fazer uma ação que ele ainda não faz, que é pressionar o Governo Federal e o Governo Estadual – naquilo que se referir, a parceria, ao Governo Estadual – para a transferência de recursos.

Quero colocar um terceiro e, talvez, fundamental elemento: a sociedade paulistana. Por quê? Temos algumas unidades de saúde e temos convênio com a União para transferência de recursos para instalação dessas unidades. Durante os dois primeiros anos e meio, o Município desdobrou-se para desapropriar e disponibilizar áreas – se não via desapropriação, via outras ações que permitiram disponibilizar áreas para implantação de unidades de saúde e unidades educacionais. Aqui estamos trabalhando no campo social. É possível dar um grau de transparência de quais os terrenos que foram de fato disponibilizados; portanto, dizendo à sociedade: “Nós, do Município, cumprimos aquilo que era colocar à

disposição do Governo Federal as áreas que receberão os recursos necessários para a construção das unidades”? Porque eu acho que disso dá muita força para a sociedade. Cito um episódio. Eu tenho acompanhado a luta de Perus para ter uma unidade de pronto atendimento. Originariamente, era uma área que seria desapropriada; depois, conseguimos um entendimento com a Cohab, que disponibilizou uma área capaz de suportar a recepção dessas unidade de pronto atendimento, a famosa UPA 24 horas. Mas a informação sempre fica fazendo parecer que é o Município que ainda deve alguma coisa para receptionar.

Já que agora tratamos a Secretaria de Finanças enquanto receita e despesa, portanto o controlador interno da execução orçamentária voltou a ser Secretaria de Finanças, já que ela detém as informações. Nós temos condições de, quem sabe, até a ultima audiência pública, deixar claro o que o Município conseguiu realizar nestes convênios de recepção de investimentos objetivos? Então, não é transferência para programa, é transferência de recurso, verba destinada à construção e equipamento dessas unidades, porque dá muita força à população de Perus dizer a ela que o Município conseguiu disponibilizar a área, que está disponível lá apenas aguardando o investimento. Porque, muitas vezes, a contrapartida é uma oferta diária. Falo de outros programas similares a esse, como os de saneamento e drenagem. Muitas vezes, para se avançar no Programa Nacional de Drenagem, é preciso oferecer a área desapropriada ou a área em que você vai empreender o tal piscinão ou a bacia de reservação; portanto, o Município precisa, mais do que assinar um convênio, avançar.

Objetivamente: é possível o Parlamento ter essa informação e, portanto, dar essa informação precisa? Por exemplo: das 100 unidades de saúde e educação previstas, tantas conseguimos deixar absolutamente à disposição o terreno e, portanto, o Governo Federal só precisa repassar o valor para a implantação das unidades. Porque essa é uma informação que ainda não está à disposição da sociedade. Quando você clica lá no acompanhamento de metas, você não consegue ter a informação se o terreno de fato foi liberado.

A mesma coisa falamos de outras mais estruturantes do que esse do ponto de vista

do investimento, mas não da importância, que são os corredores. De fato, nós conseguimos realizar todas as desapropriações necessárias para recepcionar os recursos do Governo Federal. Porque, também, a gente dizer que deixou tudo em ordem e que estamos em processo de desapropriação e, portanto, o recurso do Governo Federal ainda não chegou – e também, se chegar, nós não vamos fazer absolutamente nada, porque não fizemos nenhuma das desapropriações – não me parece que é justo, aí sim, com aquele que é detentor do programa, que é o Governo Federal. Do que conseguimos de fato desapropriar, do que a gente conseguiu de fato deixar disponível só o Governo Federal é responsável por não transferir o recurso. Porque, dando essa transferência, a gente ganha com uma sociedade que, sem dúvida nenhuma, com essa transparência do Executivo, vai se mobilizar para, aí quem sabe, o Município ter esses recursos comprometidos nesses convênios.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Presidente, acho que é plenamente possível. Não tenho esse balanço aqui neste momento, mas é plenamente possível, seja por meio da próxima audiência pública geral ou mesmo nas setoriais, com a de saúde, trazer um balanço dos convênios da área da saúde e qual o estágio em que se encontra cada uma - se o processo de licitação está concluído, se aqueles que dependem de área têm algum compromisso de desapropriação por parte do Município, se foi concluído ou não, em que estágio está. Acho que esse é um compromisso que podemos assumir de trazer isso, seja para as temáticas seja para a geral; ou mesmo um balanço geral na segunda, e faz nas setoriais algum detalhamento maior. Ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu vejo, na medida em que vamos indagando e V.Sa. tem uma forte resistência em defender a atual peça orçamentária – é de ofício de V.Sa. defende-la, ainda que, intimamente, não acredite, e peço vênias para dizer, em assentá-la como uma peça de ficção -, tenciona este relator, pelo menos no que tange aos investimentos federais, alterar a peça ou pelo menos propor – como me compete – aos Srs. membros e ao

Plenário desta Casa a redução dos investimentos dos recursos considerados de origem 02 e ex-03, que o Governo Estadual também tem frustrado no comportamento da receita, que não a tem cumprido, embora esses recursos sejam menos, quase insignificantes.

Então, Secretário, tencionamos rever, *ad conclusum*, aos níveis de transferência de 2015, obviamente mantidas todas as rubricas por atividade e permitindo recepcionar. Por que isso, Secretário? Para que não haja frustração de tamanha monta, como a que se desenha neste momento. V.Sa. fez menção à fonte 00, dos fundos para a Secretaria. Então, neste momento o Governo admite que o que está aqui em Siurb e Sehab, não teremos nada. Por exemplo, de Sehab, V.Sa. não fez menção aos recursos, que são tristes de se observar. E não há outras receitas para se colocar, a não ser o da operação urbana, como o de Águas Espraiadas, que o Governo utiliza parte dos recursos, e como o da Água Branca, em que houve aquela frustração; e assim sucessivamente. Ou seja, não temos recursos para habitação de maneira nenhuma.

Minha intenção, preliminarmente, neste primeiro apanhado do orçamento, Secretário, é olhar melhor e fazer uma melhor consideração dos níveis de investimento da fonte 00, Assim, vou propor – primeiro aos membros da Comissão, depois ao Plenário da Casa, se não lograr êxito na Comissão – manterem-se as rubricas e os investimentos, a recepção desses recursos do Governo Federal aos níveis de pelo menos 2015. Porque, com o rombo do Governo Federal em 2015 para 2016, vejo, honestamente, Secretário, as dificuldades de cumprimento. Tenho que olhar para quem é que vai nos transferir o dinheiro. Pouco, eu duvido que vá cumprir, inclusive da parte de saúde e de educação. Tenho quase como certo que eles vão atrasar também esses recursos. Não tenho dúvidas de que, nessa área de saúde, que eles teriam o compromisso de transferir, não o farão.

Então, Secretário, eu sei que V.Sa. está aqui para defender essa peça orçamentária, mas nós teremos que fazer uma boa discussão política com os senhores membros desta Comissão e com o Plenário para ver a minha proposição de largada como

Relator.

Vejo com muita preocupação, Secretário, essa situação. Volto a afirmar: não é com o senhor, pois o Prefeito acertou ao nomeá-lo Secretário, e nós sabemos da competência de V.Sa. Uma coisa, no entanto, é competência; outra é a obrigação de fixar na peça orçamentária os números que se encontram assentados nela. Daí minha eventual frustração, porque quero manter todas as rubricas, mas a níveis em que possamos ter executados os níveis para 2016.

Aqui não é o tesourão do Orçamento, é a realidade dele.

Eu ficaria aqui o dia inteiro debatendo com V.Sa. rubrica por rubrica, mas cairia na redundância, pois notei que a tendência é V.SA. manter a posição da peça. Respeito, porém divirjo.

Agora lhe devolvo a fala, caso V.Sa. queira fazer mais alguma consideração.

Obrigado, Secretário.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – A contribuição do nobre Vereador é sempre muito bem-vinda.

Esclareço que, quando se faz o levantamento por órgão, por exemplo, como o Fundurb – Fundo de Saneamento –um órgão orçamentário próprio, ele não aparece. Quando se monta um relatório, aparenta não haver recursos municipais para áreas como Habitação e Siurb, mas, como eu disse, para a Siurb há um montante de 500 milhões alocados nos três fundos e, para a Habitação, 200 milhões.

Em relação à previsão de receita de capital para as intervenções, principalmente as de fonte 02 e 03, mantenho a posição de que é melhor prever os recursos, mostrar, sinalizar qual a nossa expectativa e quais foram os compromissos assumidos, deixar claro para a sociedade que isso pressupõe repasse do recurso e a execução efetiva das obras ficam condicionadas à materialização da receita. Assim me parece que fica um equilíbrio adequado entre transparência, de não se criar uma falsa expectativa, e se prever, sim, e não abdicar dessa pressão, dessa previsão de receita, que é fundamental para o Município. Não prevê-la

quase gera uma sinalização de que não contamos com esse recurso, o que acaba reforçando a materialização de um cenário de não repasse integral dos recursos.

Por isso, defendo a manutenção da previsão de receita para aqueles convênios que, de fato, têm essa possibilidade, porque isso vai permitir um diálogo com o Governo Federal e, nas diversas instâncias de toda a sociedade paulistana, nos diversos canais, é pressionar para que esses repasses ocorram, deixando claro que a materialização da receita depende desse repasse. Em não ocorrendo, para alguns podemos fazer um esforço de realocação e outros não serão executados.

Parece, assim, que ficaria mais transparente, mas é claro que eu respeito a posição divergente, que também é legítima, pois essa é uma matéria difícil. Essa, no entanto, é a posição que eu tendo a defender.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, como V.Sa. fez menção dos fundos, eles estão todos comprometidos. Eu fui um dos que lutaram por recursos vindos da Sabesp para investimentos nos mananciais em 2016. Todos os governos que vieram, modificaram isso e estão gastando em todos os lugares, menos nos mananciais. Esta Casa conseguiu um montante de mais de 350 milhões por ano para gastar na recuperação dos mananciais, mas os senhores estão gastando em outras coisas e não haverá dinheiro para os mananciais. Em 2015, por exemplo, praticamente nada foi investido e retirou-se o pouco que tinha para as compensações tarifárias, cujo tema vou deixar para outros abordarem, apesar de que, se possível, retornarei ao tema.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário e Srs. Vereadores, primeiramente quero fazer um apelo. No dia 21 de agosto, esta Casa aprovou o meu Requerimento 57/15, por meio do qual requeiro várias informações à Secretaria a respeito dos apontamentos realizados pelos auditores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

no relatório anual da fiscalização de 2014. Acredito que esse documento deva estar retido por algum burocrata e não chegou a V.Sa.

Por isso, gostaria de fazer um apelo para que, se puder, V.Sa. interceda para que possamos o mais rapidamente possível obter resposta a esse requerimento e, assim, retomarmos essa discussão.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer a V.Sa. é sobre os indicadores utilizados para a proposta do Orçamento 2016, dentre eles o PIB estimado em 0,33% de crescimento. Porém, já se admite que o PIB será negativo neste ano em menos 1%. No segundo trimestre, o Brasil já estava na chamada recessão técnica. Ao considerar um PIB de 0,33%, o Orçamento já não começa errado?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – De fato, a peça tem uma defasagem, pois, no momento de sua elaboração, a previsão para o PIB era mais favorável do que o atual. Pensando principalmente no ISS ou mesmo no ICMS, a previsão de inflação também era menor. Então, do ponto de vista nominal, se de fato é verdade que a previsão para o crescimento do PIB saiu da faixa de 0,3% e agora está oscilando na faixa negativa de 0,5%, dependendo da previsão, por outro lado, a inflação prevista para 2016, que, na elaboração da peça, era de 5,4%, pelo Focus já está em 6,5%. Claro que, do ponto de vista real, isso afeta, mas, do ponto de vista nominal, os números se compensam, a maior inflação vai afetar a arrecadação do ISS e a do ICMS.

É pertinente o comentário e, de fato, há uma defasagem, porque o cenário das peças elaboradas, as projeções começam a ser elaboradas entre junho e julho, vai mudando ao longo do tempo e provavelmente em dezembro teremos um cenário mais ou menos favorável. No atual momento, a variação do PIB se compensa com a variação da inflação para essas rubricas de receita.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A contribuição do custeio de iluminação pública está orçada em 530 milhões, ou seja, 83% a mais do que este ano de 2015. Esse aumento tão alto

significa que vamos ter um aumento para a população nesse mesmo patamar?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – A receita da Cosip é reajustada anualmente pelos mesmos índices da tarifa de energia elétrica. Como todos os senhores têm conhecimento, este ano ela foi marcada por uma série de reajustes extraordinários e ordinários da tarifa de energia elétrica, que se refletem na tarifa da Cosip. Salvo engano, a tarifa da Cosip hoje é de 5,4 reais fixos por contribuinte residencial e de 14, 15 reais para não residencial.

Há um pressuposto de uma variação não necessariamente nesse percentual, porque também há a questão dos recursos em caixa, mas há uma variação importante, sim, da receita da Cosip para 2016, decorrente da variação da tarifa de energia elétrica. Como é algo que está previsto em lei, nós temos que cumprir, porque, de fato, é uma variação importante.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Da mesma forma, o orçamento dos serviços administrativos para o público teve um aumento de 65%, ou seja, de 320 milhões em 2015, e de 530 milhões para 2016. Esse não é um aumento muito pesado para a população, tendo em vista o atual momento de crise econômica que atravessa o País?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Vou levantar os detalhes e já o informo, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Posso até passar ao senhor os números desse aumento que conta da peça orçamentária. Houve um aumento de 65% e saiu de 320 milhões em 2015 para 530 milhões em 2016 em relação aos orçamentos administrativos para o público.

Esta é a minha dúvida: não é esse um aumento muito pesado, Secretário?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Nobre Vereador, volto a essa questão no final, pois ela é composta por uma série de outras receitas que não tenho aqui de pronto, de cabeça. Mas a minha assessoria vai levantar os detalhes, e informo V.Exa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – O.k. Nos dois anos anteriores, o Orçamento estava totalmente dependente dos recursos federais, fonte 02, e, pela terceira vez, para 2016, não vai ser diferente. O Vereador Milton Leite explorou bastante esse aspecto, e vemos que, nas

receitas de capitais orçadas para 2015, foram realizados ínfimos 8,6%; ou seja, foram esperados 7,5 bilhões, mas chegaram apenas 797 milhões. Para 2016, estão orçados 8,25 bilhões ou 40% a mais do que previsto para este ano. V.Sa. não considera isso irreal diante da atual realidade?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Fazendo um resumo do que já foi debatido, a nossa posição em relação ao assunto é de que é melhor prever de fato todas as receitas que, nos seus diversos convênios, estão aptos a receber essa transferência e, a partir disso, no diálogo com cada Secretaria afim e com toda a sociedade, buscar com o Governo Federal e com o Governo Estadual o cumprimento dessas obrigações. Deixando claro para a sociedade que a execução dessas obras depende desses recursos e, com a não materialização, sua execução pode ser comprometida. No entanto, achamos que é mais justo e mais transparente fazer dessa forma, mas, claro sem criar expectativa, pois a materialização da receita precisa ocorrer para que a intervenção possa fluir.

Esse, então, é o posicionamento. Ela foi montada com base no que cada Secretaria tem de convênio e no que ela acredita que, dentro de seu estágio de execução, possa receber de recursos em 2016. A partir disso, compilamos e entendemos que temos que lutar pelo ingresso da sua totalidade. Não sei se vamos conseguir, pois há desafios importantes, e isso é notório, mas entendemos que, como peça de planejamento, temos que brigar por cada real desse que está previsto.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Essa mesma matemática não é um contrassenso também: ela foi aplicada nas transferências de capital que são recursos usados para investimento. Para 2015, o Orçamento, na mesma Fonte 02 foi de 4,834 bilhões, mas até o dia 14 de outubro, foram arrecadados apenas 462 milhões. Ou seja, apenas 9,8%. Por que a Prefeitura acredita que, em 2016, será diferente, já que os recursos orçamentários totalizam 3,884 bilhões menores do que o ano passado, mas que está, mesmo assim, elevadíssimo, diante das contas federais? Existe ainda essa questão, Sr. Secretário?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Então, como eu havia comentado anteriormente, nos questionamentos do Vereador Milton Leite, o ano de 2013 foi marcado pela celebração desses convênios, então permitiu já um saldo importante para a Cidade. Não tínhamos um número de convênios – nem monta – que somasse valores tão expressivos.

O exercício de 2014-2015 foi o preparatório para que esses repasses pudessem ocorrer. Claro que algumas intervenções estavam em estágio mais avançado, e elas puderam ter início. Outras estavam em processo licitatório, preparação de áreas e de licenciamento. Nesse momento, temos um grande número de intervenções que estão aptas a receber recursos significativos. Então, agora, a discussão foca-se, na sua maioria, na capacidade do Governo Federal em transferir os recursos.

Claro, não temos que, ou melhor, temos de entender que estamos passando por uma situação difícil, mas nós temos de brigar e disputar o recurso que for comprometido com o Município. O Município cumpriu a maioria das suas etapas, das suas incumbências e, agora, tem a possibilidade, de fato, de receber um montante expressivo em 2016. Então não é irreal do ponto de vista da capacidade de ingresso de recursos. O que temos de discutir é quanto o Governo Federal vai reservar em transferências para o Município, *vis-a-vis* para outras áreas e *vis-a-vis* o que, de fato, celebrou de compromisso com o Município, o que somam montas até maiores do que está previsto para 2016. Então é um pouco essa posição nossa, no momento.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A outra questão diz respeito ao tão aguardado hospital de Parelheiros, o orçamento, para 2016, prevê 20 milhões na Fonte 00; e 87 milhões na Fonte 02, recursos federais.

A promessa, inclusive ouvimos aí recentemente na manifestação do Sr. Prefeito, é entregar o hospital em 2016. Gostaria de saber como isso será o feito, pois, até o momento, a Prefeitura pagou apenas 24 milhões de uma obra orçada em 200 milhões. Volto a falar: diante das dificuldades do País, os recursos federais, dificilmente, virão. Como será possível entregar essa obra em 2016, sendo que apenas com recursos da Fonte 00 – e volto a falar, nós temos

gasto apenas 24 milhões numa obra de 200 milhões -, orçados em apenas 20 milhões com recursos municipais. Então gostaria de entender essa matemática. Se a Prefeitura, no caso de não vir recursos federais, irá fazer o pagamento total, integral?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Do ponto de vista de execução de 2015 para o hospital, salvo engano já tem um total de empenhos da ordem R\$ 60 milhões até o momento, de fato, acho que a liquidação e o pagamento estão próximos da monta informada pelo Vereador, mas o empenho já é autorização das intervenções, enfim, é o que, de fato, está ocorrendo no momento e precisam ser finalizadas as medições para proceder a liquidação das despesas.

Então já há um montante importante que já foi direcionado para a área; já tem repasse federal para o hospital. Para 2016 foi previsto complemento de recursos da fonte Tesouro para concluir a intervenção, e a parte restante do convenio federal. Não há porque imaginar, claro, há um desafio financeiro e fiscal por parte do Governo Federal, mas é uma intervenção prioritária, eu entendo, inclusive para o Governo Federal. Não nos parece que haverá descumprimento nesse convenio específico. Se eventualmente ocorrer algum tipo de frustração do repasse Federal, o nosso compromisso é viabilizar, é concluir essa obra, vamos fazer os esforços necessários para realocar algum orçamento que seja necessário da fonte Tesouro para concluir a intervenção. Mas no cenário atual, é intervenção que já está em curso, há repasse Federal, então não está sofrendo, no momento, com a ausência de repasses. Por enquanto, não há problema imediato em relação ao assunto.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Secretário, volto a insistir, foram gastos apenas 24 milhões numa obra de 200 milhões. O que estamos vendo é que não houve repasse do Governo Federal com relação à questão do Hospital. Volto a perguntar: da onde virão os recursos sendo que a previsão orçamentária da fonte 00 para o ano que vem é de 20 milhões? Não fechamos a conta.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Vereador, por enquanto esse é o

cenário em que estamos trabalhando. Se for necessário... O repasse Federal não nos parece, para essa intervenção que vai ser frustrado. Já há mais de 50 milhões empenhados para o exercício. O olhar para o pago não é o mais adequado, o empenho já é o compromisso. O nível de intervenções que está ocorrendo no momento se assemelha mais ao empenho do que à liquidação. A liquidação tem que finalizar uma etapa da obra, aí encaminha à secretaria-fim que atesta e realiza o pagamento. Então há uma defasagem muitas vezes de 30, 40 dias.

Há 60 milhões...

P – Sessenta milhões empenhados?

R – Corrigindo, são 51 milhões exatos.

P – Então gostaria, se for possível, poderia passar esse dado porque não temos, o valor que está empenhado para nosso acompanhamento.

R – Claro, é fundamental para o acompanhamento, será repassado.

P – Secretário, há pouco tempo vimos que a Prefeitura retirou dinheiro destinado à moradia popular, às obras de combate a enchentes, a reurbanização de favelas para pagar dívida das empresas de ônibus, tendo em vista o número inesperado da gratuidade com a implantação do passe-livre estudantil e do idoso. Pergunto: como podemos entender isso? Foi um cálculo malfeito, foi um erro grosseiro de estimativa? Pois a diferença entre o esperado e o real chega a quase 70%. O passe-livre para estudantes foi estimado em 300 mil e o número de inscritos chega a 500 mil, uma diferença de 67%.

R – Acho que é uma boa oportunidade para esclarecer a questão do remanejamento orçamentário para a alocação no subsídio ao Transporte. Na verdade, não ocorreu transferência de recursos de mananciais, ou da Habitação, ou de qualquer outra área para subsidiar o Transporte. Foi feito um remanejamento orçamentário para alocar nesse subsídio.

O fato não é que deixamos de executar os mananciais por conta do subsídio. Eram recursos que estavam congelados do ponto de vista orçamentário. E é importante fazer a

distinção entre a peça orçamentária e a execução financeira. Então todo ano, a depender da previsão de receita, por exemplo, no caso de convênios, enquanto a receita não se materializa há congelamento naquela dotação. No estágio atual de 2015, para algumas despesas há alguma segurança para dizer como os recursos que lastreavam aquela despesa não se materializaram, então aquele orçamento não será utilizado, fica congelado e pode ser anulado para suplementar outra despesa. Não quer dizer que deixou de se fazer mananciais ou uma intervenção para destinar o recurso financeiro para o subsídio ao Transporte. Isso não ocorreu, essa é uma confusão recorrente. Não é tão simples, mas é uma dificuldade comum entender a movimentação orçamentária como movimentação financeira de realocação de recursos. Nem sempre, e em número expressivo de vezes, isso não ocorre, e foi esse o caso.

Como o valor do subsídio ao Transporte envolve valores substanciais, é encontrar dotações para que não seja extremamente pulverizadas, dotações que dependiam de repasses federais, que não ocorreram até o momento e foi feita a realocação. Eventualmente, ocorrendo o repasse é feita a suplementação dos recursos, mas não gera qualquer tipo de prejuízo para a intervenção

Em relação à estimativa e o maior número de adesões à gratuidade do que era previsto, essas estimativas foram feitas pela Secretaria de Transportes, que conhece o negócio do Transporte, de como funciona e de qual a expectativa de migração, de adesão, claro que acompanhamos mas, de fato, em termos do sucesso da política pública, eu acho que é ótimo. O indicador mostra que um número expressivo de estudantes conseguiu se beneficiar e do ponto de vista da política pública é fundamental, era o objetivo. Claro, isso gera um reflexo de ponto de vista financeiro que tem impactado. Em relação ao que era previsto, ao que foi elaborado na peça, lembrando que foi em julho, agosto de 2014, ficou acima e aí o Município de São Paulo no exercício de 2015 tem esse esforço adicional de realocar as despesas e encontrar uma forma de equacionar. Para 2016, está em curso da nova licitação que prevê retornos menores do que até então era praticado, até alinhando um pouco em relação aos

resultados da auditoria feita nos contratos atuais. Há uma licitação em curso e esperamos que o seu resultado seja positivo para a cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Permita-me um aparte, Vereador?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretário, vou explorar um pouco mais a questão dos remanejamentos orçamentários. O Prefeito, muito parecido com a vossa argumentação, anuncia que não há prejuízo porque parte daquilo que foi remanejado ou a totalidade do remanejado, além de ser apenas dispositivo orçamentário, havia compromisso de repasse da União, e não existindo o repasse da União frustrava a parte fundamental para a realização desses programas.

Eu pude notar que dentro do rol de recursos orçamentários realocados lá estava um que, na realidade, independe de ação da União e não há convenio com a União: é a regularização fundiária de interesse social. Na verdade, a Secretaria da Habitação tem uma coordenadoria para isso e não vem recebendo nenhum recurso nem tem convênio com o Governo Federal e, portanto, se esses recursos orçamentários se materializarem como financeiros e fossem aplicados naquele programa “performaria” de maneira objetiva, portanto, parcialmente correta a vossa argumentação com a do Prefeito, se não fosse o caso desse programa que não tem convênio e, portanto, não precisaria ser atingido.

Na realidade, se esse dispositivo orçamentário foi transferido para a Secretaria de Transporte para fazer frente a uma despesa financeira que terá. Sem dúvida nenhuma, se isso acontecesse na Secretaria de Habitação, na Coordenadoria de Regulamentação Fundiária, teríamos mais uns 12, 15 mil documentos de regularização fundiária emitidos na medida em que cada um deles tem um custo ao Município de 380, 400 reais.

Portanto, é parcialmente correto afirmar que não limitamos a intervenção daquelas rubricas que foram oneradas. É verdade que esse era o menor recurso, mas é um recurso significativo para um programa que “performa” tão pouco. Então, se compararmos a

capacidade de realização da Secretaria de Habitação, na Coordenadoria de Regulamentação Fundiária, esses quase oito milhões que foram retirados fazem uma falta significativa na medida em que a Secretaria não “performou” mais de 10% daquilo que tem no orçamento. Portanto, tem crédito aquela Secretaria para realizar, mas não serve a argumentação de que dependia de recurso Federal.

É verdade que a Secretaria de Habitação tem tido baixa capacidade de execução do seu orçamento, talvez esse seria o argumento preciso. Estamos tirando da Secretaria de Habitação porque ela não consegue nem realizar a tarefa – ela nem tem convênio com o Governo Federal e, portanto, estamos tirando recurso de lá pela absoluta incompetência da execução do orçamento, mas não por que o Governo Federal deixou de repassar algo para aquele setor. Aí, é uma questão de absoluta incompetência e temos de ser honestos e sinceros de contar também das nossas competências como incompetências.

É importante fixar muito bem que parte é dependência do Governo Federal e parte é incompetência que as próprias secretarias têm tido de executar o orçamento porque senão deixamos a realidade turva imaginando que não acontece nada em algumas secretarias só porque o Governo Federal não repassa recurso. Não é verdade. Parte das nossas secretarias têm tido uma dificuldade gigantesca para realizar o próprio orçamento, que nós temos financeiro para fazer frente ao orçamentário.

Desculpa o aparte, nobre Vereador, mas era importante.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Só para complementar a fala do Vereador Police Neto, o caso de regularização fundiária, de fato, é exceção em relação às transferências e uma parte vem sendo atendida pelo Fundurb. De fato, esses recursos não seriam utilizados. Hoje, do que está disponível, considerando todas as fontes de recursos para a Secretaria, está adequado à capacidade de entrega.

Então, é uma área prioritária para nós e não estamos fazendo restrições para o avanço da política. Ele vem sendo atendido pelo Fundurb em sua forma majoritária.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Secretário, existiam esses recursos? Esses recursos foram transferidos? Parece-me que essa questão do remanejamento foi feita em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se havia recursos da Prefeitura para o transporte, por que não foram executadas as obras dos mananciais com recursos da Prefeitura? Ficaram congelados.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Recordando, os recursos previstos para mananciais eram da fonte de transferências federais e não ocorreu o repasse de recursos financeiros para essa intervenção, então, essa movimentação orçamentária é de praxe e não tem qualquer tipo de inadequação ou irregularidade.

O lastro financeiro para ela não existe no momento e, como montante orçamentário, pode ser remanejado para outra intervenção para manter, do ponto de vista global do orçamento, o mesmo montante de gasto de intervenções previstas para o exercício com uma alocação diferente, mas lembrando e destacando que não tem qualquer relação em retirar ou não colocar recursos nos mananciais para realocá-los no transporte público, ainda que se fosse o caso, haveria uma discussão legítima da política em si, da distribuição dos recursos escassos, mas, de fato, não foi isso o que ocorreu.

No caso de mananciais, o lastro orçamentário é decorrente de uma previsão de ingressos na fonte 02; e, não ocorrendo esse repasse, nada mais natural que, quando necessário, remanejá-lo do ponto de vista orçamentário, que não significa qualquer tipo de desvio de finalidade, porque não há o recurso federal que foi transferido para mananciais. Nesse caso, ele não estaria sendo direcionado para transportes, para deixar claro, então como esse recurso não foi repassado pode ser feito o remanejamento orçamentário sem qualquer tipo de inadequação ou sem implicar qualquer tipo de remanejamento na locação de recurso do ponto de vista financeiro.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Volto a perguntar: Por que as obras não foram realizadas com recursos próprios? Porque se aguardou os recursos federais? Se nós tínhamos

recursos municipais, porque não utilizamos esses recursos próprios?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Essas intervenções, principalmente mananciais, são intervenções que, muitas vezes, demandam bilhões de reais. Então, sem ter uma clareza de que o Governo Federal irá, de fato, fazer os repasses, não dá para iniciar uma obra dessas com um montante pequeno de recursos municipais, para depois ter de suspender, deixar inacabada a intervenção.

Do ponto de vista da política pública em si, não seria uma escolha adequada, pois são grandes intervenções que, para se iniciar e para fluir a obra, é preciso haver segurança quanto ao repasse federal, sob pena de acabar fazendo o mau uso do recurso público.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu gostaria de retornar àquela questão da contribuição do custeio da iluminação pública. Esse reajuste de 83% previsto a mais em 2015, um aumento tão significativo, será repassado para a população no mesmo patamar? Não entendi a finalização e a resposta do senhor.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – A previsão de incremento de receita é dessa monta, o que não significa necessariamente um incremento percentual individual nesse mesmo montante. Esse número está sendo apurado, mas terá correlação – e isso tem de ser transparente, porque é o que está previsto em lei – a variação da tarifa da Cosip para 2016, individualmente, para residencial e para não residencial, será de acordo com a variação da tarifa de energia elétrica ocorrida em 2015. Isso não é discricionário, está previsto em lei, e o Município está apurando o valor correto e o publicará em breve. Mas, de fato, há um reajuste importante, lembrando que atualmente a contribuição residencial é de – salvo engano – R\$ 5,40 por fatura, por ligação elétrica; e, ainda que percentualmente ele seja elevado, a tarifa deve subir algo em torno de dois ou três reais por contribuinte.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Está certo. Eu gostaria de passar ao senhor a cópia do requerimento que fiz para que o senhor nos remeta essas informações o mais rápido possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer ao nobre Vereador Aurélio Nomura.

Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Sr. Presidente, considerando essa pauta extensa, serei bastante breve.

Sr. Secretário, eu quero entender qual é o critério de distribuição dos valores para as Subprefeituras.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Para o custeio da Subprefeitura, foi utilizado um pouco do histórico, um pouco da previsão de execução para 2015, e a partir daí um adicional proporcional para cada Subprefeitura. Na questão de projetos, foi levado em conta os indicadores de desigualdade, vulnerabilidade social, população e território. Então, é claro que tem especificidades, a parte de projetos é um pouco mais variável, mas ele tentou levar em conta esses critérios.

O SR. JAIR TATTO – Há uma redução real de 5% com relação aos valores de 2015 para 2016 nas Subprefeituras; e uma ampliação de valores na Secretaria das Subprefeituras de 24%. É evidente que nós temos uma execução R\$ 1,420 bilhão, ao invés daquilo que foi proposto por esta Casa em 2015, que era R\$ 1, 168 bilhão. Pelo que entendi, dentro desses valores orçados, estão os valores de emendas parlamentares.

Então, além das emendas parlamentares, constam também valores de projetos depositados pelo Fundurb ou por outras fontes que fazem chegar a esse valor? E esses 24% a mais na Secretaria servem como objeto de redistribuição dentro do que está sendo proposto pelo Executivo?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – O principal item que faz variar o orçamento da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras é a parte de recapeamento que, de alguma forma, na sua execução, atende a cada Subprefeitura. Então esse é o montante

maior do que está previsto na peça de 2015, e está centralizado, mas depois ele acaba beneficiando o conjunto das Subprefeituras.

Outro ponto importante que o Pedrinho lembrou é que na peça orçamentária de 2015 o recapeamento acabou sendo descentralizado. Mas, do ponto de vista operacional, ele sempre é centralizado. Isso acaba gerando um pouco de distorção na estatística, por isso a grande variação.

O SR. JAIR TATTO – Por exemplo, a Superintendência de Usina de Asfalto, que executa esse tipo de trabalho, não tem uma dotação própria. O que me consta, é que está dentro do orçamento geral da Secretaria.

Digo isso pela diferença das propostas do Orçamento de 2015 e de 2016, considerando então que as emendas de Vereadores não estão lançadas nessas propostas. Vou dar um exemplo: em Cidade Tiradentes, a Subprefeitura recebeu mais 5% em 2016, se comparada com a proposta de 2015; enquanto que Parelheiros perdeu 13,85% nessa mesma comparação. Por isso, a minha pergunta de qual critério a Secretaria de Finanças usa para distribuir os recursos.

Outra comparação de propostas do Orçamento de 2015 e 2016, ambas sem emendas de Vereadores: há uma redução nominal de 5% no Orçamento geral proposto, o que significa R\$ 54 milhões, um valor bastante razoável, considerando o serviço de zeladoria que esse valor permitiria fazer na Subprefeitura. Isso sem levar em conta a correção da inflação no período. Então por que a redução nas verbas das Subprefeituras?

Por último, em relação à execução do Orçamento 2015 e 2016, há uma diminuição de R\$ 306 milhões nos valores das Subprefeituras. E volto a dizer, sem as emendas dos Vereadores. Então, diante do Orçamento atualizado para as Subprefeituras de 2015, de R\$ 1,420 bilhão, e a proposta para 2016, que era de R\$ 1,113 bilhão, e isso se explica somente pela ausência das emendas ou por projetos, o que compreende exatamente o valor de R\$ 1,113 bilhão orçado e o executado de R\$ 1,420 bilhão?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Em relação aos números e a eventual comparação e uma redução real em relação a 2015, é bom esclarecer que aparentemente está comparando com o orçamento aprovado em 2015, lembrando que na discussão do ano passado houve uma grande variação, uma grande inclusão, um grande aumento no orçamento das Subprefeituras em relação ao exercício de 2014 e, na prática, na execução, ao longo de 2015, não está sendo possível atingir esses valores.

Em relação ao que será executado em 2015, a peça prevê um incremento da ordem de 19%, entre as diversas rubricas que se relacionam com as Subprefeitura. Estão inclusas as emendas na base de comparação de 2015 e não estão na previsão de 2016, assim como o recapeamento, que está descentralizado na peça orçamentária de 2015 e na de 2016, não. Isso afeta o orçamento. Mas o critério de execução do orçamento em 2015 foi linear, por isso que, quando se compara com o que foi efetivamente aprovado na peça orçamentária, gera uma distorção, por isso fica difícil de explicar, ponto a ponto, a variação. Mas ela foi montada em cima da execução provável de 2015, e há um incremento para 2016 que permitirá cobrir os contratos, suas recomposições inflacionárias e também um nível um pouco maior de intervenções.

O SR. JAIR TATTO – Esse incremento é na ordem de quanto?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – O incremento geral é da ordem de 19%, sendo um valor menor, salvo engano de 5% ou 6% para custeio e de 10% a 15% para...

O SR. JAIR TATTO – Então eu posso considerar em cima do que foi citado aqui uma perspectiva de 15% a mais no valor das Subprefeituras?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Em relação ao que será executado este ano, sim.

O SR. JAIR TATTO – Você está considerando o que foi acrescido este ano daquilo que foi orçado. Mas para o ano de 2016, posso considerar que é uma perspectiva de um acompanhamento de valores, nem considerando a inflação... O Secretário está me

entendendo? Se há essa perspectiva para dizer que, para 2016, nós temos esse incremento, porque vai além de emendas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só para elucidar esse tema que V.Exa. aborda, primeiro a gente precisa saber onde encontrar esse número da expectativa de realização, porque não há nenhum número para os Srs. Vereadores que nos remete à possibilidade dessa análise, portanto só o Prefeito e sua equipe conseguem prever o que é expectativa do cumprimento da lei, porque nós temos as condições de aprovar uma lei e entregar ao Prefeito, que vai projetar, dentro dessa lei, aquilo que é expectativa de aderência da lei ao que ele vai realizar. Então acho que essa tarefa que vai ser cumprida por você, Vereador Jair, só pode ter esses parâmetros de comparação à medida que tenhamos a informação do Executivo de qual é a expectativa que ele está trabalhando. Porque falar que o que chegou aqui é 19% maior do que a expectativa, e nós não sabemos qual é a expectativa do Executivo, a gente não consegue fazer o cálculo. Então talvez seja importante a Secretaria conseguir nos fornecer que expectativa é essa do fechamento do exercício. Portanto, passa a ter uma aderência objetiva nos cálculos que vão ser realizados pelo Vereador Jair Tatto.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Perfeita a intervenção. Acho que importante ser mais preciso do ponto de vista técnico: quando me refiro à previsão, refiro-me aos valores disponíveis para a execução de 2015. É uma informação que está à disposição, e, portanto, sendo transparente. O valor disponível para o exercício de 2015 é a base para a comparação do adicional que vai ter em 2016.

Esclarecendo o que significa o orçamento disponível: do orçamento aprovado, aquilo que, com base nas receitas realizadas, é possível ser executado. Então é aquilo que foi liberado efetivamente para a execução de cada unidade, de cada órgão orçamentário. Até pode ser que ele não execute na sua integralidade, mas o Orçamento disponível é o teto de execução à disposição do órgão. Acima desse montante disponibilizado, que se chama valor orçamentário disponível, somente como um descongelamento orçamentário, que pode ser feito até o limite autorizado pela Câmara Municipal. Então, sobre o valor disponível, hoje, que é o que todas as unidades trabalham, que cada subprefeitura se organizou para executar, sobre ele há um incremento para 2016 da ordem de 19%, sendo que a maior variação está em projetos,

e, em menor nível, em custeio.

O SR. JAIR TATTO - Muito bem. Eu vou trabalhar nessa expectativa. Temos os recursos destinados pela Câmara Municipal também, que entendo que não houve tempo de constar aqui os 55 milhões que nós aprovamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – mandado pela Casa, devolvido pela Câmara. Ele está nessa execução?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Está na execução de 2015. A sobra orçamentária da Câmara Municipal, ou seja, o esforço de não execução, foi disponibilizada e a realocada para as subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Esse já está nas subprefeituras?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Está na execução de 2015.

O SR. JAIR TATTO – Eu quero saber se está dentro desse orçado, de 1 bilhão, 420.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Não, porque ele pressupõe a sua execução no exercício de 2015.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço, inclusive, a orientação e a intervenção do Vereador Police Neto.

Não vejo dificuldade, nobre Relator Milton Leite, em constituirmos um crescimento nos recurso da subprefeitura dessa ordem, que o esforço é razoável – sejam os valores que a Câmara devolve, sejam os valores de emendas parlamentares. Mas, se pudéssemos ter, para a Peça, uma projeção, que eu acho que vocês são capazes, seja baseado neste ano, seja baseado numa correção, e que possamos trabalhar de imediato, e não construir. Porque esse Relator não tem desejo de falar: “Olha, eu peguei na subprefeitura de Sapopemba, e aqui tinham 29 milhões; fizemos um esforço e transformamos em 38 milhões”. Não é esse o objetivo. É uma maneira que eu acho razoável de trabalhar. Viu, nobre Relator Milton Leite, eu prefiro que a gente consiga ter critérios definidos de como se distribui, e que a gente consiga projetar. Eu acho que vocês são capazes desse entendimento. E eu não quero trabalhar na ótica de ouvir um Vereador individualmente ou aquele, temos que trabalhar no contexto da cidade, e considerando os índices que a Prefeitura oferece para nós, que para mim são razoáveis. Então esse é o apelo nesse início de discussão sobre o orçamento do próximo ano.

Agradeço a oportunidade.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Da nossa parte, estamos à disposição. Podemos compartilhar a metodologia que foi utilizada, que envolve os critérios de vulnerabilidade, até para manter uma transparência na locação.

Enfim, da parte da Secretaria, estamos à disposição para ajudar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a participação do Sub-relator das Subprefeituras, Vereador Jair Tatto.

Com a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, quero retomar algumas questões, algumas ainda não foram abordadas, mas outras sim. A primeira que me chama a atenção é com relação à questão do Instituto de Previdência do Município de São Paulo. Se compararmos a proposta de 2015 com a de 2016, observamos um crescimento da ordem de 29%.

Quero ouvir um pouco da Secretaria o que está se pensando, porque me parece que resolvida a questão da dívida, a da Previdência é o ponto mais preocupante do ponto de vista orçamentário. Por isso gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso e quais as perspectivas, porque parece que caminhamos para uma situação sempre muito difícil.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Sem dúvida. A Previdência é sempre um tema de alerta e de preocupação, tanto que já vem sendo debatida na Casa. É um assunto difícil, mas que precisa ser enfrentado.

Recentemente, há poucas semanas, se não me engano há duas semanas, o Executivo encaminhou à Câmara um projeto de instituição da Previdência Complementar para valer para os novos servidores que ingressarem na Prefeitura. É um primeiro passo. É um passo importante a médio e longo prazo para resolver e que dá sustentabilidade à Previdência do Município. É um regime próprio. Esse projeto será debatido na Casa, será bastante discutido, será construído, mas imagino que se deu o primeiro passo para resolver esse problema.

De fato, há uma variação grande em relação ao que foi previsto. É uma despesa que vem crescendo na ordem de 20% ao ano, consumindo cada vez mais, proporcionalmente, espaço no Orçamento. Usamos como base também o que será executado em 2015, o valor disponível. Provavelmente será uma despesa que vai necessitar suplementações, adicionais ao final do exercício. Sobre ela, há uma variação grande, de fato, mas é algo que não está no nosso controle de curto prazo. Ele é dado e não há como fugir dessa despesa. Cabe a nós discutir e tentar encontrar soluções a médio e longo prazo. Esse é um esforço que a Casa já vem discutindo e para futuro temos boas soluções encaminhadas.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Secretário, ainda algumas questões com relação à Previdência, V.Exa. falou do projeto que está tramitando, que é da Previdência Complementar para os próximos servidores. Falou que era da ordem de 20%, mas neste caso do orçado 1516 dá 29. Estamos falando de um montante maior do que aquilo que teremos de volta da dívida, que é de 1,4, quase 1,5.

Mesmo que haja uma preocupação de médio e longo prazo, há alguma discussão específica para o curto prazo, para tentarmos minimizar esse crescimento? Porque aqui há um ralo com certeza, não estou dizendo que é para o mal ou para o bem, mas drena recursos que poderiam ser utilizados em outras áreas.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – De fato, é uma despesa que vem consumindo, que vem aumentando a sua participação proporcional no Orçamento, vem tirando espaço de intervenções e de investimento. É um custeio e precisa ser enfrentado, mas de curto prazo não há, a nosso ver, muitas ações a serem feitas. Claro que há ações que vão desde auditorias e verificações para saber se os valores que estão sendo pagos são adequados. Existe até um contrato atual com a Fundação Getúlio Vargas para verificar os critérios de aposentadoria, se o sistema contem os valores adequados, se não há algum tipo de distorção ou de erro. Isso tudo é importante, em alguma medida, tem algum impacto, mas o que vai resolver são as questões de médio prazo. Para curto prazo não há nenhuma outra ação a ser

feita, pelo menos encaminhada, que vá mitigar. Depende do número de ingressos de servidores no regime na inatividade, então, a Prefeitura possui um quadro de servidores com idade elevada, uma parte importante já tem condições de se aposentar. Por isso ele vem, nos últimos anos, com uma taxa de crescimento vegetativo do sistema, em termos quantitativos, alto, porque acaba impactando.

Em algum momento, imaginamos que daqui a alguns três ou quatro anos haverá uma probabilidade razoável de inflexionar um pouco; que o crescimento vegetativo caia, porque há um conjunto de servidores grande, que veio de uma leva de concursos específicos, há duas ou três décadas, mas mesmo assim, ela vai continuar crescendo, a não ser que se tenham soluções que vão gerar resultados daqui a dez, quinze ou vinte anos.

O SR. PAULO FIORILO – Apenas para encerrar esse ponto, V.Exa. falou da consultoria com a GV. Ela já apontou algumas possibilidades de curto prazo, por exemplo, não sei qual o número de funcionários públicos que se licenciam, se há alguma perspectiva de trabalhar essa curva e mesmo, como V.Exa. comentou, com relação à previdência, cálculo e assim por diante.

Já há algum resultado concreto dessa parceria com a Fundação Getúlio Vargas?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Com relação a essa parceria, a contratante é a Secretaria de Gestão. Nós acompanhamos alguns resultados, mas esse é um trabalho que está em curso. Claro que há uma expectativa de que alguns resultados sejam gerados, mas não tenho conhecimento ainda de resultados parciais que permitam quantificar algum ganho do ponto de vista de erros identificados. Até o ponto em que acompanhei, o trabalho tem sido na parte de levantamento, de legislação, de preparar as malhas, de conhecer o sistema, mas ainda não tenho o relatório final ou parcial de resultados efetivos dessa consultoria.

Acredito que a Secretaria de Gestão até dará publicidade quando finalizar esses trabalhos.

P – Ok. Sr. Secretário, outro ponto é com questão à dívida. V.Exa. já deixou claro aqui que o acordo feito possibilita a devolução em janeiro de um montante considerável para os cofres do Município. Apresentarei duas questões. V.Exa. disse que isso é importante para dar transparência até para que se possa discutir onde serão gastos esses recursos, mas eles já estão locados no Orçamento que a Prefeitura apresenta, correto?

R – Correto.

P – Portanto, o que já entrou também já tem indicada a destinação desses recursos, apenas para não restar dúvida.

R – Sim.

P – Ainda em relação à dívida, a pergunta é: com a renegociação e com a mudança, portanto, dos valores, a Prefeitura passa a ter condições de contratar novos empréstimos? Está no horizonte da Prefeitura essa possibilidade para 2016?

R – Sim, a partir da assinatura do aditivo ou mesmo sem essa assinatura, mas a partir do dia 31 de janeiro de 2016, o Município passa a ter uma condição patrimonial muito satisfatória. A relação entre dívida e receita vai sair da ordem de 180%. A dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida vai sair de uma relação de 1,8 para 0,8. Lembro que a resolução do Senado estabelece como limite de endividamento para os Estados uma relação de dois, ou seja, a dívida pode ser no máximo duas vezes a receita corrente líquida. E para os Municípios de 1,2. Com uma relação de 0,8, abre-se um espaço importante para captações e viabilização de investimentos.

Para o exercício de 2016, há algumas restrições na legislação eleitoral, então o período de contratação é curto. Não podem ser feitas contratações e nem desembolso, salvo engano, restando 180 dias para o término do mandato. Nós estamos trabalhando. A princípio, o cenário base é utilizar eventualmente o espaço, caso necessário, para alguma captação para quitação de precário. Esse é o cenário básico que nós temos trabalhado. Talvez ele não seja materializado em 2016, talvez seja em 2017. É algo que está em discussão agora. Depende

muito da tramitação e da aprovação da PEC que trata de precatórios, que está em tramitação no Congresso Nacional. Então, se depender dos encaminhamentos que forem dados, o município pode se valer do espaço gerado, num primeiro momento, para equacionar a questão dos precatórios, sem prejuízo de, posteriormente, voltar, captar recurso para investimento, lembrando que tudo isso é numa trajetória decrescente na relação dívida-receita no tempo.

O SR. PAULO FIORILO – OK. Além de precatório, há alguma outra perspectiva no cenário da Prefeitura, já colocado ou não, só precatório? V.Exa. disse que, é possível, para o futuro, investimento, mas já há alguma coisa sendo pensada?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Efetivamente, sendo conduzida para se materializar numa operação, não; só a previsão para uma operação, deixar pronto, uma operação, caso necessário, para quitação de precatórios.

P – OK. Sr. Secretário, a título de esclarecimento, nos demonstrativos gerais, no item demonstrativo de aplicação de recursos arrecadados em exercício, eu queria que V.Exa. explicasse um pouco qual foi a metodologia que a Prefeitura utilizou, por conta dos 89.933.210 reais arrecadados em exercícios anteriores, explicasse esse procedimento.

R – Claro. Neste ano, a Secretaria do Tesouro Nacional fez algumas alterações nos procedimentos relacionados à peça orçamentária, e permitiu, incluiu, de forma explícita, a possibilidade de se prever, na peça orçamentária, o superávit financeiro de fontes vinculadas, algo que, até então, não ocorria. Não se explicitava isso diretamente na peça.

Como primeiro passo, o município escolheu, até para iniciar essa nova metodologia, a rubrica de honorários advocatícios, que é uma rubrica, que é o montante que é recolhido, decorrente das ações judiciais que o município é parte(?), no caso de resultado favorável ao município, é devido um honorário, um percentual de honorário por uso(?) de advogados, nos casos, Procuradores do município. Esse recurso depois é distribuído entre os Procuradores de acordo com algumas regras. Ao montante, por conta dado ao desempenho da dívida ativa, por conta do PPI, há um montante, na conta específica relacionada a honorários,

que permite, com segurança, prever que haverá um superávit financeiro nessa conta.

Para isso, foi previsto já, na peça, sinalizando que 90 milhões da despesa prevista para distribuição de honorários e para os Procuradores do município, em 2016, será feito com base no lastro financeiro gerado no exercício de 2015. Então, é uma novidade, de fato, que foi lançada pela Secretaria de Tesouro Nacional, e que o município entendeu, por bem, iniciar essa primeira inclusão com honorários. Com o tempo, vamos aperfeiçoando aí a metodologia e colocando previsões para outras rubricas, como operações urbanas, fundos municipais ou outras que forem pertinentes; e tenhamos segurança de que haverá superávit financeiro.

P – Sr. Secretário, como é um mecanismo novo, aqui não há possibilidade de o município ter um superávit menor do que o apontado, até porque os recursos poderiam ser utilizados ainda neste ano?

R – A Sra. Míriam está alertando corretamente. O próprio texto da proposta orçamentária prevê a regra, que essas despesas só podem ser executadas se, de fato, comprovada a existência de superávit financeiro. Então, essa é uma trave importante, bem lembrado pela nossa coordenadora de orçamento, que permite que haja segurança de que isso não será um número inflado.

P – OK. Sr. Secretário, duas últimas questões, para retomar temas já apresentados aqui, uma com relação a subprefeituras. Vou pedir permissão ao Sr. Relator e ao Sr. Sub-Relator, para tratar desse tema, no intuito de contribuir para o relatório que será apresentado pelo Vereador Jair Tatto. Na pergunta do Vereador sobre os critérios, eu ouvi aqui a explicação de vulnerabilidade, de IDH, possivelmente de território e assim por diante. O problema é o seguinte: Quando a gente compara 2015, a proposta da Prefeitura com 2016, a proposta da Prefeitura, que a gente vai perceber que algumas subprefeituras tiveram uma redução. Isso é preocupante, porque, por exemplo, a Subprefeitura do Jaçanã menos 10%, Subprefeitura da Capela do Socorro, menos 10%, a Subprefeitura de Parelheiros, menos 14%... Eu vou citar essas, pois considero que são subprefeituras que estão em situações em que o IDH não deve

ser os melhores nem a vulnerabilidade está resolvida. O que aconteceu para se utilizar, como correção, a perspectiva de execução e não o que foi orçado em 2015? Eu só queria entender essa questão, até para poder ajudar o Sr. Relator, Vereador Jair Tatto, no seu trabalho a *posteriori*.

R – Claro. No caso das subprefeituras citadas, por exemplo, do Jaçanã, algo distorce um pouco os valores; e a comparação é que, na peça de 2015, o recapeamento está previsto dentro da base de 2015, mas a execução não foi feita. Foi feita de forma centralizada na coordenação, e a peça orçamentária encaminhada para 2016 não prevê a locação de realinhamento(?) dentro da subprefeitura. Então, só aí há 10 milhões de distorção.

P – Desculpe-me, Sr. Secretário, mas, em 2015, a peça que a Prefeitura encaminhou não previu Recap na subprefeitura. É a Câmara que fez. Eu estou falando 15 com 15. Eu não estou falando o orçado. Eu estou comparando a proposta de 2015 com a proposta de 2016. Nesse caso, das três subprefeituras, Jaçanã, Capela e Parelheiros.

R – Não, aí teria de olhar caso a caso, para entender, no fundo, o que atendeu na execução orçamentária de 2015, que, dentro da proposta que foi encaminhada pelo Executivo, ocasionou uma variação para menor, porque a proposta de 2016 foi feita com os valores disponíveis em cada subprefeitura, considerando essas diferenças. Teríamos que analisar, caso a caso, o que aconteceu na execução de 2015 em cada uma dessas subprefeituras. Podemos fazer, mas eu não conseguiria dar respostas de pronto aqui.

P – Tá. É possível dizer então que o cálculo para 2016 foi também feito a partir daquilo que se executou em cada subprefeitura?

R – Sem dúvida. Esse foi o critério.

P – Tá. Por fim, eu queria retomar uma última questão aqui, a questão já apresentada, do subsídio do transporte. Qual é a perspectiva de gasto para o subsídio de 2015, tendo, como parâmetro, o que a Prefeitura apresentou para 2016, que é da ordem de 1.89? Qual é a expectativa da Secretaria de Finanças?

R – Para 2015, claro que ainda depende de alguns fatores, mas nós estamos trabalhando com algo na faixa de 1.7, 1.8 bi. Como bem dito para 2016, nós estamos prevendo 1.9, considerando que nós temos, em curso, uma licitação com processo de concorrência internacional, com taxas de retorno abaixo do que eram previstas no contrato atual. Temos a expectativa de que, com isso, tenhamos algum ganho de eficiência no sistema.

P – OK.

Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, na esteira da colocação, na pasta dos transportes, obviamente nós vamos discutir com o Sr. Secretário. V.Exa. lançou, no edital de licitação, um Centro de Controle de Operações, tá correto? E que tem um custo para as empresas participantes. O senhor tem um lá um centro, o Centro de Controle de Operações, o famoso CCO. Tá correto, Sr. Secretário? E que é lançado na Pela Editalícia que ora se encontra para licitação.

Muito bem, para que serve o CCO? Para controlar toda a operação do sistema, é um centro inteligente, avançado e tal. Mas o senhor mantém uma rubrica que se chama Operação e Manutenção do Sistema. Ora, se eu tenho um CCO que eu possa implementá-lo, porque vou gastar mais 308 milhões, quando lá a iniciativa privada deve manter essa operação já que o senhor está licitando, na outra ponta? Óbvio, veja o seguinte: se eu terei um Centro de Controle de Operações, por que vou utilizar 300 para Operação e Manutenção? Eu tenho dois dinheiros para fazer a mesma coisa? O que vou fazer com a São Paulo Transportes, com a SP Trans depois, já que tenho um centro moderno, é uma verdadeira arena de controle ou não está previsto para 2016?

Algo não está batendo, a conta não está fechando. Se for para 2016 o que temos aqui, se o senhor está dizendo que vai ter uma licitação, e está previsto um CCO – ainda que seja a título precário – ele pode ser implementado, por exemplo, no Ginásio do Anhembi, que não tem custo inicial e, depois, transfere-se para outro local. Afinal, na verdade, é um centro de

inteligência, é um centro avançado, que nós, aqui, não temos. Então é isso que eu queria saber.

E, outra, Sr. Secretário, a Prefeitura pretende ou pensa, dadas as compensações tarifárias, mesmo que o senhor tenha afirmado que haverá uma redução em função da TIR, tenho para mim que, no mundo econômico, que o senhor conhece bem, com os juros pagos pelo Governo Federal, a pergunta é: por que alguém investiria numa licitação pública para ganhar dez se ele aplica no Governo Federal e ganha 12 sem sair de casa? Entra num risco danado para ganhar dez – 9.9 – se ele ganha doze. De novo, tem algo que não está fechado, na TIR.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Tudo bem, isso pode ser, o senhor vai até dizer, vai melhorar lá na frente, mas há uma conta que não está fechando.

E outra, Sr. Secretário, algo não previsto nessa contabilidade. Nós temos a inflação batendo a casa dos 10%, concorda comigo? Obviamente, haverá reajuste para as empresas, se essa licitação lograr êxito tanto quanto melhor, se não lograr, ou de uma forma ou de outra, teremos custos que se impõem sobre o sistema. Quem vai pagar essa conta? Estamos falando até se o Governo pretende dar aumento tarifa? Ou de onde vem o dinheiro para fazer frente a essa nova despesa, não prevista. Não temos compensações tarifárias a um acréscimo que faça frente a isso.

O senhor está dizendo que tem uma previsão de redução, mas eu, honestamente, não estou vendo essa redução. Não a vislumbro no item Compensações Tarifárias. Não vislumbro uma TIR de dez com êxito, numa taxa de juros ofertada pelo Governo Federal, que é um porto seguro. Pergunto ao senhor: investiria no sistema de transporte com uma TIR de dez, quando o sujeito pode ganhar 12 sem sair de casa? Ele vai entrar no sistema de transporte para quê? Vai pensar: “Vou lá colocar meu dinheiro para perder?” Essa é a preocupação.

E há ainda uma pergunta bem direta: teremos aumento de tarifa de ônibus ou, por

conta do ano eleitoral, não teremos? Isso para fazer frente às despesas?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Por ora sim. Só isso, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não, não. Temos ainda mais 4 inscritos: Sr. Fábio Siqueira, Laerte Brazil, Edson de Moraes Bueno e Eugênio Luis, que estão aguardando e estão nos acompanhando. Eu preciso concluir essa participação dos Parlamentares, para passar a palavra àqueles que vieram nos acompanhar no dia de hoje.

O SR. MILTON LEITE – Perfeitamente, encaminho uma proposta, Sr. Presidente. Como o Secretário teria de falar especificamente da Pasta dele, eu proporia adiarmos essa parte da Pasta dele para a próxima audiência que ele se fará presente. Daí, discutiríamos a Pasta do senhor especificamente em outra oportunidade, para que haja tempo das pessoas falarem aqui, hoje, com tranquilidade, à vontade. E se surgirem perguntas, ele está apto a respondê-las. E nós debateremos, para não remontar o tempo, na próxima reunião a Pasta de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito.

O SR. MILTON LEITE – Queria a resposta do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - A palavra está resgatada ao Vereador Paulo Fiorilo que termina a intervenção dele, sem nenhuma interrupção até o final da fala dele para que possamos cumprir esse *schedule*.

O SR. PAULO FIORILO – Muito obrigado, Sr. Presidente, espero que V.Exa., de fato, cumpra.

Sr. Secretário, uma última questão: o senhor falou da inadimplência do IPTU, se o senhor podia ser mais explícito. Qual a situação neste ano e qual é a expectativa da Prefeitura? É uma receita importante, se não a mais importante, mas é a segunda da Fonte 00.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Primeiro, em relação aos comentários sobre o Centro de Operação de Transportes, só para deixar claro que essa pauta é um detalhe

da Secretaria de Transportes e não tem como é o próprio Secretário quem tem de esclarecer, mas, de fato, essa previsão da gestão do sistema é o contrato que existe hoje com a Secretaria de Transportes. E, pelo que tenho notícia, ele vai se manter, as atividades não são concorrente, elas são aparentemente complementares, mas vou até me manter em reserva e não vou entrar em detalhes, porque, certamente, cometerei imprecisões.

Em relação ao que está previsto de subsídio para 2016, é esse o espaço orçamentário. Há uma previsão de algum ganho de eficiência com a licitação também, reservo-me o direito de não entrar em grandes detalhes, porque, certamente, não conheço esses detalhes e posso cometer imprecisões e aí sobre a questão do reajuste é algo a ser discutido com a Pasta, dentro do que tem de recursos previstos para 2016.

Atualmente, o montante é de 1.9 bilhão e é esse, no momento, o bolo de recurso orçamentário que está à disposição para cobrir esse subsídio. Dado isso temos de encontrar soluções para manter o equilíbrio do sistema. Só para finalizar a questão da inadimplência do IPTU, o ano passado fechamos com alto em torno de 9.5, que já foi um ganho histórico, nunca havia ficado abaixo de dez por cento. Até agosto, salvo engano, estávamos com 9.7 de inadimplência contra, no mesmo período do ano passado, 9.65, ou seja, bem na margem de erro, ali mesmo, natural, não tem um crescimento expressivo a inadimplência, diferente do que está acontecendo com outros setores.

Tem um pouco a ver com a questão de ações de cobrança, de monitoramento administrativo, a Secretaria de Finanças tem sido mais pro ativa em manter o contribuinte alerta sobre a inadimplência desde a primeira parcela, não deixando acumular dívidas, então, isso acaba refletindo num bom desempenho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Sr. Secretário, vou fazer três perguntas e já passo a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Fábio Siqueira.

De Vossa apresentação, vou me ater à produção de receita e às projeções pelo Executivo apresentados, em especial na projeção de 1.3 bi e um pouco mais do que isso,

anunciados como recursos advindos das Cepacs, que não estavam programados na LDO mas que, aqui estão.

Quais são os leilões que serão realizados e qual o valor que é esperado para cada um desses leilões. Parece-me fundamental que possamos dizer à sociedade qual é a expectativa de produção de receitas em cada um dos leilões, pois o último leilão realizado da Operação Água Branca, com uma expectativa de 1.5 bi, foi arrecadado menos de 1%, coisa da ordem de R\$ 9 milhões, frustrando todas as expectativas.

E, quando se pode acompanhar os debates do Conselho Gestor, em nenhuma das oportunidades, os dois membros – que, aqui, quero reconhecer, participam de todas as reuniões, membros da comissão e da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, presentes no Conselho Gestor –, em nenhum momento, anunciou-se algum risco na não materialização daqueles 1.5 bi e, na realidade, o que tivemos foi coisa da ordem de R\$ 9.5 ou 9.6 milhões.

Então, a primeira questão é: quais são as Cepacs que serão ofertadas? De quais operações? E em que período? Em que momento do ano que vem se pretende fazer isso, até para a realização desses recursos? Se deixarmos isso para outubro e novembro não realizaremos essa produção.

E, associada a essa pergunta, o que temos de financeiro já disponível nas operações urbanas, para conseguirmos contar à sociedade, também de maneira muito objetiva o que já temos arrecadado e que está disponível para investimentos o ano que vem? Então essa é a questão das Cepacs.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Perfeito. Previsão desses 1.3: a Operação Água Branca tem previsão de emissão de 350 milhões; a Operação Urbana Faria Lima, 560 milhões; a Operação Urbana Água Espreada, 310 milhões; e a Operação Urbana Centro, 80 milhões.

Os números do disponível não tenho, provavelmente não consigo informar todos, o

que acompanho, mais de perto, é Água Espraiada, que é a maior, atualmente, algo em torno de 1.1 bilhão de saldo. Tem as intervenções que estão no ritmo que vêm se acelerando ao longo do tempo, então, imagino que ele deve fechar abaixo de 1 bi. Mas, atualmente, no último relatório que tenho – que me lembro de ter visto – estava em torno de 1.1.

Faria Lima, salvo engano, é algo em torno de R\$ 400 milhões, mas aí já tenho alguma dúvida. E a Operação Centro, se não me engano, tem 50 milhões em caixa. E a Água Branca já não teria um número de cabeça, precisaria levantar. Mas são esses, mais ou menos, os números.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito, então não temos mais de 2 bilhões de operações urbanas de financeiro no caixa da Prefeitura, e uma previsão de produção de 1.3 distribuídos em 350 para Água Branca; 560 para Faria Lima; 310 para Águas Espraiadas; 80 para o Centro; portanto, estamos prevendo três leilões, o ano que vem, para produzir, pelo menos, essas três, já que a Operação Urbana Centro não precisa de leilão para materializar.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - O outro questionamento que tenho é acerca do Fundurb. Na realidade, uma expectativa para esse ano é coisa da ordem de meio bilhão; o ano que vem isso cai na ordem de 330 ou 340 milhões. Qual o motivo da queda?

O segundo questionamento, matéria de hoje do jornal *O Estado* mostra que nós já declaramos mais do que arrecadamos nos últimos dois anos, de transferência de direito de construir. Se esse recurso da transferência do direito de construir se materializar em certificação, possivelmente não teremos nada de receita à medida que ele é outorga onerosa na mão do mercado.

Então pergunto se essa retração que está projetada aqui no Orçamento já utiliza, como base, o fato de termos coisa da ordem de 860 mil metros quadrados declarados que vão somar coisa da ordem de R\$ 2 bilhões, à disposição do mercado - já na mão do mercado – que

pode aí levar um tempo significativo para que o Município possa, ele, obter os recursos de outorga onerosa, à medida que a transferência do direito de construir acaba por concorrer com a capacidade pública de geração de recurso, que é uma breve abordagem da Secretaria de Finanças, à medida que, nesse ano, foi frustrada, mas, parece-me que o ano que vem pode ser muito mais frustrada do que esse ano as receitas do Fundurb.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – A projeção de receita do Fundurb é feita em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, porque, realmente, eles detém o domínio sobre a questão do potencial, do quanto, de fato, é possível auferir de receita, só que também ela tem uma base um pouco no histórico recente.

Para este ano, provável que nós vamos atingir uma receita da ordem de 260, talvez 270 milhões de reais e, partindo um pouco das previsões da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, acreditamos numa receita um pouco acima de 300 milhões para o exercício de 2016.

Claro, há fatores importantes, como foram relatados, assim como aconteceu neste ano, tínhamos uma previsão até maior, na ordem de meio bi, ficou um pouco abaixo, talvez se se materializar um cenário desses, algumas intervenções serão frustradas, mas já tentamos incorporar um pouco disso, fazendo uma previsão um pouco menor, um pouco mais realista.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - O último questionamento é dos dispositivos legais e da expectativa de realização da securitização do atual e futuro, na realidade, PPI reaberto, PPI esse que agora tem também o exercício de 2.014, dentro da base de renegociação a partir do parcelamento incentivado e se já há alguma avaliação de deságio desse processo de venda de recebíveis.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Do ponto de vista do trâmite interno ele está sendo construído, é uma operação que nós esperamos levar mercado até o final do primeiro trimestre, do ano que vem. É claro que daqui a pouco vamos entrar num estágio, em que vamos entrar num período de silêncio, não vamos poder entrar em detalhes sobre a operação, mas, de fato, estamos com uma perspectiva otimista hoje para a materialização da

operação.

Foi um período de aprendizado longo na matéria, mas vários estados e municípios já realizaram operações semelhantes, é o assunto que começou a ter certa maturidade, até sobre a ótica dos órgãos de controle, um entendimento melhor do que significa a operação. Então acreditamos que, de fato, é possível realiza-la rapidamente.

Quanto ao deságio é difícil dizer, porque vai depender das condições de mercado. De fato, as últimas operações têm saído dois pontos, dois ponto cinco, acima do CDI. Claro que a última operação já foi num sinal de turbulência financeira, esperamos conseguir a melhor taxa possível, dentro do que há disponível no mercado, mas hoje é um pouco difícil de indicar uma expectativa de taxa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço ao Sr. Secretário e chamo imediatamente o Sr. Fabio Siqueira, peço para se prepararem: Sr. Laerte Brasil, Sr. Edson de Moraes Bueno e Sr. Eugênio Luiz Pinesi.

Lembro que ao final da fala do Sr. Fabio Siqueira, encerraremos as inscrições, receberemos as quatro falas programadas, em seguida passaremos a palavra ao Secretário.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia todos, Presidente Vereador Police Neto, demais Vereadores Milton Leite, Jair Tatto, Paulo Fiorilo e os outros que já passaram pela sessão. Bom dia Secretário Rogério Ceron, Miriam, da AGU, demais funcionários e representante do Tribunal de Contas, em especial a população presente.

Mais uma vez e com muita honra, pelo 15º ano, representando o movimento de resistência, juntamente com os conselheiros do Conop, fiscalizando e discutindo a Peça Orçamentária para o ano que vem.

Lembro o Conselheiro Nobui, Conselheira Iracema, nossa querida Akiko, pessoas que estão nesse processo, já há 15 anos, assim como a própria Miriam que foi conselheira do Conop.

Com muita tristeza nós vemos aqui alguns dados realmente trágicos, a começar da

participação popular. O Sr. Rogério disse aqui, com algum triunfo, que 2.163 pessoas participaram das audiências públicas, nos dias 18 e 25 de julho. Só que informo ao Sr. Secretário, que são 117 pessoas a menos do que em 2014. Vocês estão reduzindo a participação popular. Em 2014, foram 2.280, agora 2.163. Até quando vocês vão impedir que a pessoa mais pobre participe do Orçamento.

Vocês não estão fazendo favor nenhum, mas estão copiando a forma derrotista, excludente da gestão Serra-Kassab. Acho que vocês deveriam se envergonhar disso. Além de reduzir o número de participantes, elitizar a participação popular, estão, ainda realmente, não deixando que as pessoas participem do orçamento. Vou passar um dado para o senhor, não sei se o senhor conhece: o Diário Oficial do dia 10 de fevereiro de 2004, traz no terceiro ano da gestão Marta Suplicy, 80 mil pessoas participaram do Orçamento Participativo, agora eles apresentam duas mil. Não precisa ser matemático para dizer que 2 mil é diferente de 80 mil. Que em 2003, foram 2171 delegados eleitos, 450 reuniões no ano todo. Diferentemente das 32 que os senhores fizeram. Realmente sinto-me envergonhado dessa gestão Haddad, de estar corroendo, destruindo a participação popular na Cidade de São Paulo. Vocês deveriam se envergonhar disso e pedir perdão ao povo paulistano que foi enganado por essa gestão Fernando Haddad.

Próximo assunto, questão do orçamento em si. É uma vergonha, Orçamento de 2016, tirar 2 milhões 605 mil 853 reais da população de Itaquera. O código 67 traz comparado, fonte a fonte essa negativa para a região de Itaquera. Será que Itaquera ficou rico? Será que José Bonifácio acabaram as favelas? Será que o Parque do Carmo ficou mais abonado? Será que Cidade Líder ficou enriquecido? Abaronado? Lógico que não! Vocês quem destruíram o planejamento da Cidade de São Paulo, agora vem tirar 2 milhões 700 mil reais de Itaquera. Vem tirar 326 mil 644 da Freguesia Brasilândia. Colega Eugênio Damasceno, que vexame estão fazendo com Brasilândia, colocando na Sé, três milhões. Claro que a Sé é importante, mas a Sé é mais rica que Freguesia Brasilândia. E leva mais três milhões da comparação fonte

a fonte. Estou comparando aqui dados iguais. Estou comparando aqui 18 de outubro de 2014, com 20 de outubro de 2015. Orçamento iguais, excluindo as emendas para, mostrar que realmente essa gestão está acabando com Cidade de São Paulo.

Também cito a questão da Habitação. O orçamento da habitação está sendo arrasado pela gestão Haddad. Em 2014, a verba era um 1bilhão e 100 mil. Código 14. Agora, da Secretaria 728 milhões, redução de 300 milhões. Não é á-toa que o Sr. Rogério Seron assina um decreto. Decreto 56/525 que tira dinheiro da habitação para os barões do transporte, para os barões bilionários das empresas de transporte, monopolistas. Ou seja, atenção Brasilândia, a verba para favelas sumiu. Vão para os barões lucrativos do transporte. A verba para regularização fundiária, sumiu, vão para os barões do transporte. É isso que é fazer redistribuição social. É isso que é fazer código de vulnerabilidade? Sr. Secretário Rogério, tem de explicar porque está desviando, sim, a função precípua. Porque isso no final vai constar como verba não utilizada da Habitação. E verba a mais do transporte, porque o senhor não tirou dos bilionários, do contrato de lixo, bilionário? Porque tem de punir Habitação, o pobre morador que votou em Fernando Haddad e foi enganado por ele, por ficar sem casa, mais uma vez. Até quando a cidade vai aguentar esse tipo de coisa. Encerro, com a questão do Fundurb. Por incompetência dessa gestão, que aliás, pela primeira vez em 42 anos, o Diário Oficiala trás uma noticia um pouca absurda. A dotação não é mais planejamento, tornou-se gestão. Desde a gestão Figueiredo Ferraz, engenheiro, digno da Cidade de São Paulo, em 74, o orçamento trazia planejamento. Agora desapareceu. A incompetente Secretaria Leda Paulani, fez esse mal para a Cidade de São Paulo, a madrinha do Sr. Haddad. Acabou até a Secretaria de Planejamento? Barbaridade! Visto que, isso incluiu Fundurb, Secretário de Cultura. As casas de Cultura do M'Boi Mirim, e de Itaquera, sumiram do orçamento ano passado. Quer dizer, estava em 2014, 2015, e em 2016 reaparece com 5 milhões. Obviamente, não vai ser feita. Como muita coisa que não está sendo feito nessa cidade. Termina aqui, agradecendo e pedindo honestidade orçamentária para essa cidade. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, confederação São Paulo, trabalho, empreendedorismo cidades.

O SR. LAERTE BRASIL – A Cidade de São Paulo, tem um PIB, vamos dizer, superior ao Uruguai. São 436 bilhões de reais. Contribui com 38%.9 para o PIB paulista e contribui para o PIB nacional em 13%. Uma dívida de 55 bilhões, cerca de 68%, dessa dívida, foi desviado para os paraísos fiscais, e cada cidadão que nasce aqui na Cidade de São Paulo, já nasce devendo, através desse rombo, dessa dívida que São Paulo tem. Por causa disso cerca de 10, 12% do PIB são desviadas por meio de máfias, de políticos que passaram pela Cidade de São Paulo. Isso colocou, 1 milhão 200 mil famílias, que totaliza um número de 4 milhões e 320 mil de pessoas morando em favelas, cortiços, e outros terrenos irregulares. É um absurdo, uma cidade cosmopolita, um a cidade rica, que é a Cidade de São Paulo. Minha pergunta para o Sr. Secretário, qual a verba na Peça Orçamentária de 2016, que tem para a regulamentação fundiária, e a outorga, de piso, de propriedade para as famílias da Cidade de São Paulo? Outra pergunta, os orçamentos da Cidade de São Paulo, não é um orçamento que a população não participa. Uma contribuição que vamos usar é o seguinte: para 2017, se organiza uma Peça Orçamentária participativa na Cidade de São Paulo. Assim fazendo 32 congressos para a Subprefeitura, assim o Subprefeito fazendo congressos regionais, entregando os bairros do distrito de cada subprefeitura. E assim, finalizando, fazendo um Congresso Municipal, assim vamos dizer, dando oportunidade aos munícipes dizer qual a obra, quais as prioridades de obras para ser realizados em cada bairro. Não fazendo uma Peça Orçamentária de cima para baixo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o Sr., Edson.

O SR. EDSON – Boa tarde a todos. Saúdo o Presidente da mesa, nobre Vereador Police Neto, e assim saúdo todos os Srs. Vereadores e o Sr. Secretário. Vou iniciar minha fala usando palavras do próprio Secretário, onde respondendo uma pergunta do nobre Vereador Jair Tatto, porque não está sendo possível atingir esses valores que são referente aos valores

fixados em 2015 nas Subprefeituras. O senhor disse que não estava sendo possível atingir esses valores. Ele pergunta: qual o motivo? Há uma não realização da arrecadação estimada para esse ano e possíveis repasses, ou seja, se já há nesse ano de 2015 uma não realização, para o ano que vem está claro, ou pelo menos, eu imagino, então imagino que todos tem mais ou menos a mesma opinião que está claro que também não vai realizar o que os senhores estão propondo que são os 54 bilhões. O nobre Vereador Milton Leite, questionou várias vezes essa questões. realmente fica difícil acreditarmos. Dando continuidade digo o seguinte: vocês estimam um orçamento maior, de 54 bilhões. Só que na habitação, para este ano, temos 1 bilhão, 172 milhões e para o ano que vem vocês estão colocando 728 milhões. Mesmo que coloque 116 dos fundos, 261 da Companhia de Habitação, ainda assim dá 1 bilhão; ou seja, vai diminuir o valor da Secretaria de Habitação. Aí, vocês botam para construção de habitação de interesse social 91 milhões; para requalificação fundiária, 77 milhões, e dizem que a prioridade são os pobres. O povo vai à Prefeitura pressionar o Prefeito, o Prefeito manda o povo para cá, para a frente da Câmara Municipal para pressionar os Vereadores. Quase apanharam aqui porque a população invadiu esta Casa ameaçando: “Se aprovar na Câmara Municipal, eu faço”. Desse jeito, com esses valores? Vejam que interessante: para a construção de habitação de interesse social tem 91 milhões, que, para nós, pobres mortais, pode ser muito, porque são valores altos. Mas, para efeito de comparação, a reforma do Autódromo de Interlagos tem 86 milhões. Então, vocês vejam que para reformar o autódromo é quase o mesmo que para se construir 55 mil casas em São Paulo; ou seja, está na cara que esse dinheiro não vai dar.

Como já tem sido provado neste mandato, o Prefeito tem feito pouco esforço nas questões do verde e meio ambiente. De 179 milhões, vai abaixar para 165 milhões. A inspeção veicular, que é algo importante, tem 300 mil apenas. Eu poderia dar outros exemplos, como o das subprefeituras, das quais os Vereadores já falaram muito bem. A subprefeitura de Perus, de 31 milhões para 24 milhões; a de Casa Verde, 33 milhões para 24 milhões; a de Cidade Ademar, de 39 milhões para 27 milhões; a de Parelheiros, de 40 milhões para 27 milhões; a de

Ermelino Matarazzo, de 33 milhões para 26 milhões; a de Sapopemba, de 29 milhões para 18 milhões; e a da Sé – porque a prioridade deveria ser a periferia – mantém 69 milhões, caindo de 75 milhões para 69 milhões. Então, a prioridade está invertida.

Para terminar, até para a GCM – estou vendo o Nicolau ali, o pessoal da corporação -, eles colocam, para modernização das instalações, 1 mil reais. Vejam que consideração com a GCM.

Eu poderia dizer outras coisas, como hospitais, mas encerrou meu tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Último inscrito, Sr. Eugênio Luiz, da Associação Moradores Damasceno Já.

O SR. EUGÊNIO LUIZ – Boa tarde à Mesa e a todos os presentes. Venho representando também o Sr. Quintino José Viana, Presidente do Movimento Ousadia Popular, mais um batalhador do Jardim Brasilândia, Freguesia do Ó.

Eu gostaria de ratificar, neste momento, documento protocolado junto à Mesa pelo qual fazemos algumas solicitações de verbas orçamentárias para nossa região, Brasilândia e Freguesia do Ó. Em destaque, vou ler a primeira delas, que, por coincidência, foi assunto hoje muito recorrente nesta audiência pública: “Destinar um grande aumento nas verbas destinadas à Subprefeitura da Freguesia do Ó para 2016, fundamentada nos motivos de que a região em tela é a menos atendida nos últimos anos e é a região com maior vulnerabilidade social da cidade de São Paulo, ontem e hoje”.

Entre os pedidos que eu gostaria de ratificar, já protocolados, estão: mais verbas para o a criação do Parque Municipal da Brasilândia; mais verbas para a compra do terreno do posto de saúde, que já tem verba garantida, já tem número de processo, e não sai por falta de vontade política; mais verbas para o recapeamento das 19 ruas do Jardim Damasceno, construído com asfalto de emergência, que é apenas uma casquinha, de modo que, de semana em semana, aparecem buracos; mais verbas para a reforma do parque linear que foi

construído e entregue de forma irregular e irresponsável; e verba para a reforma dos 14 escadões. Tudo isso já está escrito e protocolado.

Aproveito este momento para pedir – e gostaria que isso ficasse consignado na ata desta reunião – verbas para duplicação da Avenida Deputado Cantídio Sampaio, na Brasilândia, altura da Pedreira até o Jardim Damasceno, que abrange do número 3000 ao 4000, para o qual já existe pedido de obras.

Quero pedir também mais verbas para iluminação do Jardim Damasceno e de toda a Brasilândia, porque isso é muito necessário para a nossa segurança; verbas para sinalização; verbas para o retorno dos telecentros; verbas para as ruas de lazer com monitores, porque isso no início era muito lindo, agora ficou abandonado; e, para terminar, verbas para o Departamento de Parques e Áreas Verdes – Depave, da Secretaria do Verde, para que se possa atender melhor a nossa região da periferia, que tem muito verde ainda, mas 40% ou mais encontram-se invadidos.

Obrigado pela atenção. Espero ser atendido, espero atenção especial do relator Sr. Milton Leite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Secretário Rogério Ceron, peço que S.Exa. responda as quatro abordagens, assim como já faça seu pronunciamento de encerramento da audiência pública. Lembro a todos que suspenderemos nossos trabalhos ao encerrar esta audiência pública e retornaremos às 14h30 para escutar a SP Securitização, SPDA Iprem e SP Negócios. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente. Primeiramente, quero agradecer as contribuições e os comentários de Fábio Siqueira, Eric Edson e Eugênio. Tentarei responder algumas questões.

Em relação à participação social no processo de discussão do orçamento, vale destacar que o número de audiências públicas foi o mesmo do ano passado, completamente aberto aos participantes que tiverem disposição e interesse de dialogar. Fizemos uma novidade

neste ano, colocando um sistema online para recebimento de contribuições. Isso permite não dispensar a necessidade de deslocamento presencial do cidadão para dar sua contribuição, pois o sistema está disponível 24 horas por dia. Podemos discutir outras formas de fomento, mas, de fato, temos nos esforçado para criar ferramentas de participação popular para que possamos ouvir o maior número de pessoas. Esse é o compromisso, o desafio que estamos levando com rigor.

As questões relacionadas à subprefeitura foram muito debatidas aqui.

Em relação ao orçamento que está sendo executado no ao de 2015, o de 2016 prevê acréscimo em todas as subprefeituras. Teremos oportunidade de fazer as discussões temáticas e aprofundar cada uma delas, mas, de fato, há crescimento.

Só para reforçar, não houve qualquer tipo de remanejamento de recursos da Habitação para o Transporte. Isso era algo que não iria ser utilizado; então, não é correta a associação entre uma coisa e outra.

Para encerrar, é uma satisfação enorme ter a oportunidade de participar, debater e, na medida do possível, contribuir com as discussões da Casa, por cujo trabalho e processo tenho o maior respeito, e continuo, sempre, à completa disposição da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Assim, concluímos a primeira fase da audiência pública de hoje. Agradeço a todos os que dela participaram, lembrando que os trabalhos serão reabertos às 14h30 respondendo eventuais questionamentos não respondidos hoje. Estão suspensos os trabalhos. Muito obrigado a todos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Reabertos os trabalhos da 22ª audiência pública de 2015 e primeira temática sobre o Orçamento.

Foi combinado com o Relator que vamos fazer uma inversão de pauta para

ganharmos tempo.

Convido para compor a Mesa o Secretário Municipal de Negócios Jurídicos Robson Sakiyama Barreirinhas, que também pode convidar à Mesa quem vai acompanhá-lo.

Tem a palavra V.Exa. para sua apresentação por dez minutos.

O SR. ROBSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Cumprimento o Vereador Presidente Paulo Fiorilo, o Vereador Milton Leite e as senhoras e senhores presentes.

A Secretaria de Negócios Jurídicos é relativamente pequena dentro da estrutura orçamentária da Prefeitura e é composta pelo Gabinete da Secretaria e, abaixo dela, a Procuradoria Geral do Município com cinco departamentos. Basicamente é essa a estrutura. Há também os departamentos de procedimentos disciplinares, que trata dos procedimentos relativos à responsabilidade de servidores, e o DMAP – Departamento de Meio Ambiente e Patrimônio, que cuida do patrimônio e discute as disputas em juízo do patrimônio imobiliário municipal e as ações também relativas a meio ambiente; o departamento fiscal, que cuida da cobrança da dívida ativa e também da defesa do fisco municipal em juízo; o departamento de desapropriações, e o departamento judicial, que cuida do contencioso residual da Prefeitura.

Então, basicamente o nosso orçamento se presta a suportar essa estrutura da consultoria jurídica e do contencioso judicial da Prefeitura de São Paulo.

Vou falar rapidamente de algumas ações principais que estão em curso a cargo da Secretaria relacionadas mais diretamente ao Orçamento. O Município de São Paulo participa ativamente da discussão da PEC dos precatórios, que visa a viabilizar o pagamento dos precatórios na forma como julgada no Supremo Tribunal Federal recentemente. Nós participamos ativamente do acordo da dívida com a União Federal, já homologada em juízo, reduzindo bastante o estoque da dívida com a União e reduzindo o fluxo de pagamentos a partir do ano que vem também.

Em relação a despesas com o pessoal, nós realizamos um concurso público bastante exitoso e nomeamos 70 procuradores no ano passado. Acabamos de nomear agora

mais 14 procuradores e estamos com um número bom para a nossa estrutura na Secretaria de Negócios Jurídicos.

Com eu disse, em relação ao nosso orçamento, os valores são relativamente baixos. Temos uma previsão de 7,4 milhões para atividades e 5 milhões para projetos. Nossa despesa com os servidores está prevista em 248 milhões de reais do total do orçamento, de modo que entendemos que a proposta do Executivo é bastante equilibrada e não difere muito da do ano anterior, que está sendo executada a contento pela Secretaria.

Estou à disposição para esclarecer alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O.k. Obrigado, Secretário.

Registro a presença do Vereador José Police Neto, Presidente desta Comissão.

Passo a palavra ao Relator, o Vereador Milton Leite, para suas perguntas.

O SR. MILTON LEITE – Na Pasta de V.Exa., administração de unidade se trata de pessoal? É isso, Secretário? A Secretaria tem uma rubrica de 224 milhões assim compostos? 120 de receita 00 e 104 milhões de receita 08. De onde V.Exa. está contando com esse dinheiro da fonte 08? O que V.Exa. está tipificando como fonte 08?

O SR. ROBSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – A fonte 08 são os honorários dos Procuradores.

P – Essa é a fonte de receita. Isso é de sua incumbência?

R – A remuneração dos Procuradores são formadas basicamente por recursos vindos da fonte 00, o fixo dos Procuradores, e a parte variável é o levantamento de honorários judiciais, que nós passamos a contabilizar desde o orçamento vigente como fonte 08. Isso é para ter uma maior transparência em relação à fonte da remuneração dos Procuradores.

P – Então, eles pedem e é incorporado. É isso?

R – É, sempre foi assim. A diferença é que, a partir desse orçamento...

P – É, então, de sua incumbência?

R – Isso. Para ser tecnicamente preciso, a rigor, essa incumbência não abrange

somente honorário, mas as custas judiciais, que não vão para a remuneração dos Procuradores.

P – Mas a natureza dessa rubrica é?

R – Isso. É uma parte da verba mensal os honorários.

P – Sim, mas o que estou dizendo é: a origem é de sua incumbência. É isso?

R – Isso.

P – Ela tem outros incrementos, mas, além disso, a fonte desses 104 é de sua incumbência?

R – Exatamente.

P – Perfeito.

Com quantos funcionários V.Exa. conta hoje, Secretário? Quantos Procuradores?

(NÃO IDENTIFICADO) – Ativos, por volta de 394. Aproximadamente isso, 390, por
aí.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, só por curiosidade, aproveitando o fato de que os precatórios de bancos serão objetos específicos de uma subcomissão desta Casa, e nós vamos tratar disso por um longo tempo, por que bancos não pagam pelo serviço de ISS? Por que tantos processos param na Secretaria de V.Exa.?

Só para o Secretário entender, será formada uma subcomissão nesta Casa na qual trataremos detalhadamente do porquê de os bancos não pagarem. Nós já enviamos documentos ao Banco Central e já estamos tomando as providências que nos cabem tomar a respeito. De recursos da dívida ativa, ISS, há valores mais expressivos de bancos e que a Prefeitura, num momento de crise dá (ininteligível) e quem tem dinheiro para pagar não paga. Quem deve para a Cidade? Bancos. Passam de 30 bilhões as contas de bancos. Por que bancos não pagam e por que a Procuradoria vence todo mundo menos os bancos?

O SR. ROBSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – V.Exa. tem toda a razão. Os bancos são duros de pagar, sempre foram. Foi assim na Prefeitura de São Paulo e é assim em

todas as prefeituras. Eles sempre questionaram judicialmente a cobrança não na Prefeitura de São Paulo, mas a cobrança de ISS para suas operações bancárias. Praticamente todo ISS foi judicializado no Brasil inteiro. Eles argumentam que quem tem que tributar é a União por meio do IOF. Enfim, há uma série de discussões judiciais que foram pacificadas recentemente pelo Supremo e pelo STJ.

A partir da pacificação, nós revertemos bastante. Uma boa parte do último PPI, do parcelamento de ingresso, foi por conta de banco. Como nós começamos a vencer em juízo depois da pacificação, cuja jurisprudência demorou décadas no STF, aí eles começaram a fazer acordos a partir do momento em que nós começamos a penhorar recursos em dinheiro de suas contas. No final do ano passado, nós tivemos penhoras expressivas em contas de banco. Num só banco, por exemplo, nós tivemos uma penhora de 50 milhões de reais, se não me engano.

P – Num mundo de marasmo financeiro como esse, uma vez eu disse...

R – Não, nós temos que cobrar os bancos. Eu concordo plenamente, e estamos fazendo isso.

P – Deixe-me só concluir meu raciocínio, Secretário, para que V.Exa. entenda a minha postura. A dívida do banco resolveria o problema de crise da Prefeitura de São Paulo. V.Exa. concorda comigo? Falo dos ISS pendentes que há em processo, da somatória do que os bancos devem. Ou estou errado? Esse montante passa da ordem de 30 bilhões, segundo levantamento que nós temos da dívida ativa. Ou seja, daria para fazer tudo com folga, pagariam os 30 e não estariam devendo nada.

R – Eu posso mandar para a Comissão. Não tenho de cabeça. Mas, como eu disse...

O SR. MILTON LEITE – Mas nós temos aqui.

R – Não, do PPI. Se o senhor pegar o PPI, os recursos que já entraram, uma boa parte é de banco.

P – Eu sei, mas não... É pouco, em vista do que nós temos.

R – É para se evitar a judicialização de uma ação que poderia demorar mais 10 anos. Os bancos fazem essa conta também. O que é mais barato? Pagar ou continuar... E eles têm bons escritórios que conseguem...

P – Secretário, é que a solução que estamos encaminhando não é essa.

R – Diga.

P – A natureza da nossa dívida, Secretário, são aqueles malditos precatórios, que viraram esse bolo de neve do Governo Pitta-Maluf. Não é isso? Os precatórios que foram federalizados, que o Fernando Henrique concordou em federalizar. Eu acho que foi um escândalo desgraçado. Se há alguém que deve muito ao Município de São Paulo, eu não tenho nenhum problema de dizer: ao Fernando Henrique recepcionar essa federalização dos precatórios municipais aqui de São Paulo, é que virou essa bola de neve gigante que temos aí hoje. Eu não sei se o senhor tem ciência disso, da federalização lançados a descoberto pela cidade de São Paulo.

A minha pergunta é a seguinte: se federalizamos os débitos, por que não federalizamos os créditos e recebemos à vista? Já que ele está lá com liquidez... Olha o que o senhor está colocando, Secretário. Imagine o seguinte: o senhor dever uma coisa e o senhor sair cobrando aqui. E eu já disse isso ao Fernando Haddad: acho que isso não estava pacificado no início da gestão dele a posição do Supremo, mas agora está pacificado. Uma vez pacificado, o que eu vislumbro como solução: que nós podemos fazer um acordo com o Governo Federal em relação à dívida e federalizar essa dívida. Quando o senhor federalizar essa dívida, sobra dinheiro aqui no caixa, Secretário. Daí não precisaremos de ninguém. Qual é a perspectiva que teremos se federalizarmos? Quando esse dinheiro vai ao Tesouro Nacional, ele vai ao Bacen, vai ao Cadin nacional. Os bancos vão pedir pelo amor de Deus para fazer acordo. Não precisa o senhor cobrá-los. Se o senhor federalizar esse débito, eles vão ao Cadin nacional. Aí eles correm lá para fazer o acordo para pagar, porque aí aparece no

balanço deles. Eu já disse isso ao Haddad. Só que não tínhamos pacificado. É bem verdade que agora, nesse momento, nós temos essa conta; se está pacificado... Eu vi as decisões, e está pacificado. Estando pacificado, o senhor ficar cobrando através de PPI é muito mais difícil. Se federalizar, o Governo Federal cobra isso com uma agilidade que não tem tamanho. Uma vez no Cadin federal, é a arma contra os banqueiros. Eles vão renegociar, eles vão dar apuro por conta do Banco do Brasil, Caixa Econômica, mas vão nos pagar.

O problema é o seguinte, para que as senhores e os senhores entendam: os bancos nos devem, segundo o levantamento, mais de 30 bilhões de reais, valor maior do que a dívida renegociada. E nós, aqui, capengando dinheiro para fazer habitação, corredores, mananciais. Sobraria dinheiro de monte. Uma federalização dessa conta nos tiraria desse buraco em que estamos metidos hoje. Teríamos o aquecimento da economia, Secretário. Essa federalização é a saída. E aí não teria problema com o Governo Federal e nem com as bancadas em federalizar, porque o Governo Federal recebe à vista. Troque pela dívida. Ainda aceitamos um deságio, com a vantagem de que o Governo Federal recebe esse dinheiro. E nós ficamos aqui, o senhor pagando um monte de procuradores, que podem correr atrás de outras coisas, faz-se um projeto, um pacote, e manda lá para Brasília. Aceitaram o débito, aceitam o crédito. Ué, por que não aceitam? Nós aprovamos a lei aqui rapidinho, autorizando. Se precisar de autorização legislativa, nós damos. Não tenho dúvida nenhuma de que a Casa dá, que a Cidade ganharia muito. Se o Fernando Haddad tivesse preparado antes esse terreno, ganharia muito dinheiro nesse fosso. Vamos continuar discutindo essa conta, Secretário.

Então, na pasta do senhor, e em particular a gestão da sua pasta, é praticamente pessoal. Não tem outra coisa. É pagar conta de pessoal. A minha dúvida até extrapola essa pasta, que é da Procuradoria e não da gestão da pasta. A gestão é administrativa e não financeira da pasta, que é essa questão de ISS, que nos preocupa bastante.

Eu, quando atrasa qualquer coisinha, que é coisa rara, eu recebo uma cartinha

dizendo que está atrasado. As pessoas aqui cobram, são de uma eficiência danada.

Não vou me estender, porque temos outras agendas. Mas o senhor será convidado para debater essa questão da Procuradoria em reunião oportuna para tratar do ISS. Estamos antecipando ao senhor que o senhor será convidado.

R – Estou à disposição, Sr. Vereador.

P – Aqui é no sentido de colaborar. E gostaria que o senhor visse a respeito da federalização da dívida. Quem federaliza crédito federaliza débito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok, Vereador Milton Leite. Consulto que o Vereador José Police Neto quer fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, tem um único tema que eu acho que é fundamental.

Nós aprovamos as contas do chefe do executivo e também do Tribunal de Contas na semana anterior à passada. Foi uma votação muito tranquilo, que acabou, na minha opinião, por deixar não claro um problema que ainda atravessamos e que acho que é fundamental, se o somarmos àquele tratado no final da reunião com o Secretário de Finanças, que é a nossa questão previdenciária.

Infelizmente, Tribunal de Contas, Câmara Municipal e Executivo continuam a ter um modelo de teto salarial divergente. E é muito estranho, porque é possível se aprovar as contas dos três Poderes com tetos divergentes. Eu não sei como é possível parametrizar algo dessa dimensão. Mas não sei como é possível aprovar contas de dois Poderes e um órgão auxiliar que nenhum dos três adota o mesmo princípio para o teto salarial dos seus funcionários.

Pergunto ao nosso Procurador do Município se é possível lançar luz num processo como essa, à medida que a Câmara tem uma aplicação de teto, o Executivo tem outra e o Tribunal tem outra. E me parece que o Executivo vem com uma linha muito objetiva. A Câmara, via de regra, de períodos em períodos de suas presidências, adotam um parâmetro – um mais restritivo, outro menos restritivo, um mais condescendente, outro menos condescendente. Mas

me preocupa a forma com que o Tribunal vem tratando isso – o Tribunal de Contas do Município. À medida que se ele é o tribunal, zelador da aposentadoria, como é possível um Tribunal de Contas consentir, com regras de tetos distintos, e aprovar sem nenhuma recomendação nenhuma dessas disparidades.

Então peço ao Barreirinhas, que é um Procurador com muito fôlego, com um trabalho muito consistente, em que momento a gente vai conseguir pacificar algo que a sociedade cobra. Vimos, ao longo do primeiro semestre desse ano, questionamentos severos em relação à Unicamp, em relação à USP, em relação à Unesp, por tetos salariais não respeitados. O Município tem uma leitura, que diverge, inclusive, daquela que é aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Município aplica um teto salarial para os seus servidores, que é diferente do Executivo, que é diferente do Legislativo. E o que podemos esperar do nosso Secretário de Negócios Jurídicos, que além de tudo também é Procurador do Município?

R – Obrigado, Vereador Police Neto. Eu conheço, sim, alguma discussão da divergência. Claro que no âmbito do Executivo, eu posso dizer diretamente do Executivo, que nós aplicamos o teto de uma maneira bastante conservadora no sentido de resguardar o Erário. Diria até que em relação a outros poderes. Não só em relação a outro Poder aqui no Município, mas em relação a outras esferas governamentais. No Município de São Paulo de São Paulo o teto é muito claro: é o subteto, e nada é excluído dele, a não ser verbas nitidamente indenizatórias. Ou talvez, acho que o nobre Vereador esteja se referindo a outras verbas no âmbito, talvez, do Tribunal de Contas, ou da Câmara, que fiquem fora do teto, mas, no Executivo é isso, fica tudo dentro do teto, ninguém pode receber, como remuneração ou como provento de aposentadoria, algo além do teto ou subteto constitucional. Essa é minha posição, é posição da PG, nós temos diversos pareceres nesse sentido.

Agora, nosso parecer, se ele não é observado por outras esferas, pelo Tribunal de Contas ou pela Câmara dos Vereadores, parece-me que, talvez, a esfera de discussão seja,

inclusive, nessa Casa, não tanto lá no Executivo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Aí, vou precisar me atrever – não sou jurista, nem advogado – e vou precisar contestar. Na realidade, o modelo de aplicação de teto do Tribunal de Contas é muito mais restritivo do que o do Executivo.

Hoje, como em abril de 2011, nenhum servidor do Legislativo, nem do Tribunal de Contas, recebia mais do que o bruto de 24.117, que eram os valores estabelecidos pela regra de aplicação absolutamente objetiva do mandamento constitucional.

Estou num esforço, desde a época em que fui Presidente, para fazer a Constituição valer. Tenho ganhado e perdido alguns dos debates conceituais, e outros jurídicos e judiciais, mas não me parece que a questão de teto constitucional se pacificou à medida que a Câmara recebeu, por parte do Tribunal de Contas, um projeto de lei que solicita a equiparação dos servidores do tribunal do salário do conselheiro, portanto, parece-me que os funcionários do tribunal preconizam receber mais do que o Prefeito do Município. E lastreiam seu pedido por conta do que recebem hoje os funcionários do Executivo que não têm o seu salário lastreado no Chefe do Executivo. Essa é a questão absolutamente objetiva.

R - Desculpe, eu não estava entendendo, eu não sei realmente, não conheço. Não afirmei, realmente, que haveria esse problema na Câmara. Eu presumi que haveria em outras esferas, porque não conheço no Município.

Os salários dos procuradores e dos servidores da Secretaria, como todos os servidores do Executivo, estão disponíveis na internet.

P – Vamos separar as coisas.

R - Não sei se estou entendendo. É que houve um debate judicial sobre isso e eu procurei os salários de outras esferas e não localizei, da maneira como é no Executivo. Não teria como fazer essa comparação.

P - Não, mas acho que nosso Secretário não entendeu a minha abordagem. Não discuto a questão da transparência. Para mim, ela está superada, pelo menos, nos quatro ou

cinco anos. Pelo menos, aqui na Câmara, desde 2011, todos os salários estão na internet e acredito que o Executivo é muito similar a isso, desde 2010-2011. Portanto, não é a transparência.

Aqui, temos de ser muito objetivos em reconhecer que transparência não dá correção na aplicação das fórmulas. Tornar público uma informação não traduz a ela uma informação precisa ou adequada. Aqui, eu digo, da aplicação formal das regras que definem teto constitucional.

A pergunta é a seguinte: hoje, a aplicação do teto constitucional é a mesma aplicada pelo Executivo? Porque, me parece, ao recepcionar, a Câmara, aquilo que foi encaminhado para o tribunal, não. Portanto, hoje, a cidade de São Paulo tem três constitucionais: aquela aplicada pelo Tribunal de Contas, aquela aplicada pela Câmara e uma outra aplicada pelo Executivo. Cada uma com seu poder de reconhecimento e avaliação do que é teto constitucional. Assim, seja via decreto, seja via portaria, fica claro que não temos uma paridade entre o que é o teto constitucional do Município.

Faço um esforço junto ao Secretário, que é Procurador, do momento em que reconheceremos que, de fato, a cidade de São Paulo tem um teto constitucional e único, hoje não temos. Essa é a questão objetiva.

R - O que posso me propor a fazer, Vereador, é V.Exa. me apresentar, objetivamente, qual a discrepância e, daí, posso me informar.

Talvez, o que ouço, pelo lado do Executivo, é que as outras esferas é que recebem mais do que o Executivo. Tem uma série de ganhos fora do teto, é a informação que recebo pelo Executivo, mas como eu disse, nunca fiz nenhum estudo comparativo, porque nunca fui demandado para isso. Agora, se V.Exa. quiser que nós forneçamos uma informação mais precisa, além do que está no portal Transparência, estamos à disposição.

P - Vou recuperar. A informação dada não é aquela trabalhada nos processos de apuração de contas. Essa é a questão objetiva.

Torno a repetir: desde 2010-2011, as informações da remuneração dos servidores, dentro ou fora do teto, já são públicas e, portanto, já é possível comparar o teto do Executivo, o teto do Legislativo e o teto do Judiciário.

R - É que eu tinha uma demanda em relação ao Tribunal de Contas, só se mudou agora, mas não tenho salário nominal. Houve um questionamento até pelo portal da Transparência, nós não localizamos, não.

P - O Tribunal de Contas não consegue deixar claro os salários deles, nem como contar o que é.

R - Por isso eu fiz essa afirmação.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sem nenhum problema. O Tribunal difere do Executivo, que difere do Parlamento, sendo ele órgão de controle externo. É o primeiro órgão de controle externo que não consegue deixar clara a remuneração de seus servidores. É um pecado, é uma incoerência, é algo que deveríamos investigar até, mas a Câmara tem tido baixa capacidade de investigar isso a partir de final de 2012, quando tínhamos as informações disponíveis e os tetos, todos eles, parametrizados. O que não temos, a partir de março de 2013, é essa parametrização.

Então, hoje, nós não temos teto compatível do Executivo com o Parlamento, nem dentro do Parlamento da Câmara com o Tribunal de Contas.

O esforço que quero fazer é porque, na manhã do dia de hoje, ficou claro uma incapacidade de zelarmos pela previdência, em especial a partir daquilo que é a recorrência de não termos um padrão simétrico da remuneração máxima dos seus servidores, sejam eles do Executivo, sejam eles do Legislativo/Tribunal de Contas.

Talvez essa seja uma questão fundamental não pensando só na tarefa de eu deixar claro e transparente algo que não deixam mais, porque alguém, antes de mim, já deixou transparente as remunerações. Portanto, algo que a Administração ganhou que é transparência. Não ganhou hoje, não ganhou ontem, ganhou há um tempo anterior do que isso.

Digo das formas de aplicação desse teto salarial, que do Executivo também não inovou. O Executivo não inovou nos seus pareceres, mas quero dizer que a Câmara ainda não aplica, nos seus servidores, o modelo de teto implantado pelo Executivo. E, portanto, hoje, a Câmara ainda continua pagando um teto salarial que é mais restritivo do que os funcionários do Executivo.

Assim, o Parlamento que aprova as contas do Executivo, tem uma aplicação de teto mais restritivo quanto à abrangência daquilo que está fora da composição do teto. Portanto, hoje, para as questões previdenciárias, o Executivo é mais leniente na aplicação daquilo que a regra constitucional imposta, do legislador, e, muito menos do Tribunal de Contas.

Se compararmos a aplicação do teto aos servidores do Executivo, se comparado com aqueles aplicados pelo Tribunal de Contas que, a partir de uma decisão do Ministro do Tribunal Superior, do Supremo Tribunal, Joaquim Barboza, temos uma, absolutamente, assimetria daquilo que o Executivo – embora tenha todas as suas contas aprovadas, desde aquela decisão, em 2011 -, em nenhum momento, o Tribunal de Contas se insurgiu contra uma aplicação de teto, que não é aquela imposta pelo Supremo aos seus servidores.

E, portanto, criando uma assimetria objetiva daquele que faz a apuração das contas e daquela que as contas presta. Essa é uma questão absolutamente objetiva e que, em nenhum momento, foi tratada nessa Casa e que eu trago, nesse momento, para uma brevíssima reflexão, frente ao encerramento de contas do ano que vem. E, portanto, a apuração, durante quatro anos, da não leitura das contas, assim como o tribunal a faz, com as restrições impostas por aquele que, naquele momento, era o Presidente do Supremo Tribunal, que determinou um volume máximo de remuneração para os servidores que é só cumprido, hoje, pelo Tribunal de Contas.

Foi cumprido durante dois anos, quando fui Presidente dessa Casa, pela Câmara. Mas nunca foi cumprido pelo Executivo. Nem pelo Executivo anterior, nem por esse Executivo. E, aqui, estamos, pela primeira vez, cumprindo um período, quem sabe de quatro anos, de não

cumprimento da aplicação de teto salarial àquela imposta aos servidores do Tribunal de Contas por uma decisão do Supremo.

E me parece que é uma falha grave, pelo menos da interpretação, se é ou não respeitar a decisão daquele que era à época o presidente do Supremo e que não era desconhecida de nenhum dos procuradores do Município.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Okay. Registro a presença do Vereador Jair Tatto e pergunto se tem alguma questão ao Secretário de Negócios Jurídicos.

Vou passar a palavra imediatamente aos inscritos.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves e, em seguida, o Sr. Fábio Siqueira, os únicos inscritos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde. Mais um ano e começa o oba-oba, a lengalenga e não se chega à conclusão nenhuma. Estou falando isso porque eu, Maria do Socorro Alves, da região de Itaquera, 74 anos, pensei que tinha mudado um pouco, mas acho que não.

Mas, quanto ao que eu tinha que falar, sério mesmo, não cheguei a acordo algum. Eu queria falar dos honorários, Secretário de Negócios Jurídicos, sobre o meio ambiente e o parque linear, pois defendo a periferia. Finalmente, onde a população se encaixa nisso? Porque enquanto vocês articulam, nós queremos resultado. E cadê o resultado? A que conclusão nós chegamos?

Será que depois vocês poderiam explicar a essa humilde senhora, com 74 anos, que defende o idoso? Não existe parque, é um lixão a Cracolândia. Police Neto, você foi lá uma vez. Seria bom fazer uma visita com todos os vereadores. É isso o que eu quero saber, a que ponto iremos chegar? Acho que quando um burro fala, o outro puxa a orelha. Falta de educação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Fala da D. Maria.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Estou falando, gente. Não é a primeira vez que se fala e vocês, na Mesa, acho que se divertem as nossas custas. Acho que é uma falta de respeito, ah, são os meus cabelos brancos, não é? Tadinha de mim ou tadinhas de vocês. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, D. Maria do Socorro. O próximo e último inscrito é o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Presidente Paulo Fiorilo. Srs. Vereadores Police Neto, Jair Tatto, Milton Leite, demais representantes da Secretaria, Secretário Dr. Barreirinhas, meu nome é Fábio Siqueira, morador da Saúde e as duas perguntas para a sua Pasta são muito objetivas.

A primeira: o serviço de cobrança jurídica da dívida ativa pertence a vossa Secretaria. Foi publicada, há três anos, pelo Tribunal de Contas do Município, em Diário Oficial, a lista dos maiores devedores desta cidade de São Paulo, pessoa jurídica. Essa lista estranhamente, nos últimos dois balanços, não vem sendo mais publicada.

Mas, como a sua Secretaria cuida desse trabalho de cobrar, sobretudo as grandes empresas que estão devendo grandes montantes para a cidade de São Paulo, a gente gostaria de ouvir aqui – aliás, até ia fazer essa pergunta para o Secretário de Finanças de manhã, mas parece que esse setor passou para essa Secretaria – quais são as empresas que mais devem dinheiro para a cidade de São Paulo?

O Vereador Milton falou em bancos, é preciso saber, porque é um dado público, não é? E qual a forma melhor de cobrar essas empresas que não estão pagando a sua dívida histórica? Tem um caso curioso de uma empresa que até foi extinta chamada Rede Ferroviária Federal, que já foi a maior empresa desse país e parece que, em 2007, foi extinta pelo Governo Lula, mas estava devendo para a Prefeitura de São Paulo um valor de milhões, bastante grande. Então gostaríamos de saber a lista, como encontrar. E o senhor poderia falar quais são as três com maiores devedores da cidade de São Paulo.

A segunda pergunta, de fundo mais teórico, é a seguinte: a lei 13.399, de 13 de setembro, de 2002, gestão Marta Suplicy, em vigor nesta Cidade, institui as subprefeituras em São Paulo. Essa lei preconiza a existência de sete coordenadorias e a descentralização da Cidade. Só que o Prefeito posterior, José Serra, por um decreto bastante ilícito, ilegal, tentou mudar essa lei e parece que conseguiu. Por um decreto mudou a estrutura da lei e nas gestões Kassab e Haddad continua esse modelo de não mais sete coordenadorias, mas quatro; de não mais 31 coordenadorias de Educação, mas 13; de não mais 31 na Saúde, mas cinco.

E hoje de manhã soubemos que a verba das subprefeituras está sendo reduzida. Por exemplo, de Itaquera, a redução foi de 2,6 milhões. Então na verdade está centralizando e não descentralizando. Queria uma opinião sua, jurídica, como representante máximo dos negócios jurídicos na Cidade, se é certo o Prefeito Haddad descumprir uma lei municipal que existe há 13 anos, não descentralizando as subprefeituras como manda essa lei e não colocando o orçamento participativo como manda, na forma da lei de 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao Sr. Secretário para suas respostas e considerações finais.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado. Em relação à primeira pergunta, sobre a desapropriação dos parques lineares, porque a competência da nossa Secretaria, além do consultivo de análise jurídica, de algum parecer, eventualmente uma dúvida que a Secretaria que irá implantar um determinado parque tenha, nós cuidamos da desapropriação dos imóveis necessários para isso. Talvez seja essa a questão.

Não cabe, a rigor, à Secretaria dos Negócios Jurídicos analisar o mérito, se deve ou não. Somos os advogados da Prefeitura. Se a Secretaria decidiu, analisou, discutiu com a população e quer implantar um parque, manda para a Procuradoria Geral do Município e nós desapropriamos. É isso o que fazemos. E, modéstia parte, fazemos com bastante eficácia. Temos centenas de ações em andamento com prazo bastante rápido de emissão na posse,

que é o nosso papel ali. Eventualmente, se o parque deve ou não ser construído, acho que esse é o fórum adequado para discutir, mas quando nos chega é para desapropriar o mais rápido possível visando o interesse público naquele equipamento.

O senhor fez uma pergunta com relação à cobrança, os maiores devedores. Não tenho de cabeça. Talvez a dúvida em relação à Secretaria de Finanças seja pelo fato de que tanto a Secretaria de Finanças quanto a de Negócios Jurídicos fazem cobrança de tributos. A Secretaria de Negócios Jurídicos, pela Procuradoria Geral do Município, faz a cobrança a partir da inscrição endividativa. Depois de esgotada a cobrança pela Secretaria de Finanças vai para a gente e é inscrita em endividativa.

Sei que alguns municípios publicam listas. Não lembrava o Município já ter publicado. Houve muito questionamento em relação ao sigilo fiscal. Essa é a questão que talvez tenha pegado antes da inscrição. Meu entendimento pessoal é que realmente após a inscrição endividativa não há esse sigilo. Pode pedir a informação. Essa é minha posição. Não sei se há pareceres, mas no meu entender de análise acho que há o direito de analisar e pedir. Há a lei de acesso à informação e sempre respondemos no prazo todas as informações.

Em relação à lei nº 13.399, não conheço. Não tenho como dizer de pronto. Pelo que entendi foi mantida a estrutura já herdada de administrações anteriores. Só analisando realmente o que diz a lei. Não conheço. Sei que há um esforço de descentralização nessa Administração. Até o Sr. Prefeito, agora no sábado, participou de um debate na CBN e ele noticiou, inclusive, a intenção de junto com a Câmara debater uma série de questões. Falou-se em plebiscito, inclusive, em comum acordo com a Câmara, parece que há um grupo de trabalho analisando isso, e até em eleição para Subprefeitos, algo que nunca houve no Município. Então, embora não seja da minha pasta, posso dizer como ouvinte do debate que há muita coisa boa sendo feita e planejada ainda para este ano em relação à participação popular nas Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes de encerrar, tem a palavra o nobre

Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, o instituto da Declaração de Utilidade Pública tem preocupado a cidade de São Paulo. Segundo o Sr. Secretário de Verde e Meio Ambiente anterior a este que está depondo, e com base nos números, nós tínhamos 152 DUPs, que demandavam R\$ 2 bilhões de reais a pagar, principalmente parques.

Se não há recurso previsto e empenhado, como esse instituto pode prosperar dessa maneira impedindo que as pessoas deem andamento nas suas áreas? Se não tem dinheiro para pagar, por que fazer uma DUP dessas áreas, principalmente áreas de parques e áreas verdes?

Foram declarados mais de 150, e não teremos dinheiro para pagar esses parques. Portanto, cria-se a expectativa de ter um parque, que não teremos. Fica-se usando de um instrumento que é ilegal, porque se não há recurso empenhado para a desapropriação, como vamos fazer para pagar essas DUPs em aberto?

O SR. ROGÉRIO CERON – O senhor tem razão. É questão de planejamento. Nessa administração, nós fizemos um pente fino, levantando prioritariamente DUPs com mais de cinco anos, com desapropriação ajuizada. Estamos levantando os recursos e desistindo das ações, fazendo um esforço muito forte em relação a isso porque é realmente desperdício de dinheiro público se não há recurso para continuar.

Mas por que acontecia isso no passado? Como disse, esse esforço dá um valor muito grande, com DUPs acima de cinco anos, herdadas por essa administração.

Muitas vezes, você ajuíza a desapropriação e é feita uma avaliação administrativa de R\$ 200 mil. Porém, o Judiciário de hoje, diferentemente do passado, não permite a emissão da posse, que o poder público entre no imóvel antes de se fazer uma avaliação judicial. Não raro, essa avaliação judicial joga o valor para cima, duas a três vezes o valor administrativo, e o poder público fica entre a cruz e a espada: “Será que desisto dessa ação, ou corro atrás dos recursos? Será que não está muito caro?” Então, isso acontece com grande frequência não só

no Município de São Paulo, mas no Brasil todo.

As desapropriações são realmente um problema. Mas o que tentamos é fazer uma avaliação administrativa próxima da realidade. E também não podemos concordar com qualquer valor. Por exemplo, se temos a convicção de que o imóvel vale R\$ 200 mil e o perito judicial diz que vale R\$ 1 milhão, não vamos depositar R\$ 800 mil antes de discutir. Então fica nessa disputa judicial que, muitas vezes, demoram anos.

Mas se o processo já está parado há três, quatro anos, acho que deve ser tomada uma decisão, como foi tomado...

O SR. MILTON LEITE – Mas não se trata disso. Estou dizendo principalmente das DUPs oriundas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Os números demonstram 152 áreas sendo que nós temos R\$ 2 bilhões. Quer dizer, nunca teremos esses parques, não pode ficar mentindo para o povo!

Não quero que pague, ou não pague. Mas que se faça a DUP quando, efetivamente, tiver um recurso empenhado para se pagar. O que vejo é o contrário. Os gestores públicos, e não me importa qual, faz uma DUP e empenham um valor pífio para dizer: “Olha, empenhei, mas não foi suficiente. Vou depender de suplementação orçamentária”. Isso é uma mentira. Não dá para enganar a Cidade, o povo.

Isso que o senhor fala aqui é grave, que não tem dinheiro mesmo para pagar. Então, os 152 parques por R\$ 2 bilhões estão parados e nunca existirão. É triste isso, Secretário.

O SR. ROGÉRIO CERON – Como disse, posso mandar para a Câmara: o maior número de desistência, extinção de DUPs, são relativas a parques, herdados de administrações anteriores, que realmente o dinheiro estava parado, porém, pode demorar um pouco entre a desistência e levantarmos os recursos, porque depende do Judiciário permitir esse levantamento. É por isso. Mas concordo, e estamos agindo nesse sentido de levantar os recursos.

O SR. MILTON LEITE – Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero agradecer a presença do Secretário, dos assessores, dos representantes.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos ingressar em SP Securitização e SPDA Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos.

Registro a presença do Diretor Presidente, Sr. Roberto Carlos Madoglio; Diretora Administrativa Financeira Silvana Léa Buzzi, que convido para fazer a apresentação da projeção orçamentária para o próximo exercício e as tarefas, se não cumpridas pelas duas companhias, visto que Câmara Municipal apresentou e o Sr. Prefeito apresentou alteração ao comando legal, qual dá origem às duas companhias, aprovadas por este Parlamento; e que alterou, de maneira significativa, a sobreposição de tarefas das duas companhias, que poderá a Diretora Administrativa-Financeira contar-nos, informar-nos depois da aprovação da Câmara, sobre o novo diploma legal.

Tem a palavra a Sra. Silvana, para que possa trazer as informações e, depois disso, realizarmos o debate.

A SRA. SILVANA – Bem, vamos começar falando da SPC Securitização. A SPC Securitização é uma SPE, uma sociedade proposta específica, criada exclusivamente para securitizar. No ano passado, nós apresentamos a esta Câmara uma proposta de incorporação da SPC Securitização pela SPDA. Essa proposta tinha, como objetivo, a otimização da Administração Indireta e a redução de recursos públicos. Em dezembro, em acordo com a Secretaria de Finanças e a Câmara de Vereadores, esse projeto de incorporação foi retirado da pauta. No decorrer agora de 2016, nós estamos reestudando esse projeto de incorporação da Spsec pela SPDA. Então, ele não está na Câmara. Ele se encontra na Secretaria de Finanças, na condição de acionista majoritário. O orçamento da SPC Securitização de 2015 para 2016

não mudou muito. Como a SPC Securitização está inativa, digamos assim, a gente conseguiu ainda enxugar um pouco as suas despesas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Milton Leite, Relator.

O SR. MILTON LEITE – Só uma curiosidade: Quantos funcionários vocês contam na Securitização?

R – Nós temos três assessores e um assistente.

P – O que eles têm feito especificamente lá no momento? Mantêm atividade? Qual a natureza da atividade deles lá hoje e qual é agenda que eles tocando, conduzindo no momento?

R – Certo. Há os assessores da parte administrativa, porque mesmo a empresa não funcionando na atividade-fim, ela tem as suas obrigações. Então, nós temos escritório de auditoria e escritório de contabilidade. Então, há um pessoal que cuida dessa parte. Os assessores que são da área de operações auxiliam a outra empresa, a SPDA, porque a SPDA não conta com funcionários, apenas de diretores. Então, há o termo de cooperação técnica entre as duas empresas, para esse compartilhamento de funcionários e atividades.

P – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me explorar um pouquinho a questão da SPC Securitização, porque hoje o nosso Secretário de Finanças, na manhã do dia de hoje, anunciou uma vontade, de o município vender os seus recebíveis de parcelamento incentivado, portanto, anunciando que finalmente a SPC Securitização terá uma primeira finalidade, e essa primeira finalidade é colocar, no mercado, aqueles que são os recebíveis dos parcelamentos incentivados realizados nos últimos quase dez anos. Vamos nos lembrar que o primeiro parcelamento incentivado monta(?) de 2005 e portanto há ainda há passíveis a serem recebíveis. Portanto, é esse, associado à inovação do período Haddad, que introduz, em lei, aprovada, por este plenário, há não mais de um mês, inclusive os recebíveis de parcelamento

incentivado de 2014, portanto, dívidas absolutamente recentes, que ingressariam na dívida ativa nesse exercício de 2015.

Então, talvez seja a primeira vez que a gente tenha um período tão curto de parcelamento incentivado e o desejo tão objetivo de realizar a securitização desse parcelamento incentivado. O que a empresa vem trabalhando quanto a essa modelagem, para levar a mercado a securitização?

R – Nós estamos estudando a securitização do PPI já desde o ano passado. Já apresentamos para a Secretaria de Finanças uma proposta. Essa securitização deve acontecer por meio de emissão de debêntures. Pensou-se inicialmente em fazer essa securitização por meio da SPDA. Nós acompanhamos o processo de securitização do Estado, que foi feito por meio de uma sociedade, propósito(?) específico, igual à SPC Securitização, e o resultado é financeiro, em fazer uma operação de securitização pelo SPE(?). Apresentou-se muito vantajosa. Então, a gente deve lançar agora, no mês de novembro ou no máximo dezembro, um edital para contratar uma instituição financeira, que vai fazer a emissão dessas debêntures, por meio da Spsec. A estimativa é que essa estruturação da operação, com a contratação do banco emissor e também demais trâmites, até à emissão da primeira debênture, deva acontecer até o final do primeiro trimestre de 2016.

P – Muito bem. E a expectativa é que essa securitização abranja o conjunto do PPI ou é pensado parcelar aquilo que hoje temos, como recebíveis, de recebíveis saudáveis e não saudáveis?

R – Ambos os recebíveis. Essa é uma parte muito importante da operação. Isso não foi totalmente apurado ainda, porque, como o fluxo, como o PPI encerrou-se agora, no meio do ano, nós estamos trabalhando nesses dados; mas, até o momento da licitação, eles estarão concluídos, para que a gente possa lançar a licitação e ter esses valores que vão impactar na contratação do banco emissor.

P – Sr. Relator e Srs. Vereadores, eram esses os questionamentos.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, inscrito para fazer abordagens.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde, Sra. Silvana; boa tarde, nobre Vereador José Police Neto; demais munícipes aqui presentes e funcionários da Câmara, essas duas empresa merecem uma atenção especial, embora o orçamento delas, somando e totalizando, não é tão relevante em ponto de vista dos bilhões. Somando as duas, são 3,2 milhões de reais, mas cabe primeiro uma colocação aqui. Parece-me que a SPDA tem grande vinculação com a Secretaria de Habitação na dotação 14.

R – Essa publicação saiu errada.

P – Está errada?

R – Isso, está errada. A SPDA é composta da Prefeitura e outros acionistas privados. A Secretaria de Planejamento, se não me engano, quando enviou a publicação...

P – Então, está errada?

R – Isso, a composição acionária da empresa está errada.

P – Então, há um erro na lei orçamentária, e tem que ser corrigida, acho, que pelos Vereadores. E a securitização, Finanças, fonte 17, está correto. A pergunta é muito clara, no sentido do conselho fiscal e do conselho administrativo dessas duas empresas. Parece-me que as duas empresas fazem coisas muito semelhantes, tanto que uma está sendo alvo de fusão, de incorporação com a outra empresa. Então, gostaria de saber se, das duas empresas, existe conselho fiscal e conselho de Administração. Qual o número deles em cada empresa e quais os nomes desses conselheiros de Administração e de fiscalização de cada uma da SPDA e SP Securitização, até para o bem da transparência geral deste município. Os conselheiros reúnem-se, uma vez por mês, uma vez a cada, qual é a periodicidade da reunião dos conselheiros dessas duas empresas, e quanto eles recebem por esse trabalho?

Obrigado.

R – Essas informações sobre os conselheiros de Administração e também os conselheiros fiscais de ambas as empresas estão no portal da transparência, inclusive com os

valores que cada um recebe. Eles se reúnem mensalmente. Há, no mínimo, uma reunião tanto da SPC Securitização ou SPDA. Em mesmo não havendo pauta, os conselheiros reúnem-se para conversar, para ver como está o dia a dia da empresa, o que a diretoria pode fazer para que as empresas, a Spsec(?) principalmente saia dessa situação de inatividade. De todos, de cabeça, não vou lembrar, mas tem no portal da transparência, tudo bem? Ou posso também te passar por e-mail. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me perguntar a nossa dirigente Silvana se deseja apresentar mais algum elemento que possa crescer naquilo que o Diretor-Presidente Roberto Carlos Madoglio nos trouxe. Caso contrário, fica o convite tanto à Diretora Administrativo Financeira quanto ao Diretor-Presidente para a próxima audiência pública, que devemos realizar no mês de novembro, que fechará todo processo de elaboração na medida em que a SP Securitização é um elemento fundamental da peça orçamentária, pois o Secretário de Finanças, na apresentação na manhã do dia de hoje, anunciou que a expectativa é de 770 milhões de reais. E esse é um trabalho que está sendo conduzido pela equipe da SP Securitização, que independente de utilizar o suporte da SPDA, tem importância relevada pela primeira vez, desde a sua existência.

Fica então o convite ao Dr. Roberto Carlos Madoglio e à Diretora Administrativo-Financeira Silvana Léa Buzzi para que possamos ter detalhes do que é possível, sem dúvida, e entendermos que a oferta de securitização do PPI no mercado também é algo em que não há sigilo, mas há certa estratégia da Administração ao colocá-lo no mercado, pois é algo absolutamente importante para captar um volume não pequeno de desejosos por comprar esse título, e que assim o Município terá um resultado com menor deságio daquilo que é o valor de face de seus títulos no dia de hoje. Portanto antecipará os recebíveis que possam suportar investimentos de qualidade do Município que, ao longo dos próximos 10, 12, 15 anos quando esses recebíveis se realizarão, que deixem claro o interesse público da ação do Município.

Assim eu termino a nossa audiência pública, agradecendo muito a presença da

Dra. Silvana Léa Buzzi, que nos trouxe as informações, e então me despeço.

Muito obrigado!

- Pausa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos abrir a audiência para a Secretaria de Gestão. Representando o nosso Secretário, presentes na audiência pública estão a Chefe de Gabinete, Marcela Tapajós e Silva; e o assessor especial, Felipe Teixeira Gonçalves. Peço aos dois que tomem assento à mesa, para que possam suportar os debates que ocorrerão acerca dessa importante Secretaria, que assumiu tarefas não pequenas de controle da gestão do nosso Município.

Assim iniciaremos os nossos trabalhos passando a palavra para uma breve explanação inicial à Marcela Tapajós, Chefe de Gabinete, que anunciará com sustentação oral o que é o Orçamento previsto para o exercício de 2016 da Secretaria de Gestão do Município. E imediatamente passaremos ao nosso relator que procederá aos debates.

Tenha a palavra.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS E SILVA – Boa tarde a todos, a todas. Boa tarde Exmos. Vereadores presentes. Vereador Police Neto, obrigada pela introdução.

Queria falar aos senhores que a Secretaria de Gestão é secretaria-meio da Prefeitura, que tem a competência de municiar, de dar amparo às secretarias “finalísticas”, especialmente com foco em algumas questões bastante estratégicas para o funcionamento das secretarias. E sobretudo na parte de gestão de pessoas, nós temos a responsabilidade de dar diretrizes em matéria de pessoal, de fazer os concursos, de definir carreiras.

Também temos a incumbência de assessorar as compras da Prefeitura. Temos grande responsabilidade na parte da contratação de serviços. Mais recentemente temos uma área para dar atenção, que é o atendimento ao munícipe. Há uma coordenação específica para olhar para essa questão, para os instrumentos de diálogo da Prefeitura direto com o munícipe.

Enfim, a nossa incumbência não é pequena, a Prefeitura passa por altos e baixos e

principalmente no cenário atual em que há preocupação com a responsabilidade fiscal do Município. Essa parte da elaboração do nosso orçamento é uma atividade que temos olhado com lupa para que haja a melhor aplicação dos nossos recursos.

O que eu posso dizer a vocês em relação ao orçamento da Secretaria, o total previsto para o nosso orçamento, o valor é de 271,857 milhões, o que representa um aumento de 2% do Orçamento do ano passado. Basicamente, estamos falando da manutenção do que nós previmos o ano passado. E isso se refere à continuidade de algumas ações que estamos “tocando”, mas também pensamos muito na remodelagem de alguns processos justamente para que haja ganho de eficiência. Em algumas ações conseguimos reduzir o valor previsto.

Em linhas gerais, apresentamos estes números. E há aqui um rol de ações que eu não sei se entro na minúcia ou abro para as perguntas e, eventualmente, focamos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador Milton Leite, relator da matéria vai explorar os ambientes e as tarefas a serem cumpridas pela Secretaria para otimizar o nosso tempo, assim como a Secretaria de Gestão tenta otimizar os recursos do Município de São Paulo.

O SR. MILTON LEITE – Marcela, boa tarde. A rubrica 21.00 trata da Administração da unidade. Você conta com 107,7 milhões de reais. Quantos funcionários você tem lá, hoje, que estão sob o comando da Secretaria? (Pausa)

A SRA. MARCELA TAPAJÓS E SILVA – Atualmente, a gente tem previsto... Aproximadamente 700 servidores em exercício estão na nossa Secretaria, Vereador.

P – Qual a média de aposentadoria anual que tem se apresentado na sua pasta? Em 2015, quantos funcionários hão de se aposentar?

R – Olha, Vereador, a gente não trouxe esse detalhamento de informações sobre o Pessoal. O que podemos dizer, no geral, é que em toda a Prefeitura há uma estimativa grande de aposentadorias, as aposentadorias estão aumentando ano após ano. Mas a gente se compromete em detalhar a informação e encaminhar à Mesa.

P – É que hoje é a sua pasta que está em questão, Marcela. Então, queria entender porque você está variando 41% de 2015 para 2016. Eu não entendi a lógica dessa variação. Por que eu não entendi essa lógica, Marcela? Olha, na unidade da sua Administração você contava liquidado, até setembro agora, com 43 milhões. O orçado de 2015 é 76, mas se em setembro, eu executei só 76 da unidade da Administração, daí a minha pergunta é o porquê da aposentadoria. Porque, se eu não executei, se eu tenho liquidado 43, contra o atualizado de setembro, de 76, o que houve com a diferença? Você entendeu, Marcela? E você está propondo para 2016, 107, praticamente 108. Acho que as coisas aqui não vieram sincronizadas da sua Pasta.

Há algo estranho, porque, veja bem, em 2015, estão orçados 76, 196. O mesmo valor atualizado em setembro, porém o liquidado. Até setembro são só 43. Se se trata de pessoal, a senhora não vai gastar tudo de uma vez, em dois meses que restam. Você entendeu, Marcela? Eu queria entender, a Câmara precisa entender isso. Vamos autorizar esse dinheiro para o ano que vem e eu quero entender se você irá usar isso mesmo, porque a conta aqui não fecha. Eu gostaria que você me explicasse isso, se puder, essa rubrica, por favor, Marcela.

A SRA. MARCELA – A gente tem uma previsão de um aumento de pessoal na nossa Pasta, estamos fazendo uma série de concursos em várias áreas. Acabamos de lançar uma porção de editais agora no mês de setembro. Esses editais, na verdade, preveem contratação para toda a Prefeitura, mas também tem uma parte dessas contratações que são destinadas à Secretaria Municipal de Gestão. Estamos prevendo na área de TI, ou seja, na área de gestão como um todo.

Então esse aumento diz respeito a essa questão dos nossos concursos. Temos também um aumento do volume de recursos em função de reestruturação de carreira. Implementamos várias reestruturações que preveem reajustes, inclusive parcelas de reajustes que estão previstas para 2016.

Agora, vou pedir a vocês para que encaminheemos com detalhes todos os valores para explicarmos...

O SR. MILTON LEITE – Tudo bem, o futuro eu entendi, Marcela. O que eu não entendi permanece ainda o problema. Em setembro de 2015, até agora, vocês gastaram até agora, liquidado, 43 contra o autorizado de 76. O volume a ser gasto nesse período restante, ainda que se contem três meses, outubro, novembro e dezembro, não pode ser gasto todo esse valor, 33 milhões, quase a metade dos recursos em três meses. É essa a conta de 2015 que não está fechando e aí a pergunta: as rubricas que mencionou na área de pessoal eu entendi. Só que você tem outras rubricas que dão conta disso.

Por exemplo, promoção de saúde dos servidores, apareceu uma rubrica de 150 mil. Capacitação de estagiário de nível médio e superior, você cortou essa receita de treinamento, que você teria para 16. Você zerou essa rubrica. A pergunta é: por que não se mantém pelo menos mil reais para gestão? Modernização e manutenção de atendimento, 156. Queria entender também esses valores. Por que, em 2015, na sua execução orçamentária, até agora 48 contra 111 autorizados e contra 60 orçados? Aqui eu gostaria que você me explicasse também o que está acontecendo no 156? A sua Pasta, efetivamente, Marcela, carece de algumas explicações, entendeu?

A SRA. MARCELA – Perfeito.

O SR. MILTON LEITE – Esses três pontos mencionados. Voltando, para que você entenda, o que houve na execução orçamentária da parte pessoal? Porque seria praticamente um doze avos ao mês, se for para salário. Daí a minha pergunta anterior: o nível de aposentadoria dessa Pasta especialmente, porque tem uma rubrica específica. Sabemos que vem aumentando o genérico da Prefeitura, mas e a sua, específica? Da capacitação e formação de pessoal, houve um aumento aqui. Você disse que está fazendo um concurso, o que está acontecendo? Você está fazendo um concurso e esse dinheiro é para capacitar os concursados? O que aconteceu efetivamente?

Vou repetir: saúde do servidor, não tinha nada e coloquei promoção da saúde do servidor. Acho ótimo, 150 mil é o suficiente? E a contratação de estagiários de nível médio e superior você zerou. Você não terá mais estagiários? E a modernização, para o final dá 156. Foi o problema detectado aqui na Câmara que fez aumentar os recursos? Queria entender isso. E por que também, na execução orçamentária, de 111, se só se executou 108, até agora, dos 111 autorizados?

A SRA. MARCELA – Bom, vamos lá. Em relação a essa questão da administração da unidade, da nossa despesa com o pessoal, estou pedindo aqui informações e vamos ver se a gente consegue até o final da audiência complementar a explicação.

O SR. MILTON LEITE – Está bem.

A SRA. MARCELA – O senhor mencionou também a questão dos estagiários. Estamos fazendo uma mudança na modelagem de contratação. Hoje temos um contrato centralizado, por isso tínhamos uma previsão de um montante para estagiário de toda a Prefeitura. Estamos mudando a modelagem desse contrato para uma ata de registro de preços a partir da qual cada unidade poderá fazer a sua própria contratação. Foi por isso também que tem essa diferença.

Estamos prevendo também um aumento dos recursos de capacitação justamente porque queremos fortalecer essa política e isso tem a ver não só com a contratação de novos servidores - a gente tem de fazer cursos de formação, tem de fazer a recepção desses servidores – mas também isso significa também capacitarmos o nosso pessoal atual nas questões mais modernas em termos de gestão pública. Então, têm várias áreas que estamos mobilizando a nossa estratégia de capacitação, principalmente nessa parte de gestão de contratos, por exemplo, um tema bastante sensível na Prefeitura e estamos querendo dar um foco bastante importante para isso.

O senhor cita também a questão do 156...

O SR. MILTON LEITE – Só um retorno, mas houve um erro. Aqui fiz menção,

houve um incremento orçamentário de 28%. Mais, perdão. Você tem 2.996 contra 1.150, mais do que dobrou o aumento. Você aumentou 161%. Por que essa variação toda nesse Orçamento? Por que eu pergunto isso, Marcela? Para você entender, ora, em 2015, até setembro, você tinha 1.150. você só liquidou 319 mil e você está pedindo agora dez vezes mais do que você liquidou até o período de setembro, ou seja, de um Orçamento de 1.150, você não gastou. Você gastou 28% liquidado, em 2015. E você agora mais do que dobra o valor do seu Orçamento. De 1.150 você está elevando para 2,996 milhões.

Por que essa preocupação? Porque se você está executando, em 2015, 28% até o presente momento, ainda há 72 a serem cumpridos em três meses. Ou seja, nós vamos fazer execução orçamentária disso de maneira nenhuma nesse período. E agora você pleiteia um recurso maior para 2016. Você está pedindo um aumento de 161%. A gente gostaria, com clareza, ver as reais possibilidades desse gasto, porque esse tipo de recurso, Marcela, os Vereadores dirão o seguinte: farão uma análise da execução orçamentária, aí vem uma demanda lá da zona Leste, de Itaquera, para a construção de uma creche. Falarão: por que irão gastar lá se nunca se gastou esse dinheiro? Remaneja e coloca lá. Entendeu, Marcela?

Sou o Relator do Orçamento e eles vão pleitear o porquê disso. Essa mesma análise já está pronta para todos os Vereadores. isso o que eu estou fazendo já está disponibilizado. O Vereador chegará a mim e perguntará: “Por que esse dinheiro a mais está aqui? Por que estou dobrando o Orçamento dessa Secretaria, quando em 2015, não foi executado? Na execução orçamentária ou não havia recurso ou não foi empenhado ou houve uma má execução orçamentária. Porque há somente 320 mil reais executados e estão pedindo 3,996 milhões? Fale um pouco sobre isso.

A SRA. MARCELA – Em relação a essa rubrica, Vereador, é importante ressaltar um histórico de que no passado foi uma rubrica muito mais robusta do que esses 1,150 milhão, que foram orçados para 2015. E a gente tem feito uma porção de ações de capacitação, mas é uma ação que queremos realmente fortalecer. Temos uma previsão de aumento dos nossos

quadros.

Então, como eu disse, há áreas bastante sensíveis, que precisamos fortalecer na formação dos nossos servidores. Então, essa parte de gestão de contratos, mas também formação de lideranças, enfim, tem uma série de questões nessa parte de capacitação que tem sido bastante estratégico, fora as demandas das pastas de comparecimento aos congressos especializados. Então, isso tudo tem uma previsão dentro desses projetos que estão em recurso.

O SR. MILTON LEITE – Marcela, desculpe-me interrompê-la. A pergunta é: em 2015 vocês não fizeram nada disso? Eu queria entender um pouco. Em 2015 não fizeram isso. Esse é um dinheiro que as pessoas vão crescer o olho, os Vereadores vão dizer: “Vamos tirar esse dinheiro daí, porque se não foi usado...”

A SRA. MARCELA – É, tem uma mudança também na estratégia para conseguirmos melhorar essa execução orçamentária, Vereador e demais presentes. Nós, hoje, temos a EMASP e a Escola do Servidor. A Escola do Servidor tem uma capacidade, mas tem sua limitação de dar vazão às demandas de capacitação, que são enormes. A demanda é muito grande, então, todo o tempo, apesar da quantidade de cursos que queremos fazer, mas também somos obrigados a recusar varias demandas por falta de capacidade nossa de dar vazão a isso. o Masp tem uma estrutura pequena, no entanto, estamos prevendo a construção de várias parcerias, inclusive contratação de cursos que já existem, enfim, parcerias com instituições educacionais públicas, privadas.

Então, são estratégias que estamos adotando para conseguir atender com mais celeridade a demanda de capacitação, que é uma questão bastante sensível, volto a frisar isso. porque de fato hoje há várias entregas que temos de fazer. As secretarias tem uma porção de demandas a serem atendidas no Município e boa parte dessas demandas está ligada a essa questão meio, uma necessidade de melhorarmos q a qualidade e a eficiência dos nossos processos. Isso envolve muito a capacitação dos nossos servidores.

O SR. MILTON LEITE – Para finalizar, Marcela, então, por que zerar a contratação de estagiários? Em conjunto falar do 156, do comportamento da receita que eu já mencionei do 156. Do estagiário, primeiro. Bem breve.

A SRA. MARCELA – Em relação à questão de zerar a rubrica dos estagiários, na realidade, faz parte dessa mudança da lógica de contratação. Então, a gente previa um contrato único para toda a Prefeitura, do qual saiam os recursos dessa rubrica. E agora, então, tem uma ata de registro de preços em que cada unidade pode aderir à medida de sua necessidade.

Então, a nossa demanda específica com estagiários passa para a rubrica administração de pessoal da nossa unidade. Por isso que essa rubrica fica zerada esse ano. Então, na verdade, não é que não estamos contratando estagiários, mas está havendo um rearranjo de como esses recursos estão previstos no Orçamento, em função da mudança da lógica de contratação.

O SR. MILTON LEITE – O call center?

A SRA. MARCELA - Em relação ao serviço 156, também há uma mudança na modelagem, então, a gestão desse serviço passou recentemente para a Secretaria de Gestão, editamos recentemente um termo de referência, foi publicado, foi submetido à consulta pública e, na verdade um novo contrato vai passar a ser nosso. Hoje a gestão desse contrato não está conosco, mas estamos cuidando da elaboração dessa nova contratação e estamos prevendo, inclusive, uma porção de melhorias na forma como a gente está contratando, para permitir mais controle, para a gente ter mais eficiência desse serviço também. Está mudando o objeto da contratação, não é só mais uma questão de call center, é um serviço de soluções que estamos modelando nessa nova contratação e por isso também tem essa mudança de valores.

O SR. MILTON LEITE – Presidente, por hora ficaria debatendo com a Marcela os números o dia inteiro, mas eu gostaria de receber os esclarecimentos pormenorizados então estou satisfeito.

R – É importante a gente colocar que realmente ficamos em dúvida em muitos momentos de qual era o grau de detalhamento que devíamos trazer, mas me comprometo a gente fazer um documento e encaminhar a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A equipe da Secretaria de Gestão faz um esforço para trazer todas as informações da mesma forma que a Silvana, na anterior, também o fez. Mas, eu não posso deixar de dizer que como seria a primeira oportunidade de receber no Parlamento tanto o Secretário de Gestão Valter Correia, que ainda não esteve na nossa Comissão este ano, da mesma forma, que a gente poderia receber o Presidente da SPC Colidização e da SPDA, Roberto Carlos Madoglio, não posso deixar de externar o meu descontentamento porque durante o ano inteiro uma única solicitação e a equipe da pasta não consegue guardar um hora para vir prestar esclarecimentos à Câmara, é um desejo de se sentir mais supremo do que o supremo é. Na realidade é uma completa desconexão do que é a relação republicana do Executivo com o Parlamento. Já fui Secretário, já fui assessor, mas quero dizer que em nenhum momento faltei com uma das atribuições que era dizer à sociedade porque aqui é a representação legítima do povo da Cidade, netão, quero que leve tanto ao Secretário, como faço questão que a Marcela leve o ato do envergonhar. Como sou eleitor da Cidade

me envergonho de ter na pasta dessas que não tiveram o desprendimento de gastar meio hora, 40 minutos, uma hora para vir dialogar sobre o Orçamento do ano que vem. Não me parece que isso seria uma tarefa menos nobre que pudesse reunir aqui o Secretário e equipe para um diálogo de meia hora, 40 minutos, 50 minutos para nos contar o que pretende para o ano que vem. Vou fazer um único questionamento. Tenho uma lei municipal que estabelece os indicadores de desempenho, fiz uma visita ao Sr. Secretário nos primeiros 20 dias depois que assumiu à medida que infelizmente o que havia sido preparado pela Secretaria de Planejamento migrou para a Secretaria de Gestão e me parece que adormeceu na Secretaria de Gestão enquanto indicadores de desempenho na cidade, então, pergunto se

existe algum estudo ou preparo para aquilo que adormeceu e me parece que adormeceu junto com a vontade de o Sr. Secretário vir a esta Casa prestar algum esclarecimento do Orçamento do ano que vem, se a gente vai continuar tendo que garimpar as informações dos (palavra ininteligível) de desempenho que hoje são lei na cidade e que tem uma atualização absolutamente e se a gente pode contar com o empenho do Sr. Secretário, que não se empenhou em vir aqui participar da reunião que teria para dispor do Orçamento para o ano que vem. É para a gente entender um pouco quais os compromissos que se selam com a sociedade quando se ingressa na investidura de um cargo público. Uma única convocação para vir à Câmara para discutir o Orçamento do ano que vem e não consegue reservar meia hora, quarenta minutos, uma hora.

O SR. MILTON LEITE – O que é triste, não menosprezando nenhuma das pastas, são todas importantes, mas o Secretário de Finanças vem e debate todos os assuntos, um profundo respeito por essa pasta, se dispõe a vir numa única oportunidade anual faz questão da presença, não desprezando, V.Sa., Marcela, mas é que o titular da pasta, a presença dela é emblemática para nós Vereadores sua vinda aqui. Se olharmos o Congresso Nacional, os Ministros a toda hora vão ao Congresso Nacional não importa a pasta, não há dificuldade de convite. Agora, na medida em que o Sr. Secretário não comparece, provavelmente, vamos convidá-lo para fazer um debate na Comissão de Finanças, não vai passar em brancas nuvens não ter vindo a esta Casa. Se vai conduzir o Orçamento e aqui não aparece é porque não está dando importância para a nossa condução. A tesoura sempre sobra para aquele Sr. Secretário que não comparece nas suas verbas é um dos prediletos, digamos assim, porque o sujeito não vem, dá a delegação a V.Sa. e é muito ruim isso. Teria vir aqui defender com ênfase. Não é menosprezo, mas é emblemática a figura do Secretário. Aliás, se vier, deveria se fazer presente ao lado dele para auxiliá-lo a todo instante, não vindo o Sr. Secretário é muito ruim quando alguns Srs. Secretários vêm, uns respeitam, outros não respeitam. Não vir me incomoda mais do que V.Sa. imagina.

O SR. JAIR TATTO - Eu queria que me permitissem, até a pedido do Vereador Paulo Fiorilo, que não pode estar aqui e num determinado momento a Secretaria de Planejamento tinha solicitado um estudo, junto a FGV. Então, queria aproveitar a oportunidade para saber se esse estudo está em andamento, se está pronto e qual é a possibilidade da disponibilidade desta Comissão de ter esses estudos?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço aos Vereadores, população e Secretaria presente, pergunto à representante da Gestão o porquê da não vinda do Sr. Valter Costa, se é realmente, uma coisa anual? Não vem e ninguém justifica. Tem de haver uma justificativa porque essa reunião é anual, deveria ser, em minha opinião, mensal, porque há muito o quê se falar em transparência e participação nessa Cidade.

Também analiso a questão do código nº 13, que é da sua Secretaria, que, no corrente ano de 2015, se chama Planejamento, Orçamento e Gestão e passará a ser chamada somente de Gestão em 2016. Como eu falei de manhã para o Secretário de Finanças, pela primeira vez desde 1974, a palavra planejamento ficará fora da divisão das rubricas. É muito ruim para a cidade de São Paulo o planejamento ser chutado, ser colocado abaixo da sarjeta porque esta gestão foi eleita em 2012 sob a égide de destacar o planejamento, tanto que, por um ardid, uma mentira, uma falácia da Sra. Leda Paulani, Secretária até fevereiro deste ano, ter-se-ia que vincular a questão da participação popular, do orçamento participativo com o planejamento participativo.

Tudo bem, fizeram, tiraram a deliberação dos conselheiros e cancelaram o planejamento. Quer dizer, o planejamento foi rasgado do Plano Municipal. É uma coisa absurda, pois é assim desde o Prefeito Figueiredo Ferraz, que criou por lei a Coplan em 1974. Isso não se vê na cidade de São Paulo, porque realmente é a mais baixa atitude política e administrativa dos últimos tempos. É lamentável e fora da lei, porque a lei de 2009 que criou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano em janeiro 2009 trazia a Sempla.

Então, não sei que remédio jurídico foi utilizado por fora desta Casa. Foi uma

pedalada da gestão Haddad em relação à extirpação do planejamento da configuração orçamentária desta Casa. Isso é realmente uma vergonha para a cidade de São Paulo. Oxalá o próximo Prefeito, em 2017, que não será o Haddad, corrija essa questão para o bem da cidade de São Paulo.

Vamos às perguntas. Sobre a Prodam, infelizmente, com essa bagunça na Secretaria de Gestão, eu fico preocupado com a manutenção de ligações com a Prodam, uma empresa muito criticada nesta cidade, e sua vinculação com o código nº 13. Eu realmente gostaria de uma explicação do Orçamento. Não sei se a Prodam vai se pronunciar daqui a pouco sobre isso, porque é temerário deixar a Prodam vinculada à Secretaria como Gestão. Assim como o serviço 156, contra qual há inúmeras reclamações nesta cidade, que não funciona, especialmente quando se trata da periferia. No entanto, insistem em deixar o serviço 156 vinculado à Gestão ou ingestão pública e do não planejamento.

Dar 150 mil reais à saúde do Servidor Público é uma ofensa ao servidor público desta cidade, algo que os neoliberais do Estado já fizeram quando mandaram o Hospital do Servidor Público Estadual para a Secretaria de Gestão. O então Prefeito Kassab tentou fazer isso com o Hospital do Servidor Público Municipal, mas graças a Deus não conseguiu, não logrou. Deixar uma verba de 150 mil reais por 12 meses, o equivalente a 10 mil reais por mês, para a saúde do Servidor Público é uma vergonha e um desrespeito da Secretaria de Gestão, que, infelizmente, ainda segue as deturpadas lições da Sra. Leda Paulani, que tanto prejudicaram o servidor, a população, o munícipe e a sociedade participativa desta cidade.

Quanto à EMAP, não encontrei recurso orçamentário para ela. Quero saber qual a rubrica da EMAP e se a Fundatec está nessa Secretaria.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde. Estou rouca, mas não é por isso que vou deixar de falar. Eu fico muito decepcionada pela maneira como a digníssima pessoa que

representa o Secretário se referiu a nós, como sendo pessoas incompetentes. Será mesmo que somos incompetentes? Ela falou que tem que ser capacitado, que tem que ter curso, isso e aquilo outro. Minha querida, eu sou funcionária pública aposentada, mas sou atuante. As lideranças não precisam ser capacitadas, porque elas já têm capacidade de sobra.

A pessoa que deveria estar aqui para falar, não está. Então, como vocês querem que a periferia tenha respeito por vocês? Desculpem, mas estou tão indignada que chego a estar trêmula. Era para vocês terem mais respeito com a população e com o servidor. Não é a toa que os diretores e os funcionários não estão capacitados. Digo isso e provo. Sinto muito, mas estou muito decepcionada. É bom que vocês tragam aqui pessoas competentes para dizer o que a população tem que saber e não simular um faz de conta.

Este recado eu vou mando para a comunidade onde atuo: chamaram-nos de incapazes, mas incapazes são aqueles que assumem, ganham e nada fazem pela periferia, que está abandonada. Estou muito decepcionada.

Esse é o meu recado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo a palavra para Marcela, representante da Secretaria, para que ela possa proceder às respostas.

Após o encerramento desta fase, receberemos os representantes da SP Negócios, possivelmente a Renata Leal, Diretora, ou o Valmir Neme, já que houve o cancelamento do Iprem.

Tem a palavra a Sra. Marcela Tapajós e Silva.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS E SILVA – Vou começar por um ponto que foi recorrente em todas as falas, que diz respeito à ausência do Secretário.

Ele pediu para eu registrar as desculpas por não comparecer, mas o fato é que hoje e a semana toda nós estamos com uma agenda bastante significativa para a nossa Secretaria, que tem a ver com a semana do servidor e isso implica numa série de eventos que estamos realizando. Então, eu, ele e sua Secretária Adjunta temos nos dividido na representação da

Secretaria nos diversos eventos que estão acontecendo nesta semana. Mas não poderíamos deixar de estar presentes numa audiência pública tão importante como esta. Por isso, viemos.

Quero ressaltar o enorme respeito que o Secretário tem por esta Casa. Pode não ter coincido de ter havido um segundo chamado desta Comissão e ele não ter podido estar por conta dessas agendas consecutivas que temos, mas é fato que ele compareceu a outras audiências públicas da Câmara. Eu mesma estive com ele recentemente numa audiência pública que tratava de um projeto de lei importante para os servidores. Além disso, temos a nossa própria rotina; a toda hora estamos encaminhando questões importantes para o funcionalismo, como o decreto, que está para ser publicado esta semana, de promoção de servidores. Então, apesar de termos uma agenda muito cheia, gostaria de deixar registrada a importância que o Secretário dá para este espaço democrático, na certeza de que outras oportunidades certamente virão e de que ele poderá estar aqui para reiterar isso.

Outra questão abordada foi a parte dos indicadores de desempenho, um monitoramento que consideramos superestratégico. É uma agenda que continua sendo pautada e os estudos estão sendo realizados. Mantemos a publicação dos indicadores, mas sabemos da importância de evoluir nessa construção.

Então eu queria reiterar aqui que é uma preocupação do Secretário também, isso está na nossa agenda e nós pretendemos, cada vez mais, ampliar a questão da transparência ativa.

Outro serviço que temos é o atendimento aos munícipes, através dos serviços de informação ao cidadão, também está nos permitindo conhecer melhor os interesses e aprimorar essas informações que precisamos prestar ao cidadão.

Certamente quanto mais transparência, quanto mais informação nós tivermos, sem dúvida, nos propiciará melhores decisões. Estamos bastante comprometidos com essa regra e, cada vez mais, ela entra na nossa cultura, ou seja, a transparência ser ativa, ter o máximo possível de dados abertos. Essa é uma preocupação nossa muito grande.

Eu queria dizer, também...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Por favor, pessoal, vamos escutar a exposição da Marcela que é absolutamente importante para termos a compreensão dos processos que estamos incluídos.

A SRA. MARCELA – Dando continuidade, queria dizer para vocês que nós tivemos uma mudança recente de estrutura. A antiga SEMPLA foi desmembrada, deu origem à Secretaria Municipal de Gestão, isso implicou na transferência de competências, na questão do planejamento e do orçamento para a Secretaria de Finanças. O que, de modo algum, significa que a questão do planejamento foi desprezada ou sofreu uma diminuição. Ao contrário, justamente essa agenda dos indicadores é uma que revela a importância do planejamento e, cada vez mais, na verdade, estamos buscando aprimorar os nossos instrumentos.

Essa é uma agenda permanente, jamais ela será diminuída, ao contrário, essa é uma agenda que cada vez mais tem de ser valorizada, e ter foco nisso, porque realmente precisamos ter o cuidado de aprimorar esses instrumentos de planejamento na Prefeitura.

Volto a reiterar a importância, o peso que o planejamento tem nas nossas decisões, e também na agenda para nós melhorarmos isso.

Uma das formas de fazermos isso é através da capacitação dos nossos servidores. É justamente a introdução de novos instrumentos de planejamento, de modelagem de processos que implica com que precisemos capacitar servidores.

Por isso, que a rubrica da EMASP, que não aparece aqui com esse nome, mas como capacitação, formação e aperfeiçoamento de servidores, por isso não se encontra o título EMASP, mas é a rubrica 2180.

Por isso, estamos prevendo esse aumento de recursos e isso, de modo algum,

significa qualquer desprezo pelos servidores que hoje estão em exercício, ao contrário, nós contamos com eles diariamente, inclusive são os servidores efetivos que não só tocam no dia a dia a rotina da máquina, mas nos dão o histórico, nos passam *feedback* sobre o que é importante, o que é estratégico, o que está na agenda.

De modo algum vamos dizer que os servidores precisam se capacitar, significa qualquer referência à qualificação dos servidores ativos em exercício, ao contrário, é só uma permanência da nossa política.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem.

Parece-me que o Sr. Relator não tem mais nenhum questionamento.

O SR. MILTON LEITE - Não.

Ainda, Marcela, até ao final deste ano, eu gostaria de ouvir o Sr. Secretário aqui ou na Comissão de Finanças. Nós iremos convidá-lo, assim que houver uma agenda oportuna, com os Srs. Vereadores, para fazer um bate papo, ele tem que prestigiar esta Casa. Não custa nada vir aqui, não é nenhum menosprezo a V.Sa., não leve por essa forma. Ocorre que a Casa gosta de ser prestigiada. Faço questão de quando ele vier, você venha junto. Aliás a sua figura é mais agradável do que a dele. Todavia eu prefiro que ele venha.

A SRA. MARCELA – Sempre aprendo muito quando venho.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem. Agradeço ao Vereador Milton Leite.

Quero pedir o esforço da equipe que está aqui, tanto da Marcela quanto do Felipe. A Marcela foi muito objetiva em dizer desse princípio de oferta de informações e indicadores ativos, mas quero lembrar que o importante site Observa Sampa tem a sua última atividade em 13-03-2015.

Portanto, se alguém quer, de fato, oferecer indicadores ativos - a cidade de São Paulo produz indicadores todos os dias - não me parece que de 13 de março, deste ano, quando pela primeira vez dados da Secretaria de Gestão foram contestados pela Secretaria de

Transporte e depois, daquele momento, nada mais se falou de indicadores.

Quero dizer que, mais uma vez, me intranquilo se, de fato, há autonomia para a produção de indicadores de Cidade, que apontem para um futuro melhor do que o que temos hoje.

No momento em que a Secretaria anunciou indicadores que eram contrários à vontade de toda gestão que é mostrar resultados melhores e os indicadores mostraram resultados piores, não mais se falou em indicadores.

A partir de 13-03-2015, o Observa Sampa parou, porque encontrou ali uma ferramenta contrária ao desenvolvimento da imagem do Sr. Prefeito o que, na minha opinião, como autor da lei que criou os indicadores de desempenho da Cidade, envergonha qualquer agente público.

Portanto, faça-se chegar ao Secretário que é inadmissível que, nos últimos seis meses, não se tenha produzido uma informação de indicador de que aquela Secretaria tenha silenciado num momento em que teve seus números questionados por outra Secretaria.

Não é essa a gestão pública que quero, tenho certeza que não é aquela que você e o Felipe se esforçam para nos dar, na medida em que são servidores públicos, investidos com a responsabilidade pública, e não é esse o princípio ativo que, tenho certeza, você nos trouxe, mas é esse que o site observasampa.prefeitura.sp.gov.br, infelizmente oferece para a sociedade.

Quero falar com toda tranquilidade do mundo, hoje me envergonha.

A SRA. MARCELA - Nós vamos levar o questionamento. Tenho certeza que em breve teremos uma nova atualização.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Estão encerrados os nossos trabalhos.

- Suspende os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vamos retornar aos nossos trabalhos.

Quero agradecer a presença de Rodrigo Pirajá, Renata Leal e Valmir Leme, os três dirigentes da SP Negócios, presidente, diretora e superintendente. A ideia hoje é que vocês tenham oportunidade de apresentar a construção dos dispositivos orçamentários para o ano que vem e as tarefas que o Executivo pretende cumprir nesse importante dispositivo que o município tem hoje, dispositivo já antigo, não tão antigo, recente, mas recentemente também reorganizado, que deve e vem oferecendo novas orientações naquilo que é a relação da sociedade que produz riqueza com o poder público constituído.

Quero abrir passando a palavra para o Rodrigo Pirajá para que faça uma breve introdução, depois vamos permitir tanto ao relator como ao Vereador Jair Tatto, também relator, mas sub-relator da área descentralizada, responsável pelas subprefeituras, depois dar oportunidade àqueles que nos acompanham, seja pessoalmente, pelos mecanismos digitais, àqueles que nos mandarem informações pelas redes sociais, para que possamos estabelecer o bom debate. Mas o dia hoje foi dedicado às empresas que mantêm vínculo direto com a Secretaria de Finanças, por isso a sua presença. Tem a palavra para a sua exposição.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Boa tarde, Vereador. Muito obrigado pela oportunidade, especialmente pela compreensão do atraso. Estava numa reunião que acabou se estendendo com o Prefeito.

A São Paulo Negócios hoje é o braço técnico da prefeitura para parcerias e modelagem de projetos. Ela é uma empresa enxuta, com poucos funcionários, mas bem qualificados. Os projetos que hoje estão mais na nossa prioridade são a iluminação pública, Anhembi, projeto de concessão ou qualquer outro modelo de parceria com Anhembi, Arena Anhembi, viabilidade econômico-financeira do carnaval de rua e de outros equipamentos públicos. Estamos também envolvidos no projeto de desoneração do orçamento para custear o *wi-fi* livre através de parcerias privadas, Pacaembu. Pacaembu, na verdade, nosso envolvimento ainda foi um pouco superficial por falta de capacidade humana, porque a gente

estava envolvida em outros projetos, mas a gente continua ainda ajudando. Ceagesp. Esses são os principais.

Coloco-me à disposição.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Relator Milton Leite com a palavra.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, olhando as receitas de V.Sa. observo aqui: Fonte 08, operação e manutenção da rede de iluminação pública, 1,8 milhão. O que o senhor vai fazer com esse dinheiro e por que esse dinheiro está aqui? Um vírgula oito milhão da Fonte 08, ou seja, é da Cosipa esse dinheiro, é isso?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Não.

O SR. MILTON LEITE – Do que é esse dinheiro?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Na verdade nós fomos contratados pela Secretaria de Serviços para fazer a modelagem do projeto.

O SR. MILTON LEITE – Está perfeito. Mas gasta tudo isso?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Na verdade está até inferior ao custo do mercado. A gente até...

- Fala fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – É que eu não gosto de ver dinheiro. Se tiver algum dinheiro eu estou tirando aqui.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Estou percebendo.

O SR. MILTON LEITE – O Fábio está pedindo dinheiro, D. Maria está pedindo dinheiro aqui para investir.

Por que eu estou dizendo isso? Você está dizendo que é estudo de adequação, tem aqui “estudos e projetos e avaliação de 1,2 milhão”.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Na verdade esse projeto que nós trabalhamos até nós trabalhamos com prejuízo, porque é a dedicação que a gente tem feito a esse projeto não é

diminuta.

O SR. MILTON LEITE – Está zerado. Aí volta, Secretário: quantos funcionários o senhor tem na gestão do senhor?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Bom, do quadro, tirando o conselho, 28; mais com o conselho de administração e conselho fiscal, dá 31.

O SR. MILTON LEITE – O que fazem eles?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Eles são divididos em equipes. Tem duas equipes básicas, uma equipe de projetos que é superenxuta, tem cinco membros que cuidam de toda a modelagem desses projetos, Anhembi, Arena, Pacaembu, Ceagesp.

O SR. MILTON LEITE – Então, Secretário, o senhor tem aqui que gasta com funcionários 5,1 milhão, e o senhor achou que eu estava perguntando do dinheiro, a pergunta está aqui. O senhor está dizendo que seus funcionários fazem projetos e o senhor paga mais isso por projetos, aí eu... Qual é a natureza?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – A natureza...

O SR. MILTON LEITE – Entendeu, Secretário? Se o senhor tem funcionário, tem equipe.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Isso.

O SR. MILTON LEITE – O senhor gasta 5,1 milhões na unidade de administração, por ano, Fonte 00.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Certo.

O SR. MILTON LEITE – Eu estou perguntando o que fazem eles, o senhor diz que fazem projeto de remodelagem, aí embaixo a mesma rubrica, o senhor afirmou que era remodelagem. Tem dois dinheiros para a mesma coisa? Eu queria entender. O povo quer entender.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Não. Na verdade a empresa não faz só modelagem. Uma parte da equipe, metade dela faz modelagem, a outra metade faz promoção de

investimento - a São Paulo Negócios também é uma agência de promoção de investimento -, faz outros tipos de parceria...

O SR. MILTON LEITE – Quais? Explica para nós, Secretário.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Por exemplo, nós temos uma equipe dedicada a tentar trazer viabilidade financeira para o carnaval de rua, ou seja, desonerar o orçamento; em vez de a prefeitura custear o carnaval de rua com alguns serviços, ela procura parceiros privados que banquem o carnaval de rua da cidade. Isso custa, a gente faz edital, faz chamamento, faz seleção, procura parceiros, que é o que a gente fez. Nós temos um contrato...

O SR. MILTON LEITE – Quantos êxitos nós já tivemos até agora, Secretário?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Isso. Nós recebemos uma proposta...

O SR. MILTON LEITE - Qual êxito nós tivemos até o presente momento?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Bom, nessa parte de negócios, Vereador, nós recebemos uma proposta recente para carnaval de rua que envolve cinco milhões de reais. Ou seja, isso só no carnaval de rua. O *wi-fi*, a equipe de negócios que está trabalhando parceria com *wi-fi*, o objetivo é dobrar, pelo menos, o número de praças atendidas com *wi-fi*. E o *wi-fi* livre é livre para a população, mas hoje ele é pago pela prefeitura. O que a empresa está tentando viabilizar é conseguir parceiros que banquem o *wi-fi* e desonerem o orçamento da prefeitura para esse serviço.

O SR. MILTON LEITE – Está bom, Secretário, eu entendi. Agora, é assim, eu até mencionei o número errado. Eu queria entender o que o senhor faz com a administração da unidade, 5,1 milhões. E, perdão, eu vi pessoal errado, são 5,9 em 2015, em 2016 o senhor está pedindo, elevando para sete milhões. O senhor está na verdade pedindo um incremento de um milhão de reais, cerca de 18% a maior. Se o senhor gasta seis milhões com pessoal, de folha, porque eu imagino que a distribuição tributária está aqui, na administração da unidade o senhor tem duas rubricas. Eu queria entender todas elas, de Fonte 00, porque, primeiro, no incremento, e o que foi feito efetivamente em 2015 com esse quadro de pessoal. Porque é um

custo de 5,9 milhões e vou falar para o senhor: isso, na iniciativa privada, é muita gente para administrar. Dá para administrar gente que não acaba mais. Eu quero saber o que esse povo faz com cerca de 6 milhões de pessoal. Qual a atividade deles, Sr. Secretário? O que eles produzem para a Cidade?

R – Uma parte, metade da empresa, cuida da estruturação de projetos – projetos muito grandes e diversificados – e isso leva...

P – Quais projetos?

R – PPP da Iluminação Pública.

P – Já está em licitação?

R – Isso. Fomos nós que fizemos vírgula por vírgula daquele projeto. Nós é que vamos ao Tribunal de Contas, nós é que preparamos todas as apresentações.

P – Todo o pessoal interno?

R – Todo o pessoal interno.

P – Então, volto à primeira pergunta. Se é isso, o que está nessa rubrica Operação e Manutenção da Rede Pública e Estudos? O senhor tem uma outra verba complementar. É isso que não estou entendendo: é um mais um outro? Aqui, tenho 4 milhões em duas rubricas. O senhor tem 1,8 milhão e diz aqui: Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública. É isso que o senhor está falando? Ou o que é isso aqui? O que foi feito em 2015? Agora, em 2016, o senhor está dizendo que precisa, de novo, disso.

R – É porque vai prorrogar, porque a licitação está suspensa.

P – Eu sei, mas se o senhor já concluiu o projeto.

R – Não, não. Tem todo o acompanhamento. Temos membros que participarão da Comissão de Licitação. Enquanto o contrato não for assinado, a São Paulo Negócios tem envolvimento direto com o projeto.

P – Mas eu pergunto, Sr. Secretário, no quesito pessoal, esse pessoal do senhor faz o quê? Se ele fez aqui, com 5,9 milhões de folha, esse pessoal faz o quê? Para que o

senhor quer duas, três rubricas? Não estou entendendo. Eu somente queria entender.

R – O que o quadro da companhia faz é o que estou tentando explicar, no sentido de fazer todo o trabalho de modelagem de projetos – esse e tantos outros. A fonte de rubrica, talvez, o meu superintendente administrativo financeiro possa explicar.

P – Pois não. Eu quero entender o porquê da rubrica nas duas outras.

R – É, porque, talvez, eu não esteja alcançando...

(NÃO IDENTIFICADO) – Não sei se o Sr. Vereador... A SP Negócios tem o mesmo formato, que é muito comum, da Prodam. Só podemos trabalhar para a Administração direta, para as secretarias. Temos um contrato com a Secretaria de Finanças para a área de negócios, de abertura de empresa, promoção de investimentos, que é a atração de investimentos para o Município; também para a diminuição, do ponto de vista de abertura de empresas com as diversas secretarias, em que buscamos reduzir o prazo que, hoje, está em torno de 160 dias para abertura de empresas. Estamos buscando um prazo que seja plausível, como ocorre em Curitiba, Campo Grande, que são dez dias. Isso faz com que tenhamos uma atratividade para a abertura de novos negócios. Esse contrato, temos com a Secretaria de Finanças. No bojo desse contrato, constam essas atividades.

Com a Secretaria de Serviços, fomos contratados para preparar os documentos técnicos para a PPP da Iluminação. Esses documentos técnicos envolvem desde os editais até a participação prévia na análise da PMI, dos projetos que foram apresentados. Ainda, identificar, dentro dos projetos que foram apresentados pelos 11 grupos, quais aqueles que interessavam mais para o Município. Então, temos esse contrato com a Secretaria de Serviços, que é uma fonte de serviços prestados.

Temos, também, um contrato de *wi-fi* com a Secretaria de Serviços. Quer dizer, prestamos serviço para a Administração direta. É o mesmo contrato que a Prodam tem.

P – Eu entendi, mas se o senhor tem aqui uma folha de pessoal de 5,9 milhões de reais e não é o suficiente para todo esse serviço, o senhor está pedindo um incremento de

mais 18%, está querendo elevar para 7. Eu queria entender.

R – É que durante 2015, tínhamos um quadro que foi crescendo. Então, esse valor de 5,9 milhões leva em consideração um quadro que foi sendo montado ao longo de 2015. Então, só para o senhor ter uma ideia, não tínhamos todo esse quadro que temos hoje, de 38 colaboradores, sendo 10 membros do Conselho. Ele foi montado ao longo do tempo. É claro que isso é uma previsão para 2016. Quer dizer, aí tenho de levar em consideração o crescimento, a manutenção desse quadro atual, que foi montado no final do último semestre, e o incremento do dissídio coletivo, porque é uma empresa em regime de CLT.

Então, esse quadro de pessoal atende aos contratos que temos. Hoje, por exemplo, para essa demanda de pessoal, temos estimados - já em contratos com a Secretaria de Serviços, com a Secretaria de Finanças, com a Secretaria de Cultura e com a Secretaria de Governo, que estudará o novo Anhembi -, quase 73% dos contratos assinados. É a mesma coisa da Prodam. Prestamos serviços para a Administração direta através de contratos e não contratamos ninguém de fora. É um quadro exclusivo. Todo conhecimento técnico fica dentro da companhia.

P – Quantos cargos de livre provimento o senhor tem e quantos o senhor tem contratos por concurso público?

(NÃO IDENTIFICADO) – Se me permitem responder. Nobre Vereador, essa empresa estava em fase pré-operacional até o ano passado. Ela conseguiu se viabilizar por contrato exatamente do ano passado para este ano.

Então, já instituímos um grupo para prevermos o concurso público para o ano que vem. Já temos um plano de cargos e salários instituído.

P – Sim. Mas esses funcionários são oriundos da estrutura da Prefeitura? De onde eles vêm? Ou são todos contratados?

R – Hoje, temos alguns servidores cedidos, que eu não sei. Eu mesmo sou cedido do Governo Federal, e têm outros cedidos da Prefeitura. E tem uma parte que é de livre

provimento.

P – Quanto que é essa parte de livre provimento?

R – Tirando o Conselho, que são os Conselhos Fiscal e de Administração, são 24.

P – E qual a natureza da função deles? São técnicos? São engenheiros, programadores?

R – São assessores especiais.

(NÃO IDENTIFICADO) – São economistas, administradores, engenheiros.

R – Isso. Porque a análise do projeto técnico dos editais é multidisciplinar. Então, quando se vai analisar, por exemplo, uma PPP da Iluminação, tem de se ter economistas, engenheiros...

P – Tudo que o senhor escreveu sobre a Iluminação Pública eu li cada vírgula. Tudo o que vocês fizeram, já li umas quatro vezes. Tudo o que vocês fizeram, já li umas quatro vezes. Eu fui um dos poucos que leram. Data vênia, não concordo com o que está lá, mas respeito. Então, é óbvio que se estou perguntando é porque tenho uma natureza de preocupação e divergência com o quadro que está compondo aquilo. Daí a pergunta: de onde vêm os funcionários?

R – Vereador, a fonte dos recursos para pagamento dos funcionários, toda ela é de origem contratual ultimamente. E os funcionários são selecionados no mercado por terem experiência na atividade. Então, o grupo que trabalha com concessões e PPPs, por exemplo, é formado por pessoas do Governo de Minas, do Governo do Estado, do Governo Federal, da EBP. Então, são pessoas especializadas no tipo de atividade que desenvolvem.

P – Não quero ser persistente, mas confesso que essa matéria prosseguirá, porque não vou ficar polemizando em cima da peça orçamentária, até porque a matéria que trataremos em outra oportunidade não deverá ser somente sobre a pasta de funcionários - que, para mim, ainda continua meio complexa. Digo isso porque 5,9 milhões de reais por ano é um quadro bastante significativo se dividirmos isso pelo número de funcionários que temos. O senhor há

de convir comigo que 5,9 milhões, 6 milhões praticamente, para esse número de funcionários que o senhor mencionou, é um quadro bastante especializado mesmo, com salários altíssimos, acima da média do que temos, hoje, contratados pela Prefeitura.

R – O salário é compatível com as outras empresas municipais. Se pensarmos no resultado, só o trabalho do Carnaval de Rua, de economizar 5 milhões só com um projeto, fora os demais, achamos que...

P – É um grande êxito. Quais foram os parceiros contratados?

R – Foi a Dream Factory. É uma proposta de uma empresa que organiza o carnaval de rua, por exemplo, do Rio de Janeiro. Acho que a Ambev também fez proposta.

P – O que ela fez?

R – Ela vai organizar...

P – Esse projeto é ancorado em quê?

R – Ela faz a exposição de *marketing* dentro daquilo que é admitido pela CPPU. A contrapartida do parceiro privado é a exposição de marca admitida pela CPPU. E o que ela faz? Ela faz todo o custeio do serviço que exige o carnaval de rua, como ambulância, banheiro químico.

P – No Carnaval de Rua, como o nome diz, é de rua. O senhor tem a Lei Cidade Limpa, que é concorrente, então é um desvio do contrato de concessão que eu tenho. Eu também conseguiria muito dinheiro para o Carnaval para N fontes se pudesse fazer publicidade de rua. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Nobre Vereador Milton Leite, só vou tentar trazer à memória o que a SP Negócios dialoga neste momento.

Há pouco mais de um ano, quase dois anos, a agência que realiza o Carnaval do Rio manifestou interesse em desenvolver uma modelagem parecida àquela que realiza no Rio e, portanto, ter a oportunidade de transformar o nosso modelo de ambulante registrado por Sub, que além de gerar um custo burocrático para a Sub, e um custo material para o Executivo,

e à medida que ele acaba por depender da oferta de banheiros químicos, de policiamento, e segurança, de estrutura, mudar a regra de, em vez de se oferecer esse volume de mil, dois mil, três mil ambulantes de rua, se oferecer isso em um chamamento público. Assim, em vez de ter somente o custo do TPU, portanto, metro quadrado utilizado pelo ambulante, você ter uma relação em que este conjunto de espaço teria uma outorga para aquele pequeno período de um agente privado que ofereceria os custos operacionais deste hipotético...

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, isso eu tenho como claro. A questão não é essa. A questão é a Cidade Limpa, porque o que o Sr. Secretário disse foi: exposição de marca. O emprego do recurso, eu entendi. A fonte de receita é que não ficou clara. Qual o interesse da iniciativa de ofertar tamanha bondade, preciso saber por que e aonde está. Não é o investimento, mas é o porquê da receita. Qual o interesse da empresa?

(NÃO IDENTIFICADO) – Qual a contrapartida da empresa para prestar esse serviço e fazer esse patrocínio? É a exposição de marca permitida pela Lei da Cidade Limpa, exatamente nos limites da Lei da Cidade Limpa, e isso passa pela Comissão, pela CPPU. Ou seja, o projeto passa pela Comissão encarregada de avaliar o cumprimento da Lei da Cidade Limpa. Não é subjetivo.

P – Por que estou insistindo nisso? Porque é um contrassenso. Quanto à Liga das Escolas de Samba, estamos pleiteando que se baixassem os custos por 30 dias dentro do Anhembi. Estou tendo de passar um projeto de lei que permita a publicidade e que negocie com a empresa a mesma perspectiva dos senhores, e não houve essa mesma bondade. Não há essa bondade. As empresas nos dizem: “Se vocês passarem isso, vamos para o Judiciário”. Elas não aceitam. Para que façamos no Anhembi, para o Carnaval, dentro do espaço, dentro do Anhembi, gerando uma menor despesa e maior receita para a Liga das Escolas de Samba, a mesma Comissão do senhor indeferiu, sob o argumento de que isso ofende a Lei da Cidade Limpa, o que, em tese, concordo. Tanto é que estamos propondo um projeto de lei que permita, durante esse interstício do Carnaval, que se faça a publicidade confinada ao entorno

do Anhembi. Se o Carnaval é de rua, está exposto à rua. Parece-me que carece de lei, e não vi isso aqui, ainda que a Comissão tenha opinado ao Sr. Secretário de maneira diferente, algo similar, que ela não poderia opinar. O senhor entendeu.

R – Sr. Vereador, a Lei da Cidade Limpa permite determinada exposição de marca, muito limitada. Aí, há duas opções. Se essa exposição de marca, prevista hoje na Lei da Cidade Limpa, não é suficiente para me dar a contrapartida pelo recurso que invisto, das duas uma: ou eu não patrocino, ou eu tento alterar a lei.

P – Eu acho louvável, Secretário, a medida. Só que, se ela gera receitas..., aqui é uma questão de receita, alguém está perdendo. A empresa concessionária vai dizer o seguinte: “Olha, está perdendo”. Não posso chegar no meio da rodovia e falar: “Olha, eu fiz um atalho aqui. Durante 30 dias, será de graça”. Eu tenho de discutir esse atalhozinho para desviar do pedágio. Se gerar receita, nesse atalho, está sob a égide da concessão.

—————
A exposição de marca, e aí é o contrassenso da Comissão, não pode gerar receita. Se estiver gerando receita, direta ou indireta, ela se torna ilegal. Apoio, só que vejo como temerário, como uma atitude na ilegalidade na perspectiva que, na nossa lei, debaixo de uma concessão - que o senhor, aqui, sabe, foi aprovada por essa Casa –, a exposição de marca não poderia gerar receita. Então se está gerando receita, estamos ofendendo o contrato de alguém. Essa é a preocupação.

Eu quero que o senhor arrume recursos para o Carnaval de rua, pois eu apoio, tanto que fiz projeto de lei de isenção, agora, para o Carnaval de rua e todo o Carnaval paulistano. Não tem nenhum problema. A minha preocupação é que, no mesmo caso, em que o senhor acabou de mencionar, eu não tenho isso para o Anhembi, para a Liga das Escolas de Samba. Porque? Por ofensa ao contrato uma vez que gera receita. O argumento é claro e eu acho sustentável, mas teremos de passar uma lei aqui.

Acho que seria de bom alvitre que se mantivesse esse contrato com o senhor e nós elaborássemos e fizéssemos passar uma lei, aqui, que negociasse o quão a empresa

concessionária pudesse, para que não suscite dúvidas ou problemas futuros, porque essa exposição de marca, se houver geração de receita direta ou indireta, não é exposição de marca. Ela gerou receita e quantificou-se, é isso, Sr. Secretário?

R - Eu confesso a ignorância quanto ao Carnaval no Anhembi. O que sei, do Carnaval de rua, no nosso entendimento e no da comissão seguiu-se estritamente o que diz a Lei Cidade Limpa.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu entendi, e estou dizendo para o senhor, se o senhor quiser eu faço descer a proposta, o projeto de lei que está pronto. Nós vamos apresentar depois de um estudo jurídico, Sr. Secretário. Para o senhor entender: há ofensa, nós consultamos a concessionária, há ofensa. Pede para a Meire mandar o projeto. (Pausa) Porque há ofensa, dentro do Anhembi, da Lei da Cidade Limpa.

Nós entendemos que podemos negociar isenção.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vereador, permita-me um aparte?

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, por favor, vou encerrando por aqui, Sr. Secretário. Eu quero vos ajudar. Só não quero que se cometa erros e, assim, frustrar o meu Carnaval de rua, pois temos interesse em apoiar. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Parece-me que há uma necessária adequação de universos.

O Carnaval do Anhembi tem, associado a ele, uma comercialização de direito de imagem que não é feita de forma objetiva e clara, mas que acompanha uma exposição de marca sem precedente à medida que temos dois dias de veiculação, da hora em que se anuncia a primeira escola ao término do desfile da última. E, portanto, tudo aquilo de imagem que for gerada no Sambódromo gera um benefício para o expositor.

O SR. MILTON LEITE – É isso aí, então, Sr. Presidente. O resumo é a palavra “receita”.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Carnaval de rua tem uma proporção e

uma projeção muito diferente porque a geração para a marca é muito menor e a relação do consumo é muito maior. Então, aí, temos duas coisas que funcionam inversamente: enquanto o Carnaval de rua, você tem um consumo muito maior, o Carnaval...

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, eu entendo o dimensionamento...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nós estamos aqui conversando com a SP Negócios, então, no budget de negócios deles, quando eles observam o Carnaval de rua, o Carnaval de rua é consumo.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Carnaval do Sambodrómo é carnaval de imagem, só para nós entendermos.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, não é o quanto, é se pode ou não gerar receita.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito.

O SR. MILTON LEITE – A questão não é sua: o quanto mais ou menos se pode gerar. Estou preocupado em dar legalidade. Aquilo que está propondo, em dar legalidade. Eu concordo com o que V.Exa. disse, que se possa fazer por um período curto, um interstício, por um período curto.

Acho que devemos votar uma lei, Srs. Secretário e Presidente, que dê a segurança jurídica nesse aspecto. Não importa se na rua é de se gerar, aqui está se gerando 5 milhões, é uma receita expressiva. São R\$ 5 milhões!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou, aqui, mal comparar o que tem sido feito pela Secretaria Municipal de Esportes com a recepção nos nossos estádios públicos municipais. Digo estádios, porque quando você tem um campo de futebol na periferia, que acomoda 400 pessoas, é um estádio, 500 pessoas é um estádio. Quinhentas pessoas é um estádio e é um estádio daquele bairro. Portanto, esses estádios de bairro passaram a ter um *naming rights*. Assim, quando observamos nossos estádios periféricos hoje, notamos que eles

são estádios da Ambev e, portanto, têm um *master* patrocinador.

E me parece que a comissão de paisagem não impediu que o Secretário Municipal de Esportes assinasse com a Ambev para destinar algo da ordem de R\$ 20 milhões em investimento em 10, 12 estádios de periferia, portanto, para algo que é mais do que temporário, terá permanência mínima de três anos: a exposição da marca, que – na minha opinião – é menos aderente ao futebol do que ao carnaval.

Consigo ver a Ambev mais aderente ao carnaval nos quatro, cinco dias, do que a um campo de futebol.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, permita-me. V.Exa. está confundindo duas coisas. A concessão do mobiliário urbano se dá para as áreas expostas aos logradouros públicos, vias públicas. Isso é bem especificado na lei. E quando falo de campo, é área interna. Quando se fala do Anhembi, a parte interna do Anhembi. É diferente. Não há problema com Cidade Limpa, mas estou falando do entorno. V.Exa. ainda não se debruçou sobre a legislação.

Então, no entorno é uma tipicidade; no logradouro público, que é objeto contratado pela concessão, é outra. Como mencionado pelo Sr. Secretário, carnaval de rua é logradouro público, aí sim pode-se gerar dúvidas se auferir receita. Já o campo de futebol se equipara à parte interna do Anhembi, não ofende a Lei Cidade Limpa, porque não há exposição em logradouros públicos, são locais confinados. Aí a Comissão assiste razão a ela. Porém, quando se trata de logradouro público, há impedimento, porque aí tem conflito de interesse de receitas.

Quero dar aspecto de legalidade para aquilo que está se abordando. São dois aspectos diferentes. O campo em que a Ambev promove é interno, não há problema por não ser logradouro público. Mas quando ele fala de carnaval de rua, que é em vias públicas, logradouro público, há um conflito de interesse.

Portanto, Secretário, a minha proposta é de tentar melhorar essa forma de receita e discutirmos com a sua assessoria uma forma de abordar, e talvez o Executivo compartilhar da

minha lei, ou não, para o evento do carnaval, que apoio. Estou até disposto a fazer um aditivo na lei para que dê respaldo necessário a essa atividade. Quero apoiar, mas com legalidade, porque nos próximos carnavais haverá a possibilidade de ampliar esse negócio, que é bom.

Ambiente público é uma coisa; ambientes fechados, confinados, são diferentes. E objeto de concessão são os logradouros públicos. Não se pode instalar relógio, por exemplo, dentro do campo nem dentro do Anhembi, só em ambientes externos, aí a diferença.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – A distinção é que um se trata de exposição temporária e outro se trata de exposição permanente. Quanto à exposição permanente no estádio, no campo de futebol, você se certifica que é possível a hipotética autorização. No outro, não se trata de uma parceria público-privada, mas um chamamento de empresas interessadas em explorar o Termo de Permissão de Uso do Solo. Dessa forma, a tentativa de chamamento se insere mais no Termo de Permissão de Uso do Solo para a comercialização do que na exposição de marcas, senão confundimos o chamamento que não é uma exposição de marcas, e sim uma exposição de produtos naquele período de três ou quatro dias.

E o nobre Vereador Milton trouxe uma inovação, que talvez possa ser a solução para alguns dos problemas, para ficar de pé um modelo como esse, você pode inserir algo fundamental, que é a imagem.

Mais algum item, nobre Vereador? Vou explorar rapidamente alguns temas que considero fundamentais e que permitem que a sociedade reconheça a importância que a SP Negócios tem na cidade de São Paulo. Vou pedir ao Sr. que nos fale dos avanços quanto à parceria público-privada que vem sendo trabalhada no Anhembi, um pouco dos avanços e contratempos da iluminação.

Acho fundamental contarmos também das tentativas na área cultural, da participação mais ativa daqueles que são produtores de riqueza tanto para a Virada Cultural, como para a Virada Esportiva. Acho bastante importante falar do que podemos aliviar de

recursos investidos do Tesouro na rede de praças de Wi-fi, ou seja, o quanto podemos transferir ao setor privado, inclusive a melhora no serviço das praças de Wi-fi, e o quanto podemos recuperar de capacidade de investimento do Município em redes potentes de socialização de conhecimentos, os antigos Telecentros, que deverão ser transformados em plataformas abertas de socialização do conhecimento digital.

Quero tratar de outros dois temas fundamentais, que estão ancorados por leis específicas. A Câmara aprovou a lei que permite a concessão dos terminais da SPTrans e os edifícios garagem, esses com legislação própria.

Mais recentemente, um esforço feito pela SP Negócios, que era desconhecido para mim, o Táxi Preto, que continuo a insistir: O Uber que é só do Prefeito e, portanto, não é ainda da sociedade, porque só ele conseguiu entender como podemos substituir a sociedade que produz negócios e tecnologia pela “nós”. Costumo dizer, na nossa arrogância e prepotência de sermos melhores do que todos, superarmos o que o mundo vem fazendo porque nós vamos oferecer o que desejamos, e não permitir que um negócio como a SP Negócios ofereça a oportunidade de disputa.

E me parece incrível que uma empresa que seja produzida para negócios possa assumir um negócio que a sociedade reconheça que não deve estar no arcabouço do setor público. Por esse motivo, fiquei minimamente decepcionado ao ver que a SP Negócios se apresentou para ela mesma fazer um negócio que ela deve estimular, portanto, não dando oportunidade de negócios, e sim realizá-lo. Mas o tempo nos dirá quais são os nossos acertos e os nossos erros.

Acho que é fundamental também definirmos o que faremos com a nossa rede de compartilhamento de bicicleta, que se arrasta no Tribunal de Contas nos últimos seis, sete meses. Se observarmos, as bicicletas estão absolutamente depreciadas, para não dizer quase destruídas. Pelo menos é o que vejo das bicicletas do Itaú, Sampa Bike, do Bradesco, que vêm perecendo rapidamente, à medida que não há uma estruturação real. Os *parklets* também

podem ser um universo dessa importante dinâmica que a SP Negócios realiza.

Outro ponto fundamental é interpretar o quanto a SP Negócios consegue resgatar o Arco Tietê, já que um investimento grande vem sendo realizado pelo agente privado e ainda não se apontou nenhuma oportunidade de negócio no principal Arco de desenvolvimento de negócios da Cidade.

Também é importante reconhecer que o Plano Diretor da Cidade apontou polos de desenvolvimento econômicos nas zonas Leste, Norte, Noroeste, a partir do momento em que se anunciou que há uma rota Bandeirantes de desenvolvimento a partir do eixo Anhanguera – Bandeirantes; Minas-Rio, que é composta pela Fernão Dias e Dutra; a rota ABC-Litoral, composta pela Jacu Pêssego; e a rota D, importantíssima, a rota de desenvolvimento de Diadema.

Tentando interpretar o quanto a SP Negócios consegue acompanhar dessa pulverização de painéis nos corredores de ônibus, lembrando que a modelagem aprovada por esta Casa e levada à licitação não incluiu os corredores de ônibus, mas nos últimos dias é possível notar que há mais painéis nos pontos de ônibus dos corredores do que na proteção para o usuário do transporte público coletivo. Cito o corredor da av. Vereador José Diniz, Ibirapuera, onde há mais área à disposição de imagem do que proteção de abrigo ao usuário do transporte público coletivo. A estação de transição do Largo de Moema tem 14 painéis para seis abrigos de amigos.

Imaginando que existam outras áreas absolutamente poderosas de imagem que não seja o espaço de abrigo do usuário, não precisamos confundir a área de proteção do usuário do transporte coletivo com a área de exposição de imagem, para garantir espaço de imagem, para remunerar o agente privado. Então, está mais do que provado que área de proteção de usuário é uma coisa, área de imagem é outra coisa.

Portanto, essa é a lista de intervenções que acredito que a SP Negócios tem a oferecer, e não é um cardápio para oferecer para o agente público, mas na realidade é para

entusiasmar a sociedade paulistana, paulista, brasileira e internacional, porque a cidade de São Paulo é um porto seguro, estável, na sua legislação para recepcionar investimentos que vão substituindo investimentos públicos e, portanto, vão liberando investimentos do poder público para outras tarefas árduas, como desenvolvimento social, desenvolvimento da saúde, garantia de educação de qualidade e transporte público eficiente.

Sendo assim, quanto mais conseguimos encantar o setor privado de investir em tarefas que não sejam de ação prioritária do setor público, mas de orientação, sobrarão recursos passíveis para melhorar o ritmo da Cidade.

Vou passar a palavra ao Sr. Pirajá, que tem essa responsabilidade, junto com a sua equipe, de conseguir apontar para a Cidade e para o mundo o quanto a cidade de São Paulo pode ser atrativo para esses elementos. Se for possível, comente sobre uma das parcerias que chegou ao fim, do Pátio do Pari, aquela modelagem que foi estruturada na antiga Feira da Madrugada, que já tem um agente privado que ganhou a licitação.

Infelizmente o dia a dia daquele espaço não é dos mais positivos, à medida que tivemos uma chuva torrencial e todos os boxes ficaram debaixo d'água, mas esse é um desafio que a Cidade enfrenta quando não se faz a drenagem, o saneamento, já que em algumas regiões fecharam-se os rios, os córregos, os cursos de água, por isso todos sofremos com isso. Mas também há expectativa porque temos um parceiro privado já investindo naquele espaço, onde até outro dia era tarefa pública.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Pirajá, da SP Negócios.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Sr. Vereador, é uma grande satisfação estar conversando sobre esse *rol* de temas, embora houvessem muitos outros que o senhor gostaria de abordar, isso só demonstra o alto nível do debate na Câmara.

Talvez eu os decepcione, porque a SP Negócios não está envolvida em alguns, ou muitos, desses projetos que o senhor citou. A SP Negócios é uma empresa pequena, então por ter um quadro reduzido algumas Secretarias fazem seus projetos sem a participação da nossa

empresa.

Projetos de concessão de terminais, edifícios garagens, compartimentos de bicicletas, *parklets*, painéis nos corredores de ônibus e até a Feira da Madrugada não contaram com a contribuição da SP Negócios. Acredito que, em breve, isso não ocorrerá mais, pois cada vez mais a SP Negócios tem sido utilizada pela Prefeitura de forma catalisadora, mas ainda não é espreada. Então, muitos projetos ainda são conduzidos sem a nossa articulação e participação.

Uma premissa da SP Negócios é: onde o Poder Público conseguir captar recurso privado, ele não deve colocar orçamento público. A gente entende que o Município só deve colocar recurso público onde não consegue captar recurso privado. Esse, talvez, seja o caso do Anhembi, que precisa se modernizar e expandir.

Fizemos o chamamento do Anhembizão, porque Arena é uma modelagem muito já bem definida, já atrativa. Então, o grande desafio será o Anhembizão, e já recebemos os estudos hoje para avaliar o nível de estudos e verificar quais as soluções propostas para aquele importante equipamento. Então, a fase do Anhembi: um chamamento de estudo, entregue hoje; e agora a gente passa para a fase de avaliação dos estudos para encontrar a solução que a iniciativa privada apontou para aquele equipamento.

O chamamento do Anhembizão foi mais genérico, porque preferimos não tolir a criatividade da iniciativa privada. Toda vez que fazemos um chamamento muito dirigido, a atratividade é menor. Então temos de admitir que a iniciativa privada sabe mais do que nós o que fazer com aquele equipamento. Por isso, a gente dá premissas e espera que a solução venha deles.

Portanto, já recebemos o estudo hoje e passaremos para a fase de avaliação do Anhembi.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – E quanto à Arena?

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – Já recebemos nove estudos da Arena.

A SRA. – E agora estamos na fase de sessão de esclarecimentos com os autores desses estudos. Ou seja, estão ocorrendo sessões de esclarecimentos específicas, por estudos de modelagem econômico-financeira, depois os estudos operacionais e de engenharia para que a equipe da São Paulo Negócios, da SPTuris, entenda no detalhe os estudos apresentados.

Com base nisso, também vamos avançar desenvolvendo a modelagem final a partir de todos esses estudos e depois, eventualmente, o processo licitatório.

R - O que já dá para perceber é que é um projeto que a conta fecha, no caso da arena. Então, é bastante possível que a gente saia com um resultado positivo já desse chamamento.

O terceiro ponto que o senhor tocou é o aspecto cultural. Há uma ideologia envolvida no assunto nos órgãos públicos. Dessa forma, não é fácil colocar na cabeça que devemos captar recursos privados para financiar atividades culturais. Ainda há uma lógica de que esse tipo de atividade deve ser custeado por orçamento público, mas estamos tentando alterar esse quadro.

Não trabalhamos na Virada Esportiva, mas trabalhamos com a Virada Cultural, porém, com limitações muito condicionantes por parte das secretarias afins. Então, não tivemos toda a liberdade de modelar o edital de Virada que conseguíssemos entender que era atrativo exatamente para a iniciativa privada.

É um desafio que acreditamos que paulatinamente vamos conseguir atingir. Não nos responsabilizamos pelo insucesso do edital, embora tenhamos tentado ajudar na medida do possível, mas encontramos dificuldades.

O *wi-fi* é um projeto muito bom, redondo, até certo ponto simples. Muitas outras cidades do mundo fazem algo semelhante. A Renata é a diretora envolvida no projeto e pode dar mais detalhes sobre isso.

A SRA. RENATA (?) – Inclusive, Vereador, nesta semana vamos lançar o

programa de expansão da rede de *wi-fi* em parceria com a iniciativa privada. Então, a ideia é que nos próximos meses a gente lance um projeto piloto já com, no mínimo, 10 localidades novas. A grande inovação dessa segunda etapa é que o parceiro privado não só mantenha e ofereça o serviço de *wi-fi*, como também promova a requalificação das praças, do mobiliário urbano, do melhor uso desses equipamentos. Então, imaginamos que essa será a grande inovação dessa segunda etapa do programa de *wi-fi*.

R – Já há parceiros interessados e tem algo que vamos conseguir, ou seja, irá desonerar o orçamento e proporcionar a ampliação do *wi-fi* livre para o cidadão.

A SRA. RENATA (?) – O Telecentro faz parte do escopo do contrato da São Paulo Negócios com a Secretaria de Serviços para identificar a reformulação, a renovação de alguns telecentros, no mínimo cinco, em parceria com a iniciativa privada.

Então, a primeira etapa desse contrato estamos focando nas praças *wi-fi* e, em um segundo momento, vamos trabalhar com objetos dos telecentros.

R – Só para entender, acho que quinta-feira a gente lança o edital de consulta pública para o *wi-fi* para permitir a participação da sociedade civil identificando locais onde ela quer *wi-fi* e também modelos de parcerias.

A SRA. RENATA (?) – Isso, tipos de intervenção e modelos de parcerias. Além do lançamento da consulta na próxima quinta-feira, vamos realizar duas audiências públicas: uma mais focada em localidades e outra em tipos de intervenção e modelos de parceria com a iniciativa privada.

R – Essa é uma prática que a São Paulo Negócios defende. Achamos que a Administração Pública não deve fazer política de gabinete, deve admitir o tanto quanto possível e aperfeiçoar a participação da sociedade nas soluções e na identificação daquilo que ela quer.

Por cessão de terminais e edifício-garagem, infelizmente, nós não participamos. Talvez no futuro venhamos a fazer, mas a São Paulo Negócios não se envolveu diretamente.

Do táxi, a São Paulo Negócios foi chamada para ajudar. Vereador, não fique tão

frustrado por enquanto porque o que aconteceu foi o seguinte: diante da votação expressiva na Câmara, o Sr. Prefeito entendeu respeitar a decisão do Poder Legislativo, mas ao mesmo tempo tentar incorporar as inovações de um novo modelo de negócios ainda dentro do sistema táxi. Era o que S.Exa. podia fazer no momento.

Ao mesmo tempo que S.Exa. tentou trazer para o modelo já existente as inovações de negócios e tecnologia, S.Exa. criou uma comissão de estudos para propor uma regulamentação de outros serviços de transporte individual de passageiros de utilidade pública e é isso o que essa comissão está fazendo. A São Paulo Negócios participa dessa comissão e está tentando fazer aquilo que V.Exa. imagina que talvez devesse fazer logo de primeira mão.

Então, o que a Prefeitura conseguiu fazer foi trazer para o modelo de táxi o que não vai conseguir perfeitamente, mas alguma inovação e estudar outro modelo de negócios privado, com maior liberdade, para ver se é possível propor alguma regulamentação desse novo serviço.

Arco Tietê, nós também não participamos do estudo e nem da avaliação dos estudos do Arco Tietê. O que fizemos foi associar o Anhembi para servir de âncora do projeto do Arco Tietê. Ou seja, começa-se pelo Anhembi para depois espalhar para todo o Arco Tietê.

O nosso envolvimento ainda é pontual no Arco Tietê. Acreditamos que deveríamos estar envolvidos em outros temas, mas ainda não conseguimos.

Estamos atuando na Zona Leste. A Companhia tem feito papel de tentar atrair investimentos para a zona Leste e divulgar a Lei de Incentivos. Temos uma convicção a respeito. Acreditamos que só benefício tributário talvez não seja suficiente para incentivar a região, mas do que foi aprovado, a companhia está se envolvendo e tem uma equipe exclusiva dedicada a isso que vai sempre lá, mas é um desafio grande.

Vereador, eu vou lhe fornecer a informação sobre o primeiro investimento previsto para a zona Leste por escrito.

Sobre os temas dos painéis, corredores de ônibus e feira da madrugada, a São

Paulo Negócios também não participou diretamente nesses projetos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou chamar o Sr. Fábio Siqueira para fazer a abordagem.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador.

Cumprimento os representantes da São Paulo Negócios e a população presente.

Como a nossa conselheira simbólica, a Dona Socorro, não pode estar presente porque a reunião está se alongando e é bom que se alongue porque há muitos temas a serem tratados e as empresas pouco conhecidas, agora, felizmente, estão mais bem conhecidas pelos munícipes.

Vou tratar da questão dos telecentros. Realmente, como a Dona Socorro falou, 37 telecentros foram fechados, em 2013, de forma arbitrária, inclusive na Galeria Olido, prédio sede da Secretaria de Cultura.

Parece-me que esse telecentro ainda nem reabriu, está fechado há dois anos. É lamentável como a demora, como, aí sim, uma ideologia depreciativa de políticas públicas, consolidadas na Cidade agem e é lamentável como um senhor, como Sr. Simão Pedro, conivente com tudo isso, mas, com certeza, a resposta eleitoral a ele e a seu grupo virá logo, porque é lamentável tirar esse setor da Prefeitura que atende a periferia, esses 37, e ser nada colocado em seu lugar efetivamente, porque essas praças *wi-fi* não estão emplacando na cidade de São Paulo. É lastimável esse tipo de coisa. E o telecentro, a monitoria existia, o atendimento ao jovem, ao interessado existia, dado por pessoa habilitada e nada disso está ocorrendo mais. A começar que está na secretaria errada. A lei diz que o telecentro tem que estar na Secretaria de Comunicações e não na Secretaria de Serviços. Então é lastimável e vai ser cobrado do Secretário Simão Pedro, na sua secretaria, mas a gente já dá o recado porque é muito grave o que está acontecendo com os telecentros nessa Cidade.

Como também é muito grave a questão da Virada Cultural. Neste ano 39 CEUs ficaram sem programação. Os CEUs da periferia que têm biblioteca, que têm teatro, a Virada

Cultura na qual são investidos dez milhões, não chega e não há programa nenhuma. Como também não há nesse novo programa São Paulo Circuito Cultural, pelo menos oito CEUs não haverá programação nenhuma nesse mês de outubro, começando só em novembro. Então é lamentável como essas conquistas da gestão Marta Suplicy estão sendo destruídas por uma visão privatista pelo Sr. Fernando Haddad. As duas que falei, telecentro e projeto CEU.

Em relação à sua secretaria, queria fazer a mesma pergunta que fiz e a representante não me respondeu, da empresa anterior, quais são os nomes dos conselheiros administrativos e dos conselheiros fiscais dessa sua empresa, São Paulo Negócios. O nome deles, porque internet a gente abre aqui, eu quero saber o nome, porque está numa audiência pública para falar o nome das pessoas que recebem salário, recebem mensal por essas reuniões.

Por fim, a última pergunta, a página 160 do Orçamento nos informa que as receitas próprias da sua secretaria em termos de nove milhões, 591 mil reais. Essa dotação não é dotação, está escrito: “Fora do serviço orçamentário. Sem dotação no SOF”. É lamentável que na cidade de São Paulo ainda haja dotações secretas, que realmente não passam pelo relatório mensal da Secretaria de Finanças. A gente solicita que isso vire rubrica no ano que vem e pare esse segredo orçamentário que paira sobre essa empresa que estamos discutindo aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da Cidade e do Estado de São Paulo, que é a Confe-São Paulo-Trabalho e Empreendedorismo e presidente mundial da Uniglobal Trabalho Cidades.

Uma das dimensões de sustentabilidade da nossa central e das nossas entidades é que para formar uma nova sociedade do conhecimento do trabalho e do empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de educação, cultura, ciência e tecnologia e esportes para

o novo cidadão do futuro, que é a criança, o adolescente e a juventude. Foi nessa grande visibilidade que nessas 35 audiências públicas dos Planos de Meta do Governo Haddad que apresentamos a instalação do projeto *wi-fi* aqui na cidade de São Paulo, que são nas praças, parques, prédios públicos, terminais de ônibus e ônibus.

A primeira pergunta para o Secretário é que nessa parceria público privado, se é possível estender essa dimensão do *wi-fi* livre para essas instituições que acabei de dizer.

E outra questão é que a cidade de São Paulo espelha no planeta em pequenos, médios e grandes eventos, tanto esportivos, como culturais e de negócios e até religiosos, esses eventos, além de trazer um grande impacto de visibilidade no planeta da cidade de São Paulo, ele gera recursos e gera emprego. Eu queria saber se além dos eventos públicos que a SP-São Paulo desenvolve, se tem algum projeto para desenvolver também esses eventos privados que são realizados aqui na cidade de São Paulo.

Era o que tinha a dizer e obrigado, Vereador, pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra para Pirajá e equipe, para que possa na sua fala encerrar a participação no dia de hoje, agradecendo sensivelmente a presença não só sua, como de toda sua equipe, deixando a Comissão de Finanças e Orçamento à disposição para novos debates.

Deixe eu dar a palavra para a Juliana, que se inscreveu ao final.

A SRA. JULIANA – Agradeço ao Vereador e a Mesa, que me concedeu a palavra, e ao pleno aqui presente. Estou na primeira vez na Câmara Municipal da cidade na qual nasci, falando. Estou vindo constantemente para denunciar um fato grave, que a Prefeitura de São Paulo está concedendo alvarás para construção de casas em áreas de mananciais, ou seja, infelizmente, a grilagem do município de São Paulo está efetivamente aceita através da Subprefeitura de Capela do Socorro e Parelheiros. Está acontecendo a grilagem de terras, loteamento clandestino e a gente vem e denuncia e os Vereadores falam: “Nós vamos ver o que podemos fazer”, como se tivesse uma caixa preta. Isso eu repudio, porque a represa

Guarapiranga abastece e fornece água a quatro milhões de pessoas em toda Capital, nós somos mais que Brasília e simplesmente as pessoas não estão vendo as represas. Por causa de voto, simplesmente estão deixando as moradias crescerem desproporcionalmente e não estão verificando. A arquitetura de São Paulo, sinceramente, é de se jogar no lixo, porque simplesmente eu não vejo arquitetos e engenheiros tomando seriamente o Plano Diretor como deveria.

Então queria pedir aos Vereadores que cuidassem das represas, principalmente eu vi o Vereador Police falando nessa semana de organizações sociais ambientais. Eu conclamo aos paulistanos e quem ama essa cidade. Eu vivo na Aldeia Pataxó, também, na Bahia, mas eu nasci aqui e amo minha cidade e eu não largo São Paulo, porque São Paulo é uma cidade nacional e internacional. Nós somos movimentos sociais, nós estamos nas ruas e nós temos orgulho de sermos paulistanos. São Paulo é a diretriz, é o que conduz o estado, a América Latina, e é que conduz e mantém no mundo a máquina administrativa. Eu peço que os Vereadores, por favor, fiscalizem a Prefeitura Capela do Socorro, porque para mim o que está acontecendo lá se chama organização criminosa contra a res pública, contra a coisa pública. Eu quero pedir, inclusive eu trabalho e sou ativista na área, como indígena eu quero pedir a todos esse apoio, porque natureza e sustentabilidade é exigência da Climate da COP 21.

Quero agradecer a vocês pela atenção, ao pleno e a todo mundo que me escuta, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo a palavra ao Pirajá para que possa fazer as conclusões para o encerramento da nossa sessão.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – O Fábio perguntou sobre os telecentros, o nome dos conselhos da administração fiscal e a questão da dotação orçamentária para a companhia. Eu não sou advogado do Secretário Simão, mas posso assegurar que o telecentro é uma preocupação dele. A São Paulo Negócios está começando agora a ser envolvida nesse assunto. Então qual é a nossa tarefa? É tentar buscar recursos privados para aperfeiçoamento

dos telecentros, investimento na infraestrutura dos telecentros. No próprio contexto da praça *wi-fi* já tem proposta e a Renata vai falar.

A SRA. RENATA – No âmbito das discussões com os potenciais *playrs* para as praças *wi-fi* eles também tem manifestado interesse em investir nos telecentros. Então como isso também está no nosso objeto contratual com a Secretaria de Serviços, seguramente vão buscar uma solução para os telecentros.

O SR. RODRIGO PIRAJÁ – A gente já sabe que há pelo menos dois interessados em fazer dos telecentros uma espécie de *coworking* público aberto para a Cidade.

Quanto ao nome dos conselheiros, você vai me permitir, eu vou poupar a exposição. Eu vou dizer de onde eles vêm. Temos um da Secretaria de Governo, um da Controladoria Geral do Município, temos da Siurb, da Secretaria de Relações Internacionais, três da Secretaria de Finanças e outro da Siurb. Então são pessoas de dentro do quadro. Além disso, temos três secretários municipais que compõem o conselho.

Quanto à dotação orçamentária, a razão, imagino que seja simples. É porque como é uma S.A., São Paulo Negócios S.A., é uma sociedade de economia mista, e as receitas delas, pelo menos por enquanto, são contratuais, ela não tem a receita orçamentária, ou seja, é fonte zero. Então é essa a razão. Se a gente fosse uma empresa dependente de recurso orçamentária aí provavelmente você enxergaria lá o valor, com a gente não é dependente, a gente não recebe orçamento, a gente é contratado, é por isso que talvez você não enxergue.

A pergunta do Laerte Brasil, sobre o *wi-fi*, se é possível estender. Esse é o nosso objetivo, ampliar a rede de *wi-fi*. Quanto aos grandes eventos, a gente é um grande incentivador. Nós queremos que São Paulo, e o Anhembi especialmente, continuem recepcionando os grandes eventos que tragam recursos para a Cidade.

Muito obrigado, Vereador, pela oportunidade e pelo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Estamos encerrando no dia de hoje a primeira rodada de audiências públicas, a primeira geral e o primeiro rol de temáticas,

lembrando que no dia de hoje nós recebemos o Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico, a SPDA, a SP Negócios, a SP Securitização e a Secretaria de Gestão. Deixamos de receber a SPPrev, ou melhor, o IPREM, lembrando que teremos o IPREM, a nossa autarquia que cuida da previdência pública municipal, em data a ser agendada com o sub-relator Vereador Ricardo Nunes, que sugeriu a quinta-feira dessa semana, ou a quinta-feira da próxima semana para que possa fazer a abordagem desse importante setor.

Assim encerro, agradecendo a presença da SP Negócios na tarde do dia de hoje.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
